

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ana Carolina de Araujo Marson

**A participação brasileira na crise da República Dominicana:
da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA**

São Paulo
2021

Ana Carolina de Araujo Marson

**A participação brasileira na crise da República Dominicana:
da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Pereira Loureiro

Versão corrigida

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais.

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Marson, Ana Carolina de Araujo

A participação brasileira na crise da República Dominicana: da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA / Ana Carolina de Araujo Marson; orientador: Felipe Pereira Loureiro. -- São Paulo, 2021.

154 p.

Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

1. Guerra Fria 2. Governo Castelo Branco 3. OEA 4. Intervenção norte-americana 5. República Dominicana I. Loureiro, Felipe Pereira, orient. II. Título.

CDD – 327.1

Responsável: Giseli Adornato de Aguiar - CRB-8/6813

Agradecimentos

O desenvolvimento desse trabalho só foi possível graças ao apoio e auxílio de algumas pessoas que merecem ser mencionadas e agradecidas. Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Felipe Pereira Loureiro, por sua excepcional orientação e pela sua participação ao longo da pesquisa. Agradeço pelas suas palavras firmes e confiança que me guiaram durante os momentos de dúvida, além de seu auxílio e paciência, essenciais ao meu desenvolvimento acadêmico. Agradeço a orientação nesses sete anos de pós-graduação; ela me preparou para a vida acadêmica e profissional.

Aos professores e funcionários da pós-graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP, agradeço os ensinamentos, as conversas e a ajuda que recebi ao longo do meu tempo no Instituto.

Agradeço aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Biblioteca 31 de Março da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, da Biblioteca da Escola Superior de Guerra e do Arquivo do Exército. Em todos fui muito bem recepcionada e recebi todo o auxílio que requisitei.

Agradeço à Claudia e João Batista Bassani, não só pela ajuda com os arquivos militares, mas pela leitura do trabalho, pelo consolo nos momentos de ansiedade e pelas incontáveis conversas em nossos cafés.

Agradeço à Raquel Rocha por ter sido a primeira a acreditar na minha carreira acadêmica e me incentivar a seguir em frente. Pela amizade e apoio em todos os momentos nesse caminho, sem seu apoio eu não estaria na academia hoje.

Agradeço por último à minha família. Aos meus pais, Airton e Liane, por estarem sempre ao meu lado e me apoiarem em todos esses anos de pós-graduação. À minha mãe pela leitura cuidadosa de todos os meus trabalhos e pelas chamadas de vídeo que me acalmavam nos momentos de dúvida. Ao meu irmão, Caio, pelo apoio e conversas sobre o tema. E especialmente à minha irmã, Ana Clara, pelas incontáveis horas ao telefone me ouvindo falar sobre o doutorado e a correria da vida.

Ao Diego Bassani agradeço por seu companheirismo, cuidado e carinho. Por seu apoio incondicional e paciência nos longos fins de semana de trabalho; pela leitura cuidadosa sempre que requisitado, mesmo cansado; por ter sido minha certeza em todos os meus momentos de dúvida, inquietude e insegurança ao longo do processo. Sua eterna calma e paciência foram essenciais nos momentos decisivos da pesquisa.

Resumo

Essa pesquisa visa analisar a atuação brasileira, em seus aspectos mais relevantes, durante a crise dominicana de 1965. Especificamente, busca-se compreender a atuação brasileira no contexto da crise dominicana, em todas as suas fases. Analisaremos desde o processo de tomada de decisão da administração Castelo Branco que optou não somente em apoiar os Estados Unidos na OEA pela legitimação tardia de sua intervenção, como também em contribuir com um grande efetivo militar para a Força Interamericana de Paz (FIP) até a retirada da Força de São Domingos. Apesar de haver alguns estudos focados no lado brasileiro nesse episódio dominicano, seu desenvolvimento é incipiente e seus argumentos limitados. Assim, a partir da análise de documentos diplomáticos brasileiros, de jornais do período e baseando-se na literatura sobre as relações entre potências médias, hegemônicas e organismos internacionais, buscar-se-á estudar o envolvimento brasileiro em todos os momentos da crise dominicana. Espera-se, com isso, contribuir para iluminar embates cruciais da Guerra Fria travados na América Latina no início dos anos 1960, além de refletir sobre a política externa brasileira em um período de grande relevância.

Palavras-chave: Guerra Fria, governo Castelo Branco, OEA, intervenção norte-americana, República Dominicana.

Abstract

This research seeks to analyze the Brazilian participation, on its most relevant aspects, during the 1965 Dominican crisis. We, specifically, want to understand Brazil's participation through all the phases of the Dominican crisis. Beginning with the decision-making process in Castelo Branco's administration to support the American plea on the Organization of the American States (OAS) for the late legitimization of its ongoing intervention, until the withdrawal of the InterAmerican Peace Force (IAPF) of São Domingos. Even though there are some studies focused on the Brazilian side of the story, their development and arguments are limited. Thus, through the analysis of Brazilian diplomatic documents and papers of the time, and based on the literature about medium potencies, hegemonic potencies and international organizations we will seek to study Brazilian involvement on all of the crisis moments. By doing so, we hope to contribute to illuminate crucial struggles of the Latin-American Cold War during the 1960s, besides reflecting upon the Brazilian Foreign Policy on such an important time.

Palavras-chave: Cold War, Castelo Branco's government, OAS, American intervention, Dominican Republic.

Lista de Siglas

AI-1	Ato Institucional 1
APCJ	Acampamiento Catorze de Junio
APP	Aliança Para o Progresso
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEFA	Centro de Entrenamiento de las Fuerzas Armadas
CIA	Central Intelligence Agency
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
ECEME	Escola de Comando do Estado Maior do Exército
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
FAI	Força Armada Interamericana
FAIBRAS	Força Armada Interamericana - Brasil
FIP	Força Interamericana de Paz
JCS	Joint Chiefs of Staff
MPD	Movimiento Popular Dominicano
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PEI	Política Externa Independente
PR	Partido Reformista
PRD	Partido Revolucionario Dominicano
PRP	Partido Republicano Progressista
PRSC	Partido Revolucionario Social Cristiano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Socialista Popular
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UCN	Unión Cívica Nacional
UDN	União Democrática Nacional

Sumário

INTRODUÇÃO	1
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
CAPÍTULO I – HISTÓRICO DA REPÚBLICA DOMINICANA	15
1.1 – INTRODUÇÃO	15
1.2 – AS INTERVENÇÕES NORTE-AMERICANAS NA AMÉRICA LATINA	15
1.3 – HISTÓRICO DO CONFLITO	18
1.4 – OS ESTADOS UNIDOS E A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	36
CAPÍTULO II – OS DEBATES NA OEA E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DE FORMAÇÃO DA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ (FIP)	39
2.1 – INTRODUÇÃO	39
2.2 – A RELAÇÃO ENTRE ONU E OEA	42
2.3 – POSIÇÃO DO BRASIL	43
2.3.1 – <i>Percepção do Brasil sobre as posições adotadas pelos países latino-americanos</i>	48
2.4 – DEBATES NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS	49
2.5 – ATUAÇÃO BRASILEIRA APÓS A APROVAÇÃO DA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ	59
CAPÍTULO III – O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DO GOVERNO CASTELO BRANCO	62
3.1 – INTRODUÇÃO	62
3.2 – POSIÇÃO DAS LIDERANÇAS BRASILEIRAS	62
3.3 – PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO	75
3.3.1 – <i>Conselho de Segurança Nacional</i>	76
3.3.2 – <i>Congresso Nacional</i>	79
CAPÍTULO IV – A PRIMEIRA FASE DA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ PELAS LENTES DA RELAÇÃO ENTRE ALVIM E BUNKER: JULHO DE 1965 A JANEIRO DE 1966 87	
4.1 – INTRODUÇÃO	87
4.2 – A CHEGADA DO GENERAL HUGO PANASCO ALVIM À REPÚBLICA DOMINICANA E SUA RELAÇÃO COM O GENERAL BRUCE PALMER JR.	87
4.3 – A CONTURBADA RELAÇÃO ENTRE O GENERAL HUGO PANASCO ALVIM E O EMBAIXADOR ELLSWORTH BUNKER	90
4.4 – COMANDO UNIFICADO DA FIP	99
4.5 – OS POSICIONAMENTOS DAS LIDERANÇAS BRASILEIRAS	101
CAPÍTULO V – A SEGUNDA FASE DA FORÇA INTERAMERICANA DE PAZ: JANEIRO DE 1966 A SETEMBRO DE 1966	110
5.1 – INTRODUÇÃO	110
5.2 – CONJUNTURA DOMINICANA NO PERÍODO BRAGA E LINVILL	111
5.3 – ELEIÇÕES DOMINICANAS	116
5.4 – RETIRADA DA FIP	119
5.5 – DESPESAS COM A FIP	125
5.6 – LIDERANÇAS BRASILEIRAS SOBRE A CAMPANHA DA FIP NA REPÚBLICA DOMINICANA	127
CONCLUSÃO	132
ARQUIVOS	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	141

Introdução

A intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965 foi um acontecimento de grande relevância para as Américas. Estudiosos argumentam que essa ação teria não somente influenciado as relações dos Estados Unidos com os demais países do continente, como também estruturado seu projeto de hegemonia na região. A decisão estadunidense de enviar tropas para o território dominicano também foi significativa pelo fato de ter representado uma ruptura na política externa dos Estados Unidos, os quais, até aquele momento, buscavam não intervir diretamente do ponto de vista militar em países latino-americanos.¹ Os trabalhos que analisam a maneira como a intervenção norte-americana se deu – de maneira unilateral e sem o apoio da OEA – são bastante consistentes. Assim, esta tese buscará explorar outro lado igualmente importante dessa história, porém ainda pouco estudado: a atuação brasileira na intervenção no conflito da República Dominicana em seus nuances mais relevantes. Dessa forma, pretendemos contribuir tanto para o estudo dos embates da Guerra Fria travados na América Latina no início dos anos 1960, quanto refletir sobre as relações entre potência hegemônica e lideranças sub-regionais no contexto latino-americano.

Em 1961, depois de trinta anos sob a ditadura de Rafael Trujillo, a República Dominicana entrou em uma nova fase política. Em um período de quatro anos, a liderança do país circulou entre estadistas ligados a Trujillo, triunviratos e políticos da esquerda dominicana. Entre as lideranças que ocuparam a presidência dominicana nesse período, a literatura considera que a gestão de Juan Emilio Bosch Gaviño tenha sido a mais significativa. Bosch foi eleito presidente dominicano em 1962, pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD) – identificado. De acordo com Cosme e Inoa, a constituição de um governo democrático foi um evento de grande relevância para o país, uma vez que Bosch foi o primeiro presidente dominicano eleito livremente e com participação das massas populares (Cosme e Inoa 2014, 172).

A administração Bosch, entretanto, não durou. Após apenas 7 meses no governo, em setembro de 1963, Juan Bosch acabou sofrendo um golpe de Estado por parte das forças armadas dominicanas. O presidente deposto fugiu para o exílio em Porto Rico, enquanto um triunvirato civil assumia o poder no país (Cosme e Inoa 2014, 175; Lowenthal 1972, 15). O

¹ Devemos destacar que as intervenções indiretas dos Estados Unidos na América Latina aconteciam desde 1954. Para mais informações ver: HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

Triunvirato era composto por Emilio de los Santos (presidente), Manuel Enrique Tavarez Espaillat e Ramón Tapia Espinal. Em novembro de 1963, Emilio de los Santos renunciou e Donald Reid Cabral foi designado o novo presidente. É importante ressaltarmos a divisão que se seguiu nas forças armadas dominicanas, visto que uma ala formada por jovens militares não estava satisfeita com o golpe sofrido por Bosch. Esse grupo desejava o retorno ao regime democrático, o reestabelecimento da constituição de 1963 e a volta do presidente deposto ao poder; daí o porquê de eles terem se intitulado constitucionalistas. Já os militares que apoiaram o golpe contra Bosch ficaram conhecidos como legalistas. Devemos destacar a estranheza desse nome, uma vez que apoiavam um governo golpista. As tensões entre essas alas militares foram crescendo ao longo dos próximos anos, até que em abril de 1965 a situação eclodiu em uma guerra civil (Cosme e Inoa 2014, 176).

O conflito se desenrolou nas ruas da capital São Domingos e em 24 horas as forças rebeldes já controlavam a maior parcela da cidade. As forças legalistas tentaram retomar o controle da capital duas vezes, porém só conseguiram reocupar uma pequena porção da cidade (Greenberg 1987, 18; Yates 1988, 25). Assim, a situação dominicana em abril de 1965 era bastante complicada. Juan Bosch ainda se encontrava no exílio em Porto Rico enquanto dois governos tinham sido constituídos em solo dominicano; o Governo de Reconstrução Nacional, liderado por Antonio Imbert Barrera – um dos conspiradores do golpe de 1963 – e o Governo Constitucionalista, liderado pelo Coronel Francisco Alberto Caamaño – o principal responsável pela resistência boschista. A maneira como o conflito se desenvolveu e as primeiras respostas norte-americanas serão analisadas mais a fundo no primeiro capítulo dessa tese. Contudo, é importante ressaltar que após a morte de Trujillo a política externa norte-americana para a República Dominicana foi embasada no medo de Johnson do surgimento de uma segunda Cuba nas Américas – ou seja, de um segundo país socialista tão próximo ao entorno geopolítico dos Estados Unidos, como é o caso das ilhas do Caribe e dos países da América Central (Yates 1988, 1). Dessa maneira, as ações e respostas dos EUA à crise de 1965 não poderiam ser diferentes e, ao longo de todo o processo, os tomadores de decisão norte-americano expressaram sua preocupação com a infiltração comunista nos grupos pró-Bosch. Então, poucos dias após o início do conflito civil, a administração Johnson decidiu enviar tropas para a República Dominicana.

Um ponto que merece destaque é a decisão de intervenção dos Estados Unidos, que aconteceu de forma unilateral e sem o consentimento da OEA. A intervenção norte-americana na crise dominicana – também conhecida como operação Power Pack – aconteceu em duas

fases: a primeira consistiu no desembarque de tropas em São Domingos, enquanto a segunda focou na manutenção dessas tropas em solo dominicano. Cosme e Inoa argumentam que essa intervenção aconteceu sob a bandeira do humanitarismo e com o pretexto de um pedido de ajuda por parte dos dominicanos. Assim como Greenberg, esses acadêmicos acreditam que a intervenção norte-americana tenha sido consequência do medo dos Estados Unidos de uma segunda Cuba no continente. Dessa forma, o presidente Johnson teria feito tudo possível para evitar outro regime comunista na América Latina (Cosme and Inoa 2014, 177; Greenberg 1987, 18).

Greenberg afirma ainda que em três semanas de intervenção o presidente Johnson teria atingido seu objetivo e gerado um impasse entre as forças dominicanas. Dessa maneira, o sucesso norte-americano em evitar o surgimento de outro regime de esquerda no continente e na aprovação da FIP o teriam levado a ordenar ao exército que parasse de apoiar as tropas leais e adotasse uma postura de neutralidade. Deu-se início, então, a um processo de negociação entre as duas facções dominicanas (o Governo Constitucional e o Governo de Reconstrução Nacional – isto é, o governo anti-Bosch) mediado por um Comitê ad hoc da OEA. Em setembro de 1965, as negociações culminaram na instituição de um governo provisório presidido por Héctor García Godoy, antigo funcionário dos governos Trujillo e Bosch, que organizaria eleições presidenciais para o dia 1 de junho de 1966. Ressalta-se ainda que entre o estabelecimento do governo provisório e as eleições de junho de 1966 a FIP interveio em poucas situações para salvar a estremecida administração García Godoy, ou para reprimir desordens que ameaçavam a estabilidade do país (Greenberg 1987a, 24; Castillo 2014, 22).

O caso dominicano é bastante relevante por diversos fatores. Primeiro, a decisão norte-americana de intervir na República Dominicana que quebrou com o paradigma de não-intervenção de Washington na América Latina. Sabe-se que os Estados Unidos influenciaram questões internas de inúmeros países latino-americanos desde então; entretanto, a República Dominicana foi o primeiro no qual intervieram diretamente, do ponto de vista militar. A quebra do paradigma norte-americano se deu pelo medo do governo Johnson de uma segunda Cuba no continente. De acordo com Greenberg, essa teria sido a maior e mais rápida operação norte-americana fora de seu território até aquele momento; os Estados Unidos pousavam em média uma aeronave a cada cinco minutos, a força aérea desembarcou 14.600 soldados e aproximadamente 14 mil toneladas de equipamentos na Ilha. Um segundo elemento tem a ver com o papel da OEA durante o conflito, visto que ela teria sido instrumentalizada pelos Estados Unidos para legitimar uma ação unilateral norte-americana. E, por fim, em terceiro, a atuação

do governo brasileiro de Castelo Branco que, não somente trabalhou nos debates na OEA pela legitimação da FIP, como também enviou o maior contingente militar dentre todos os países que participaram da Força. Essa decisão brasileira foi significativa, visto que aquele era um governo em fase inicial, também alçado ao poder por meio de um golpe civil-militar, tendo como uma de suas principais características de política externa a reaproximação com os Estados Unidos (Greenberg 1987a, 25).

Revisão bibliográfica

A intervenção norte-americana na República Dominicana é vista pela literatura como uma demonstração da determinação do presidente Johnson em evitar a tomada de poder por outro regime de esquerda na região caribenha. Apesar de ser uma operação militar, Lawrence Greenberg sustenta que ela tenha sido subordinada à diplomacia, tendo em vista que o comandante das forças armadas estadunidenses na República Dominicana, o general Palmer, teria tido que orquestrar cuidadosamente a ação militar com a atuação do corpo diplomático norte-americano. O autor afirma ainda que Johnson teria buscado evitar o uso de violência, de maneira que ao mesmo tempo em que autorizava o general a usar a força necessária para parar o conflito, o presidente norte-americano teria deixado claro que, logo que o confronto cessasse, a operação militar deveria se tornar secundária às ações diplomáticas. Dessa maneira, a atuação norte-americana no âmbito da OEA pela legitimação tardia de sua intervenção seria extremamente importante. O autor discorre ainda, de maneira breve, sobre a reação da América Latina em relação à intervenção norte-americana na República Dominicana. Segundo Greenberg, os membros da OEA teriam condenado essa ação do governo dos Estados Unidos; demonstrações teriam eclodido em diversas capitais latino-americanas e artigos de jornais antiamericanos teriam superado os prós em uma proporção de dez para um. Greenberg considera que alguns protestos tenham sido violentos e algumas manifestações despropositadas, visto que a intervenção foi um sucesso (Greenberg 1987a, 19).

Lowenthal e Yates, por outro lado, apresentam um quadro bastante diferente. Ambos os autores embasam sua argumentação no fato de a decisão da intervenção ter acontecido unilateralmente e sem o aval da OEA. Em seus textos, fica claro como a construção de tal decisão teria se dado sem maiores considerações aos demais países latino-americanos. Outro aspecto que perpassa ambas as narrativas é a impressão de desorganização e má comunicação na estrutura de tomada de decisão dos Estados Unidos. Tanto Yates quanto Lowenthal

discorrem sobre como diversas decisões importantes teriam sido tomadas sem que o presidente soubesse – como o desembarque dos primeiros fuzileiros no campo de polo do Hotel *Embajador* a pedido de Bennett, por exemplo – ou o desencontro entre os *policymakers* que passavam por cima das decisões uns dos outros – como a ida do embaixador John Bartlow Martin ao acampamento de Caamaño para assegurar um cessar-fogo que, além de já estar assinado, teria enfurecido a ala militar responsável pelas operações em campo (Lowenthal 1972, 70; Yates 1988, 87).

Lowenthal vai um pouco mais adiante e afirma haver três linhas explicativas para a atuação de Washington na crise dominicana. A primeira delas, que ele denominou de linha oficial, argumenta que os Estados Unidos teriam atingido seus objetivos na crise, tanto salvaguardando vidas norte-americanas e de cidadãos de outras nacionalidades, como na prevenção de uma tomada de poder comunista. Essa linha não reconhece as ações de Washington como intervencionistas, mas sim como um caso cooperativo bem-sucedido. A segunda linha seria mais radical, uma vez que não somente condena as ações norte-americanas como intervencionistas, como também contrarrevolucionárias. Essa visão argumenta ainda que os Estados Unidos teriam tratado a República Dominicana como um Estado cliente, sendo que a linha de ação adotada ao longo do conflito seria somente mais um exemplo de como vinha se dando a política externa norte-americana para a América Latina por pelo menos uma década. Por fim, a terceira linha, de cunho liberal, conforme denominada pelo autor, embora assuma que os objetivos norte-americanos durante a crise dominicana sejam difíceis de serem objetivados, critica os meios utilizados por Washington e seus resultados. O autor assume, ainda, que sua análise vai ao encontro da terceira linha (Lowenthal 1972, 132). Deve-se ressaltar que, apesar dos trabalhos de Greenberg, Lowenthal e Yates serem fundamentais para a compreensão do processo de tomada de decisão norte-americano e de sua intervenção, nenhum deles se preocupa com a participação brasileira na crise.

Assim como Lawrence Greenberg, o Major Daniel Leece afirma que os Estados Unidos teriam agido de maneira inteligente, uma vez que teriam atingido seu objetivo principal – evitar o surgimento de uma segunda Cuba no hemisfério. Ressalta-se aqui que na bibliografia lida sobre a crise dominicana de 1965 não foram encontrados fatos ou fontes que confirmassem a possibilidade da tomada de poder por comunistas na ilha. Leece diverge de Greenberg quando argumenta sobre os custos políticos que a intervenção teria tido para a administração Johnson. O autor discorre sobre como o governo norte-americano teria pedido a confiança de seus vizinhos latino-americanos em relação a seu respeito à norma de não intervenção em assuntos

internos de outros Estados. Leece afirma ainda que o governo teria sofrido internamente, visto que 76% da opinião pública norte-americana seria favorável à evacuação dos civis em solo dominicano, mas menos da metade seria favorável ao envio das forças armadas para o conflito (Leece 1998, 4). Cristina Vinciprova dos Reis também aborda a questão da opinião pública norte-americana e argumenta que a administração Johnson teria buscado conhecê-la para manipulá-la, apesar de não ter sido muito competente nesse sentido (Reis 2009, 131).

Cosme e Inoa, por sua vez, abordam a atuação dos Estados Unidos dentro do âmbito da OEA. Os autores argumentam que Ellsworth Bunker teria instrumentalizado a Organização em prol dos objetivos norte-americanos, legitimando a intervenção já em curso. Eles afirmam ainda que essa ação seria uma clara quebra dos artigos 15, 17² e, principalmente, 19 da Carta da Organização, o qual estipula que “nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro.” Os artigos afirmam ainda que “este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem”³ (Cosme e Inoa 2014, 165).

Ainda sobre a questão da OEA, Castillo argumenta que ao levar o problema dominicano para seu fórum, os Estados Unidos teriam encontrado no Brasil um grande aliado em sua campanha. Recém-saído de um golpe civil-militar que colocou o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no poder, o Brasil vivia um período de forte repressão às esquerdas nacionais. Altamir de Moura, embaixador do Brasil na República Dominicana à época do governo João Goulart⁴, teria afirmado que a derrubada de Bosch seria lamentável, apesar de necessária. O embaixador acreditava ainda que não era possível assegurar que Bosch fosse comunista, mas afirmava ser inquestionável que seu governo mantinha uma “perigosa complacência com as forças de extrema esquerda que mantinham, com o beneplácito do ex-presidente, uma campanha de doutrinação e proselitismo em todo o território nacional” (Castillo

² O artigo 15 da Carta da OEA estipula que “O direito que tem o Estado de proteger e desenvolver a sua existência não o autoriza a praticar atos injustos contra outro Estado” e o artigo 17 que “Cada Estado tem o direito de desenvolver, livre e espontaneamente, a sua vida cultural, política e econômica. No seu livre desenvolvimento, o Estado respeitará os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal”. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizac%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm> Acesso em: 11/03/2019

³ Artigo 19 da Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizac%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm> Acesso em: 08/03/2019.

⁴ Devemos destacar esse ofício é de 26 de setembro de 1963, meses antes do golpe civil-militar que derrubaria João Goulart no Brasil.

2014, 10). O realinhamento da política externa brasileira com os Estados Unidos pôde ser observado ao longo de alguns períodos dos governos militares, porém todos concordavam que a Política Externa Independente teria “rompido com as origens da inserção internacional brasileira [e que seria então] necessária uma correção de rumos que reconduzisse o país ao caminho certo” (Botega e Morgenfeld 2014, 145).

O período Castelo Branco, 1964 a 1967, foi caracterizado pelo retorno da relação de proximidade com os Estados Unidos e por um posicionamento claramente pró-ocidente em questões relacionadas à Guerra Fria. Desenvolvendo ainda mais a crítica à Política Externa Independente (PEI), Vasco Leitão da Cunha, novo chanceler brasileiro afirmou que autodeterminação vinha sendo confundida com soberania e que esse princípio e o de não-intervenção seriam válidos para todos, e que não seriam somente fórmulas para encobrir determinadas situações. A recolocação da Guerra Fria no centro de suas relações exteriores representava para o Brasil a defesa da política tradicional da segurança continental contra as chamadas “agressão e subversão” tanto internas quanto externas, a consolidação de laços com os Estados Unidos e a ampliação das relações com a Europa Ocidental e a Comunidade Ocidental de Nações (IBRI 1964, 595; Fonseca Jr. 2011, 383-384).

A política externa brasileira voltara, então, a reconhecer a liderança norte-americana, não somente em questões relacionadas à segurança coletiva, mas também naquelas que diziam respeito ao desenvolvimento nacional. Juracy Magalhães, embaixador brasileiro nos Estados Unidos entre os anos de 1964 e 1965 e que viria substituir Vasco Leitão da Cunha, chegou a afirmar que a noção de interdependência deveria substituir o conceito de soberania nacional. Com essa afirmação, Magalhães expressava sua preferência por uma relação na qual o Brasil se tornava interdependente dos Estados Unidos, em detrimento de sua soberania nacional. Botega e Morgenfeld argumentam que a política externa adotada pela administração Castelo Branco teria sido coerente com a forte repressão instaurada no país após o golpe de 1964. Os autores afirmam ainda que essa linha de política externa teria colocado o Brasil como um dos principais porta-vozes do anticomunismo na América Latina. Moniz Bandeira vai mais além e argumenta que o projeto de política externa do governo Castelo Branco induzia o Brasil a abdicar de suas aspirações ao status de potência, resignando-se aos interesses nacionais brasileiros, uma vez que qualquer dissonância era vista como um favorecimento do comunismo e da União Soviética (Bandeira 1989, 146). Os autores ressaltam também que o alinhamento com os Estados Unidos não teria gerado a reciprocidade esperada pela administração Castelo Branco, visto que não houve aumento dos investimentos estrangeiros. Eles afirmam ainda que

esse teria sido um dos fatores que levaram o governo Costa e Silva a mudar os rumos da política externa brasileira (Botega e Morgenfeld 2014, 150; Castillo 2014, 14; Pinheiro 2004, 42).

Heitor Erthal argumenta que o retorno ao alinhamento com os Estados Unidos seria consequência da crise política e econômica vivida pelo país no início da administração Castelo Branco. Erthal afirma que o país estaria vivendo um momento de enfraquecimento de seu poder relativo, de maneira que precisava construir alianças consistentes. Assim, enquanto os Estados Unidos financiariam um regime que afastava o perigo das esquerdas nacionais, o Brasil aproveitaria para minimizar sua fragilidade (Erthal 2017, 3). Já Bruno Villela, apesar de reconhecer essa mudança na política externa brasileira como um retorno ao americanismo, argumenta que ela teria sido pautada na segurança coletiva como base para o desenvolvimento. Especificamente em relação à atuação brasileira no âmbito da OEA e sua participação no conflito dominicano, ele afirma não poder condenar incondicionalmente, devendo, ao contrário, compreender os motivos brasileiros. Buscando responder a seu próprio apelo, o autor argumenta que essa participação teria sido uma tentativa brasileira de fortalecer sua presença no continente e ampliar sua ação dentro da OEA (Villela 2007, 14). Dentro da literatura sobre a atuação brasileira no conflito dominicano de 1965, Bruno Pessoa Villela é o autor mais próximo ao nosso tema, visto que em sua dissertação de mestrado se propôs justamente a analisar o processo de tomada de decisão do governo Castelo Branco sobre sua participação na FIP.

Villela, entretanto, deixou algumas lacunas em seu trabalho. Em primeiro lugar observa-se como o uso de documentos primários ficou comprometido, uma vez que autor utilizou somente parte deles. Dos documentos disponíveis nos arquivos do Itamaraty em Brasília, Villela não apresenta em sua análise os ofícios, telegramas e correspondências especiais de 1963 a 1966. Em sua introdução, o autor também afirma que faria uso dos arquivos disponíveis online pela *Lyndon Baines Johnson Library* que ganharam somente uma menção em uma nota de rodapé em seu trabalho. Por fim, nota-se como o autor chega a analisar o processo de tomada de decisão e sua repercussão em algumas das principais entidades da sociedade civil, como o Congresso Nacional, a imprensa e alguns partidos políticos, porém o faz de maneira limitada, discorrendo brevemente sobre cada órgão.

Precisamos nos voltar ainda para a literatura em relação à geopolítica e política externa do período militar, mais especificamente, do período Castelo Branco. O primeiro autor a ser analisado é Eugênio Garcia Vargas, que, ao estudar o período militar, esbarrou no conceito de segurança nacional, adotado pelas escolas militares brasileiras, em conjunto com a lógica

anticomunista e a estratégica de contenção do comunismo internacional. Vargas afirma que esses pilares “[teriam] fundamentado, a partir de 1964, as políticas estratégicas do novo regime e, na linha ideológica do Brasil como ‘baluarte do Ocidente’, o padrão de ação diplomática daí decorrente” (Vargas 1997, 22). Sobre a ideologia do alinhamento automático, o autor argumenta que ele “não resistiria às forças históricas que apontavam em outra direção e, superada a fase dos extremismos, recolheu-se ao cemitério das ideologias” (Vargas 1997, 23).

Para compreendermos a lógica da segurança nacional, precisamos analisar os trabalhos de Golbery do Couto e Silva, militar brasileiro vinculado à Escola Superior de Guerra (ESG) e autor da tese da geopolítica da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no Brasil. Couto e Silva escreve parte dos seus trabalhos antes da crise dominicana, porém todos estão baseados na bipolaridade internacional e no anticomunismo. Em um de seus escritos, o autor se baseia no dizer de Arnold Toynbee que afirma que, na conjuntura do início da década de 1981, “a civilização ocidental a que todos pertencemos nesta América Livre se [via] de fato cercada pela heresia materialista do imperialismo soviético”. Couto e Silva argumenta ainda que “a ameaça de origem extracontinental [sobrelevava], inegavelmente, a quaisquer outras, no exigir, de nossa parte, atenção redobrada e um esforço deliberado e viril de segurança coletiva” (Toynbee *Apud* Couto e Silva 1981, 176). Especificamente sobre o Brasil, o militar coloca o Brasil no centro das Relações Internacionais e afirma que “não [haveria] geopolítica brasileira, que tal nome mereça, sem que considere, de fato, o Brasil como centro do universo.” (Couto e Silva 1981, 177).

Outro autor a abordar a Doutrina de Segurança Nacional é o padre Joseph Comblin. Em seu livro intitulado *A ideologia da segurança nacional*, Comblin afirma que, para a ESG, o problema da relação segurança nacional-democracia ainda existia em 1978. Isso porque a segurança nacional, supostamente, deveria reforçar as bases da democracia e defendê-la contra a ameaça comunista (Comblin 1978, 159). Ao abordar a América Latina, Comblin afirma ainda que foi no Brasil que se desenvolveu uma geopolítica nacional, sendo ela “a formulação explícita dos projetos de expansão que sempre fizeram parte da História do Brasil” (Comblin 1978, 27). Ao abordar o conceito de segurança nacional, o autor afirmou que o mundo vivia em uma situação de guerra permanente, sendo a ideologia da segurança nacional uma resposta à falta de ciência dos povos latino-americanos a essa realidade. Para Comblin, a segurança nacional teria como objetivo mostrar-lhes esse “estado de guerra que define sua condição humana, e de prepará-los para agir em consequência” (Comblin 1978, 32).

Carlos Fico, por sua vez, discorre sobre alguns líderes brasileiros e norte-americanos no

contexto da crise dominicana em sua obra *O grande irmão*. Para ele, a atuação do adido militar norte-americano, e amigo pessoal de Castelo Branco, Vernon Walters e do embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, daria início a uma fase de grande interferência daquele país na política externa brasileira. Quando aborda o então chanceler Vasco Leitão da Cunha e o embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães, Fico afirma que “ambos eram indiscutivelmente americanófilos e Vasco já havia se indisposto com a política externa independente” (Fico 2008, 150). O autor argumenta ainda que Leitão da Cunha teria estabelecido um relacionamento próximo com Lincoln Gordon, o que o levava a ter conversas “semipessoais e também semi-oficiais” Por fim, Fico afirma que o chanceler teria formalizado as diretrizes de política externa de maneira muito vaga, se valendo da diplomacia dos círculos concêntricos, que será apresentada a seguir, para colocar os interesses do Brasil, “a América Latina, o continente americano e a comunidade ocidental.” (Fico 2008, 151).

Sobre o presidente, o autor acredita que Castelo Branco estava ciente das críticas que eram levantadas por causa da associação do Brasil aos Estados Unidos, porém o presidente acreditava ter uma “missão transcendental a desempenhar, ‘não apenas no hemisfério, mas também no mundo.’” Fico argumenta ainda que o presidente brasileiro se via como “o ‘líder protetor da frente sul, servindo como uma fortaleza contra movimentos extremos’, incumbência que desempenhava não apenas em proveito do Brasil, mas também dos Estados Unidos e todo o ‘mundo livre’” (Fico 2008, 152). Em relação à colaboração brasileira com os Estados Unidos na questão dominicana, o autor alega que Castelo Branco pôde realizar seu desejo de colaborar no campo militar com os Estados Unidos. Além disso, Fico acredita que a participação brasileira na Força Interamericana de Paz (FIP) permitiu que os Estados Unidos sustentassem a tese de que sua intervenção tinha o apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), porém esse apoio era proveniente de governo ditatoriais latino-americanos – Brasil, Guatemala, Honduras e Paraguai (Fico 2008, 156).

A análise de Paulo Vizontini sobre a política externa brasileira vai ao encontro daquela apresentada por Fico. De acordo com Vizontini, a política externa de Castelo Branco tinha como principal característica o estreitamento da relação com os Estados Unidos. O autor destaca que o presidente nunca falou diretamente sobre um alinhamento automático com a potência do Norte, mas argumenta que o projeto de governo brasileiro nesse período levava o país a abdicar de suas aspirações ao *status* de potência. Vizontini argumenta que “o período abrangido [pelo governo Castelo Branco] teria sido de clara subordinação brasileira aos EUA. Valendo-se de termos como ‘fronteiras ideológicas’ e ‘interdependência’, o governo implementou uma relação

de alinhamento automático com os EUA” (Vizentini 2004, 37). Especificamente sobre a atuação brasileira na crise dominicana, o autor afirma que ela teria somente endossado o argumento da associação da diplomacia brasileira com os interesses norte-americanos. Porém, o que se observa é que o período Castelo Branco possibilitou as condições para que a política externa brasileira fosse concebida a partir dos princípios da ESG. Miyamoto, por sua vez, acredita ainda que a partir de então, as decisões de política externa começaram a ser tomadas dentro do âmbito do Conselho de Segurança Nacional (CSN) (Miyamoto 1993, 216).

Outra explicação utilizada por autores é o discurso de Castelo Branco mencionando a diplomacia dos círculos concêntricos. O Coronel Fernando Velôzo Pedrosa se vale dessa perspectiva para avaliar a participação do Brasil nas intervenções na República Dominicana (1965) e no Haiti (2005). Segundo o autor, o presidente teria falado na coincidência entre os interesses do Brasil e da América Latina com o restante do continente americano e da comunidade ocidental. Assim, mais do que alinhamento automático e subordinação da política externa brasileira, a participação do Brasil na República Dominicana seria um reflexo de visões políticas e ideológicas compartilhadas por esses países em uma conjuntura internacional de Guerra Fria. Pedrosa afirma ainda que o corpo diplomático brasileiro teria considerado legítima a intervenção unilateral dos Estados Unidos sob a égide humanitária. Apesar de se valer do mesmo objeto de estudo, a dissertação de Velôzo se preocupa em estudar o processo interventivo e a operação militar, deixando de fora o processo de tomada de decisão (Pedrosa 2013, 59).

Sobre a diplomacia dos círculos concêntricos, em cerimônia de formatura de diplomatas, no dia 31 de julho de 1964, Castelo Branco afirmou em seu discurso que:

“[No] contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político.”⁵

Além dessa interdependência que o presidente acreditava existir entre as nações em nível internacional, Castelo argumentou que:

“O interesse do Brasil coincide, em muitos casos, em círculos concêntricos,

⁵ Discurso proferido pelo presidente Castelo Branco em 31 de julho de 1964 no Instituto Rio Branco, em solenidade de formatura de diplomatas.

com o da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições de nosso tempo bem como aos problemas de nossos dias. Será esta a política externa da Revolução.”⁶

Miyamoto, ao relacionar essa diplomacia brasileira com sua atuação na República Dominicana, afirma que dentro do segundo círculo concêntrico – círculo do sistema interamericano –, a política externa castelista teria focado “todas as atenções [na] adesão brasileira à Força Interamericana de Paz que interveio na República Dominicana” (Miyamoto 1993, 219). Dessa maneira, a participação (e liderança nominal) do Brasil na intervenção na República Dominicana poderia ser considerada forte indício das novas diretrizes adotadas pela política externa da administração Castelo Branco. Sobre a relação brasileira com a República Dominicana, Castillo afirma que ela teria sido boa enquanto Trujillo estava no poder, mas que teriam esfriado com sua queda. A relação já abalada acabaria por enfrentar maiores dificuldades no ano de 1960, quando houve a tentativa de um atentado ao então presidente venezuelano Rômulo Betancourt – figura abertamente contrária a Trujillo. Esse episódio levou o Brasil não somente a condenar na OEA as atitudes da República Dominicana como também a cortar relações diplomáticas com o país, mantendo apenas relações consulares. A relação entre os países só seria retomada após o assassinato de Trujillo, quando a República Dominicana, por meio de um Conselho de Estado, pediu seu reatamento (Castillo 2014, 17).

Quando os Estados Unidos colocaram, então, a questão dominicana em pauta na 10ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores na OEA, em 1 de maio de 1965, a nova lógica brasileira de alinhamento com o país teria levado o governo Castelo Branco a se tornar um dos principais defensores dos interesses estadunidenses no fórum. Segundo Cosme e Inoa, durante os debates na OEA, os Estados Unidos teriam preferido focar em outros princípios que consideravam mais importantes, como a oportunidade que estariam dando à Organização a funcionar, à não-intervenção, prevista nos artigos 15, 17 e 19 de sua carta. Para a aprovação de uma força interamericana era preciso voto favorável de maioria qualificada, dois terços dos países membros. A resolução que aprovou tal força contou justamente com o mínimo necessário, 14 votos favoráveis, sendo ainda que enfrentou forte oposição de Chile, Equador, México, Peru e Uruguai, que computam os 5 votos contrários e uma abstenção da Venezuela.

⁶ Discurso proferido pelo presidente Castelo Branco em 31 de julho de 1964 no Instituto Rio Branco, em solenidade de formatura de diplomatas.

(Cosme e Inoa 2014, 178). Assim, com o apoio irrestrito do Brasil, os Estados Unidos conseguiram a aprovação da FIP, substituindo o caráter unilateral de sua intervenção por multilateral. Botega e Morgenfeld destacam que, mesmo sem a aprovação da opinião pública, o governo Castelo Branco teria seguido em frente com seu projeto de se tornar um aliado preferencial dos Estados Unidos, de maneira que não somente votou a favor da FIP, como também enviou um contingente de 1130 soldados – o maior dentre todos os países que enviaram tropas – e assumiram a liderança da missão com o general Hugo Penasco Alvim. É interessante observar que ainda assim o contingente brasileiro era insignificante perante o número de tropas norte-americanas já em solo. Castillo, por sua vez, afirma que a participação do Brasil na intervenção não foi bem recebida pelos dominicanos, que avaliaram a decisão brasileira como um ato de cumplicidade com os norte-americanos, em detrimento da soberania e autodeterminação de outra nação. A atuação brasileira no conflito teria deixado o país marcado por uma imagem de submissão e subserviência aos Estados Unidos na tentativa de consolidação de seu status como potência regional (Botega e Morgenfeld 2014, 151; Castillo 2014, 27).

Em nota explicativa, o Itamaraty declarou que as decisões brasileiras foram derivadas de claros indícios de que pessoas “adestradas fora da República Dominicana [estariam] procurando assumir o controle da rebelião e convertê-la em uma insurreição de cunho comunista”. O corpo diplomático brasileiro destacou ainda que frente à “clara predominância de comunistas numa das facções em luta, estava-se no momento de lembrar a Resolução 6 da 8ª Reunião de Consulta, realizada em Punta del Este – Uruguai, em 1962”. Nela, ficou convenicionado que o Sistema Interamericano era incompatível com os princípios marxistas-leninistas (IBRI 1966, 275). Percebe-se, então, como foi a atuação do corpo diplomático brasileiro na OEA no sentido de auxiliar o sucesso norte-americano. Dessa maneira, se faz necessária uma compreensão mais profunda do processo de tomada de decisão do governo Castelo Branco e da maneira como as ações brasileiras foram recebidas pelos demais envolvidos na crise – República Dominicana e Estados Unidos. Segundo as análises apresentadas acima, entretanto, nota-se como são poucos os autores que se voltaram para o lado brasileiro da história e aqueles que o fizeram apresentaram explicações limitadas.

Nesse sentido, valendo-nos de documentos coletados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Biblioteca 31 de Março da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) e os documentos norte-americanos, disponíveis online, na *Lyndon Baines Johnson Library* e no *Office of the Historian* do Departamento de Estado norte-americano, analisaremos

como se deu a atuação brasileira no contexto da crise dominicana – desde a intervenção norte-americana até a retirada das forças da Força Interamericana de Paz (FIP) em setembro de 1966. Para tal, dividimos nosso estudo em quatro capítulos. No primeiro capítulo analisaremos como se deram os debates no âmbito da OEA para a criação da FIP e a atuação brasileira dentro desse fórum. O segundo capítulo apresentará o processo de decisão do governo Castelo Branco para o envio de tropas para a composição da FIP, examinando os debates no Conselho de Segurança Nacional (CSN) e no Congresso Nacional. O terceiro capítulo, por sua vez, focará na primeira fase interventiva da FIP em solo dominicano. Nele, analisaremos como se deu essa primeira fase por meio da relação entre os generais Bruce Palmer Jr e Hugo Panasco Alvim e o embaixador Ellsworth Bunker – três lideranças que agiram diretamente na questão dominicana. Por fim, o quarto capítulo trará a análise do segundo período interventivo da FIP, quando os generais Alvim e Palmer já tinham sido substituídos por generais menos graduados.

Capítulo I – Histórico da República Dominicana

1.1 – Introdução

Conforme apresentado na parte introdutória desse estudo, a intervenção norte-americana na República Dominicana em maio de 1965 foi muito relevante para o contexto latino-americano. Como o processo interventivo e os motivos da administração Johnson para intervir já foram extensamente analisados, nosso foco será a atuação brasileira nesse contexto da crise dominicana, desde o início da ação norte-americana até a retirada das tropas da FIP em setembro de 1966. Contudo, para compreendermos a participação brasileira no caso em questão, precisamos entender o contexto dominicano, a maneira como a situação foi se agravando – até eclodir na guerra civil de maio de 1965 – e, por fim, a intervenção norte-americana. Esse capítulo se debruçará sobre essas questões, analisando ainda a relação entre os Estados Unidos e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

1.2 – As intervenções norte-americanas na América Latina

Como será apresentado na próxima seção, a intervenção do governo Johnson na República Dominicana em 1965 foi extremamente relevante para o cenário latino-americano, uma vez que quebrou com o paradigma da política externa norte-americana de não intervir diretamente nos assuntos internos de outras nações americanas. Porém, para além das intervenções em solo dominicano, os Estados Unidos têm um histórico de ingerências – tanto indiretas, quanto diretas – na região. Alguns exemplos são os casos da Guatemala (1954), Cuba (1961), Brasil (1964), Chile (1973) e Nicarágua (1981). Começando pelo caso da Guatemala em 1954, os Estados Unidos agiram por meio da Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA) financiando a invasão do país por entidades paramilitares. Seu objetivo com essa ação foi a derrubada do governo de esquerda de Jacobo Arbenz. A ação teve início no dia 18 de junho de 1954 e, já no dia 20 do mesmo mês, o governo guatemalteco levou a questão ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Esse aprovou uma resolução pedindo para que cessassem quaisquer ações que pudessem levar ao derramamento de sangue e clamou aos membros das Nações Unidas para se absterem de qualquer envolvimento nesse

possível embate. Ainda assim os Estados Unidos seguiram com seus esforços para derrubar Arbenz. No dia 25 de junho de 1954 o governo guatemalteco renovou seu apelo ao Conselho de Segurança, porém, dessa vez o governo norte-americano conseguiu bloquear a inscrição da pauta na agenda da organização. Finalmente, no dia 27 do mesmo mês o governo Arbenz caiu para um golpe levado a cabo pelo exército guatemalteco (Rowles 1983, 397).

Outro exemplo dessa ação norte-americana na América Latina é o caso da Baía dos Porcos em Cuba no ano de 1961. Ao contrário dos demais casos, esse país se tornou um problema para os Estados Unidos após a Revolução Cubana de 1959 que colocou Fidel Castro no poder. O episódio da Baía dos Porcos é um dos mais significativos dentro da relação Estados Unidos-Cuba pós-revolução, porém devemos ressaltar que o governo norte-americano sempre buscou intervir indiretamente na Ilha. Outro ponto a ser destacado é que todas as administrações a assumir a presidência norte-americana, independentemente de sua filiação partidária – democrata ou republicana – teve seu olhar voltado à Cuba e à possibilidade de uma segunda Cuba no hemisfério. O caso da Baía dos Porcos marcou a história norte-americana, pois a participação do governo John F. Kennedy na ação foi descoberta, além de a tentativa de invasão ter sido frustrada. No dia 17 de abril de 1961, cerca de 1400 exilados cubanos, organizados e coordenados pela CIA, fizeram uma tentativa de invasão à Cuba pela Baía dos Porcos. Ao contrário do caso guatemalteco, o exército cubano permaneceu leal à Fidel Castro e, após dois dias da tentativa de invasão, os exilados foram cercados por tropas cubanas e forçados a se render.

Percebe-se, então, uma ação indireta norte-americana na América Latina nas décadas de 1950 e 1960, por meio do financiamento de entidades paramilitares. Porém quando nos voltamos para o caso do Brasil, nos deparamos com outra faceta da intervenção indireta de Washington nos assuntos internos latino-americanos. Entre os anos de 1961 e 1964 João Goulart, um político que se identificava mais a esquerda do espectro político brasileiro, governava o país. A situação de Goulart internamente era bastante complicada, visto que desde sua ascensão ao poder vinha enfrentando contestação por parte de alguns ministros militares e políticos da direita brasileira. É nessa conturbada conjuntura brasileira que a administração John F. Kennedy usou o programa de assistência econômica Aliança Para o Progresso (APP) para enfraquecer ainda mais a posição de Goulart dentro do país. Entre os anos de 1963 e 1964, o governo norte-americano voltou grande parte do auxílio financeiro que fornecia ao Brasil, via APP, para os estados nos quais os governadores eram classificados mais à direita do espectro político; como o Rio de Janeiro de Carlos Lacerda (Loureiro 2014, 346). Conforme o presidente

ia assumindo posições mais ligadas à esquerda brasileira, os governos dos estados de direita se fortaleciam com o auxílio financeiro norte-americano. Assim, quando em 31 de março de 1964 foi deflagrado o golpe civil-militar, João Goulart, e seus aliados, se viram sem forças para impedi-lo.

Outro caso bastante emblemático no histórico de intervenções norte-americanas na região é o do Chile. No dia 4 de setembro de 1970 Salvador Allende, um político da esquerda chilena, foi eleito para a presidência do país. Allende propunha a chamada via chilena para o socialismo, esse era um plano de reformas que levariam à transição chilena para o socialismo, contudo, de maneira gradual e pacífica, evitando a via das armas. É interessante ressaltar que, apesar de ter dado início às medidas as quais tinha se proposto, a administração de Allende foi vista como moderada, o que acabou se tornando sua sina. Mila Burns argumenta que se de um lado o Chile se tornou inimigo dos Estados Unidos e do Brasil, de outro ele não era considerado radical o suficiente em suas reformas para ser financiado militarmente pela União Soviética e Cuba (Burns 2014, 174). Assim, as críticas e a oposição a Allende foram crescendo tanto por parte da direita, quanto da esquerda chilena. A administração Richard Nixon, então presidente norte-americano, aproveitou a difícil posição na qual Allende se encontrava para influenciar indiretamente a situação chilena contra o presidente.

Além da proximidade militar que o Chile tinha com os Estados Unidos – o exército chileno fazia exercícios com o exército norte-americano –, em conversa com o então presidente brasileiro, o general Emilio Garrastazu Médici, Nixon se mostrou bastante preocupado com o futuro do Chile. O presidente norte-americano questionou Médici sobre os desenvolvimentos políticos do Chile, ao que o presidente brasileiro afirmou que Allende iria cair pelos mesmos motivos que Goulart. Os presidentes conversaram abertamente sobre um possível golpe e Nixon chegou a afirmar que qualquer forma de auxílio discreto – ajuda que não fosse diretamente rastreada aos Estados Unidos – estaria à disposição do governo brasileiro para auxiliá-lo a derrubar Allende (Burns 2014, 179).⁷ O aumento da oposição levou Salvador Allende a reagir com ousadia e se comparar a João Goulart, último presidente brasileiro eleito democraticamente e deposto por militares. O líder chileno afirmava que os eventos que ele vivenciava eram parecidos com os que Goulart teria vivido antes de sua deposição. Por fim, no dia 11 de

⁷ Para maiores informações sobre a atuação do Brasil na derrubada de Salvador Allende ver: BURNS, M. *Dictatorship across borders: the Brazilian influence on the overthrow of Salvador Allende*. ESD. Estudios de Seguridad y Defensa No 3, jun. 2014; BURNS, M. *Ditadura tipo exportação: diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende*. História e Cultura, Franca, v. 5, n. 3, p. 175-198, dez. 2016; HARMER, Tanya. *Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975*. Cold War History, 12:4, 2012. p. 659-681.

setembro de 1973, o presidente chileno sofreu um golpe de Estado dos militares, liderados pelo general Augusto Pinochet, e morreu na tentativa de defender seu governo e o palácio presidencial (Burns 2016, 186).

Por fim, temos o caso da Nicarágua e o embate entre os Sandinistas e os Contra. Após um golpe liderado por Anastasio Somoza em 1936, a Nicarágua viu o início da chamada ditadura dos Somoza, que duraria até 1979. O governo de Somoza foi marcado por uma estreita relação com os Estados Unidos, pela corrupção e pelo autoritarismo. Ao longo desse período um grupo de oposição, conhecido como Sandinistas (por causa de Augusto César Sandino, muito engajado na luta contra a presença norte-americana no país), começou sua luta contra os Somoza. Seu combate ganhou força em 1979, quando ganhou contornos de guerra civil. Os Sandinistas acabaram vitoriosos e assumiram o poder na Nicarágua. Essa mudança no direcionamento do governo nicaraguense não agradou a administração Ronald Reagan, que começou a financiar um grupo guerrilheiro conhecido como Contra (contra-revolucionários). Além de financiar e coordenar os Contra, o governo usou a CIA para fazer ataques à economia nicaraguense e ordenou uma série de exercícios militares em Honduras e águas próximas à Nicarágua. A ação dos Contra, entretanto, não foi bem-sucedida e os Sandinistas somente saíram do poder em 1990, quando perderam as eleições na Nicarágua (Peace 2010, 7).

1.3 – Histórico do conflito

A intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965 foi um acontecimento de grande relevância para a conjuntura interamericana.⁸ Lawrence Yates e Abraham Lowenthal argumentam que essa ação teria não somente influenciado as relações dos Estados Unidos com os demais países do continente, como também estruturado seu projeto de hegemonia na região. A decisão estadunidense de enviar tropas para o território dominicano também foi significativa visto que teria representado uma ruptura na política externa dos Estados Unidos que, até aquele momento, buscava não intervir abertamente nos países latino-americanos. Os trabalhos que analisam a maneira como a intervenção se deu – de maneira

⁸ Ressalta-se que essa não foi a primeira intervenção norte-americana em solo dominicano, nos anos de 1906, 1912 e 1916 os Estados Unidos já tinham ocupado a República Dominicana, saindo somente em 1924. Para mais informações sobre essas intervenções ver: TILLMAN, E. D. *Dollar Diplomacy by Force: nation-building and resistance in the Dominican Republic*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

unilateral e sem o apoio da OEA – são bastante consistentes. Assim, buscar-se-á explorar outro lado igualmente importante, porém pouco estudado dentro desse assunto: a atuação brasileira, em seus nuances mais relevantes, no conflito dominicano. Dessa forma, esse projeto pretende contribuir tanto para o estudo dos embates da Guerra Fria travados na América Latina no início dos anos 1960, quanto refletir sobre as relações entre potência hegemônica e lideranças sub-regionais no contexto latino-americano.

Após viver trinta anos sob a ditadura de Rafael Trujillo, em 1961 a República Dominicana entrou em uma fase de grande instabilidade política. Em pouco menos de quatro anos, o país viu sua liderança mudar diversas vezes, alternando entre estadistas ligados a Trujillo, triunviratos e políticos de esquerda. Entre todos, a literatura considera que o mais significativo foi Juan Emilio Bosch Gaviño.⁹ Eleito presidente em 1962 pelo *Partido Revolucionário Dominicano* (PRD), Bosch se identificava mais à esquerda do espectro político. Cosme e Inoa afirmam que a formação de um governo democrático sob sua liderança foi um evento de grande relevância, uma vez que ele teria sido o primeiro governo dominicano eleito livremente e com participação das massas populares (Cosme e Inoa 2014, 172).

Ao assumir o poder, Bosch deu início a uma série de medidas que desagradaram diversos setores, tanto dentro como fora da República Dominicana. No âmbito doméstico, ele adotou um plano de austeridade que acabou suprimindo centenas de cargos públicos de alto e médio escalão. No plano político, legalizou os partidos comunistas dominicanos e apontou diversos políticos liberais para seu gabinete. Bosch também teria buscado desenvolver políticas mais liberalizantes em relação a liberdades pessoais promulgando a constituição de abril de 1963. Além disso, o presidente apresentou políticas liberais no que tange às reformas agrárias, reduziu o corpo diplomático dominicano e aumentou a taxação para a indústria. Já na esfera internacional, embora tenha tido o apoio dos Estados Unidos no início de seu mandato, o presidente teria apresentado uma postura mais firme com relação a esse país do que Trujillo.

⁹ Juan Bosch foi um escritor e pensador dominicano. Durante os primeiros meses da ditadura Trujillista ele chegou a ser preso por motivos políticos, mas acabou sendo liberado após alguns meses encarcerado. Em 1938, ainda durante a ditadura, Bosch se exila em Porto Rico, onde fica até 1939 quando se muda para Cuba para dirigir os trabalhos do centenário Eugenio María de Hostos, filósofo porto-riquenho. Ainda em 1939 Bosch funda com outros refugiados o Partido Revolucionário Dominicano (PRD) e se pôs a visitar outros países latino-americanos. Entre 1940 e 1945 se destacou como analista político e encabeçou a formação de uma frente anti-Trujillista. Bosch teria se envolvido na luta de libertação de diversos países latino-americanos, tendo colaborado também com o Partido Revolucionário cubano. Ao longo da década de 1950 teria continuado sua campanha anti-Trujillista viajando pela América Latina. Bosch retorna a República Dominicana em 1959 após a queda de Trujillo. Informações disponíveis no arquivo online Juan Bosch. Para maiores informações vide: <http://www.juanbosch.org/index.php?route=info/info&info_id=6> Acesso em: 13/03/2019.

Seu programa de governo se encaixava dentro dos parâmetros da Aliança Para o Progresso (APP)¹⁰ e, após tratativas com o então presidente norte-americano John F. Kennedy em dezembro de 1962, as relações entre seus governos estavam em bons termos, percebendo-se, dessa maneira, como inicialmente Bosch gozava do apoio norte-americano. Conforme seu regime foi se mostrando mais nacionalista, entretanto, sua relação com os Estados Unidos começou a arrefecer (Castillo 2014, 8; Greenberg 1987b, 8).

Yates, por sua vez, afirma que Bosch teria mantido o bom relacionamento com os Estados Unidos ao argumentar que Washington teria coberto o presidente de auxílios técnicos, econômicos e militares – o último chegando a incluir um MAAG (*Military Assistance Advisory Group* – Grupo de Conselho de Assistência Militar) com quarenta e cinco conselheiros. Entretanto, o autor segue outra linha ao afirmar que o entusiasmo de Washington por Bosch teria esmaecido pelo fato de ele ter se mostrado um político e administrador inepto. Segundo o autor, a administração Kennedy não o enxergava como um comunista, mas muitos acreditavam que os vinte e quatro anos de exílio anteriores à sua eleição o teriam feito perder contato com a realidade dominicana. George Ball, então Sub-secretário de Estado norte-americano, teria sumarizado a imagem que o governo Kennedy tinha sobre o presidente dominicano quando afirmou ser ele ‘irrealista, arrogante e errático. [Ball] achava ele incapaz de administrar até mesmo um pequeno clube social, muito menos um país em turbulência. [Ele] não [lhe] pareceu um comunista (...), mas somente um trapalhão, pedante, antiamericano comprometido com reformas sociais inatingíveis’ (Yates 1988, 16).¹¹

Autores afirmam que o presidente dominicano teria sido advertido por John Bartlow Martin, então embaixador norte-americano na República Dominicana, sobre as medidas que vinha adotando. O embaixador teria ressaltado também o que considerava uma permissividade no trato com os comunistas, dada sua legalização dos partidos comunistas e a participação de políticos liberais em seu regime. Outro fator decisivo nessa deterioração seriam os relatórios que Martin enviava ao Departamento de Estado norte-americano, nos quais ele apresentava uma conjuntura bastante negativa e uma relevante atuação comunista no país. Bosch também era

¹⁰ Para maiores informações sobre a Aliança Para o Progresso ver: Levinson, Jerome and Juan De Onís. 1970. *The Alliance that Lost Its Way: A Critical Report on the Alliance for Progress*. Chicago: Quadrangle Books; Scheman, L. Ronald, ed. 1987. *The Alliance for Progress: A Retrospective*. New York: Praeger; RABE, Stephen. *The Most Dangerous Area in the World. John F. Kennedy Confronts Communist Revolution in Latin America*. Chapel Hill, NC and London: University of North Caroline Press, 1999.

¹¹ Tradução da autora.

visto como uma ameaça por empresários dominicanos e estrangeiros (que o acusavam de ser comunista), por latifundiários contrários à reforma agrária, por parte da alta hierarquia católica (que o apontava como corruptor de valores cristãos), por uma parte conservadora das forças armadas (que estava alarmada com sua recusa em tomar medidas mais duras contra elementos radicais) e pela ala política de centro-direita, representada pelo partido *Unión Cívica Nacional* (UCN) (que estava insatisfeita com suas políticas) . Então, em setembro de 1963 – apenas 7 meses após sua ascensão ao governo –, Bosch acabou sofrendo um golpe de Estado por uma parte das forças armadas, sendo substituído por um triunvirato. Por fim, o presidente deposto fugiu do país e se exilou em Porto Rico (Cosme e Inoa 2014, 175; Lowenthal 1972, 15).

O golpe que derrubou Bosch foi liderado pelo general Elías Wessin y Wessin.¹² Apesar do golpe ter sido liderado por um militar, o Triunvirato posto no poder era formado por civis. Seu presidente era Emilio de los Santos e seus demais componentes, Manuel Enrique Tavarez Espaillat e Ramón Tapia Espinal. Em novembro de 1963, Emilio de los Santos renunciou e Donald Reid Cabral¹³ acabou sendo designado o novo presidente do Triunvirato. Um fator importante a ser destacado é a divisão que se seguiu nas forças armadas dominicanas, visto que uma ala formada por jovens militares não estava satisfeita com o golpe desferido contra Bosch. Esse grupo desejava o retorno ao regime constitucionalista, o reestabelecimento da constituição de 1963 e a volta do presidente deposto ao poder; eles ficaram conhecidos como constitucionalistas. Os jovens militares entraram em contato com o presidente deposto em seu exílio e ofereceram-lhe seu apoio para derrubar o Triunvirato e colocá-lo de volta no poder. Bosch então aliou-se ao *Partido Revolucionario Social Cristiano* (PRSC) e em janeiro de 1965 assinou o *Pacto de Río Piedras*. Nele, ficou estabelecido que o PRD e o PRSC contestariam a legalidade do Triunvirato e buscariam mobilizar a opinião pública a favor do retorno de eleições constitucionais. Esse acordo conseguiu ainda o apoio do *Partido Socialista Popular* (PSP) – que se identificava como um partido de centro-esquerda – e de grande parte dos sindicatos e grupos estudantis (Cosme e Inoa 2014, 176).

Uma observação deve ser feita neste ponto: conforme será aprofundado mais à frente, após a morte de Trujillo a política externa estadunidense para a República Dominicana teria

¹² O General Wessin era comandante do Centro de Treinamento das Forças Armadas (*Centro de Entrenamiento de las Fuerzas Armadas* – CEFA) (Yates 1988, 21).

¹³ Donald Reid Cabral era um negociante de automóveis proveniente de uma poderosa família dominicana. Reid Cabral foi educado nos Estados Unidos e antes de assumir a presidência do Triunvirato já tinha atuado como embaixador da República Dominicana na Organização das Nações Unidas (ONU). Também compôs o Conselho de Estado que governou o país entre 1962 e 1963, após a queda de Trujillo (Yates 1988, 19).

sido embaixada no medo que Washington tinha de uma segunda Cuba nas Américas (Yates 1988, 1). Dessa maneira, suas ações e respostas à crise de 1965 não teriam sido diferentes e, ao longo de todo o processo, seus *policymakers* teriam expressado preocupação com a infiltração comunista nos grupos pró-Bosch. Segundo Lowenthal, entretanto, ao contrário do que Washington acreditava, os partidos comunistas não estariam cooperando proximamente com o PRD, mas sim atacando tanto o PRD quanto o PRSC, porque ambos teriam excluído a ala comunista do *Pacto de Río Piedras*, vacilado sobre o retorno para a constitucionalidade pelas vias eleitorais e considerado a possibilidade de abordar a embaixada norte-americana em busca de auxílio para garantir eleições. Destaca-se que essa percepção do governo norte-americano seria consequência dos relatórios elaborados por John Bartlow Martin, em seu tempo como embaixador, e pela Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA) reportando um fluxo considerável de atividades comunistas no país ao longo de 1962 (Lowenthal 1972, 56).

Enquanto isso, em Santo Domingo, a embaixada norte-americana teria visto positivamente o movimento de Reid Cabral de marcar eleições para setembro de 1965, visto que acreditava que o governo temporário iria prevalecer nas urnas. Segundo Yates, contudo, Reid teria se provado seu próprio pior inimigo; o cenário político era caótico e a crise econômica somente se aprofundava. Uma baixa nos preços de exportação de produtos agrícolas teria gerado uma severa crise e levado Reid a impor um programa de austeridade ao país na tentativa de aliviar a situação econômica. Ao contrário do que esperava, seu programa somado à sua tolerância à corrupção e ao contrabando acabou apenas piorando a conjuntura econômica. Ao perceber a precariedade de sua posição, o presidente começou a indicar um possível adiamento das eleições assim como a possibilidade de certos elementos considerados desestabilizadores – Juan Bosch e Joaquín Balaguer¹⁴ – serem impedidos de se candidatarem. Quando seu tempo na presidência parecia acabado, no dia 22 de abril de 1965, Reid Cabral demite sete oficiais juniores que estariam envolvidos na conspiração para restaurar Bosch ao poder. Esse

¹⁴ Joaquín Balaguer foi um político colaborador da ditadura Trujillo, chegando a substituir o ditador após sua morte. Sua ascensão ao poder teria contado com o apoio norte-americano. Balaguer assumiu a presidência da República Dominicana em mais de uma ocasião, seus mandatos foram de 1961 a 1962, 1966 a 1978 e 1986 a 1996. Seu primeiro governo teria sido conhecido pelo crescimento econômico e incentivo ao turismo e ao capital estrangeiro. Esse período, entretanto, também ficaria marcado pelo terror e pela repressão. Balaguer enfrentou forte oposição de familiares do ditador assassinado, principalmente seu filho Rafael Leónidas Trujillo, que desejavam retomar o poder no país. Esse período também ficou marcado por uma forte polarização na sociedade dominicana e embates nas ruas. Dado o contínuo aumento das tensões, Balaguer acabou renunciando em 16 de janeiro de 1962, deixando a presidência sob o comando de uma junta cívico-militar (Castilho 2014, 5; Comes e Inoa 2014, 172).

movimento teria diminuído a preocupação que muitos de seus apoiadores sentiam, levando-os a baixar a guarda e sentirem segurança para viajar – a trabalho ou por questões pessoais – para fora da República Dominicana, dentre eles o embaixador norte-americano William Tappley Bennett Jr – que tinha substituído John Bartlow Martin (Lowenthal 1972, 54; Yates 1988, 24).

Os conspiradores constitucionalistas, por sua vez, enxergaram a demissão desses sete oficiais como a descoberta de seus planos, visto que todos de fato tinham ligação com a conspiração em andamento. Apreensivos de que qualquer atraso desse a Reid Cabral tempo para lidar com os demais conspiradores, os constitucionalistas marcaram sua tentativa de golpe para o dia 26 de abril, uma segunda-feira. No dia 24 de abril, entretanto, o General Marcos A. Rivera Cuesta, chefe de gabinete do exército dominicano informou a Reid Cabral que diversos oficiais influentes do exército estariam envolvidos na conspiração boschista. O presidente, então, pediu que o General Cuesta cancelasse imediatamente as comissões¹⁵ desses oficiais e o despachou para o campo 27 de fevereiro onde deveria informar-lhes de sua demissão. Porém, os eventos que se seguiram não foram como o General Cuesta esperava. Ao chegar no campo e confrontar os oficiais, o General acabou sendo preso pelo grupo pró-Bosch, dando início ao golpe que levaria à queda Reid Cabral (Lowenthal 1972, 61).

Logo após a prisão do General Cuesta, os oficiais boschistas do campo 27 de fevereiro telefonaram para José Franciso Peña Gómez, líder do PRD e um dos líderes civis da conspiração, para contar o que tinha ocorrido. Peña Gómez, que estava prestes a entrar para sua transmissão diária na Rádio Santo Domingo, aproveitou a oportunidade para anunciar que o governo de Reid Cabral tinha caído e que o retorno ao constitucionalismo estava a caminho. Ele urgiu ainda a população a tomar as ruas da capital, de maneira que milhares saíram às ruas em comemoração. Seu anúncio precipitado, contudo, agravou ainda mais a forte crise que se instaurava nas forças armadas. Buscando controlar a situação, as estações de rádio e televisão governamentais começaram, imediatamente, a transmitir anúncios negando que o golpe estivesse acontecendo, mas seu domínio tinha começado a esmaecer. Dentro de algumas horas, oponentes de Reid de todos os espectros políticos estavam intensamente tentando descobrir o que realmente estava acontecendo e como eles poderiam influenciar esses eventos; dentre eles a embaixada norte-americana (Lowenthal 1972, 61; Yates 1988, 25).

¹⁵ No léxico militar ‘comissão’ é usado para indicar que o oficial está na ativa. Para maiores informações vide: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/969554/crime-militar-e-suas-interpretacoes-doutrinarias-e-jurisprudenciais-benevides-fernandes-neto>> Acesso em: 28/02/2019.

No segundo dia da crise, 25 de abril, a tensão acabou se transformando em uma guerra civil. Os grupos de esquerda, com a ajuda dos constitucionalistas, se organizaram em guerrilhas urbanas. Liderados pelos coronéis Rafael Fernández Domínguez e Miguel Hernando Ramírez¹⁶, eles desejavam destruir os resquícios trujillistas que permaneceram no exército ao longo dos governos do Conselho de Estado, Bosch e do Triunvirato. Os combates se desenrolaram nas ruas da própria capital e, dentro de vinte e quatro horas, o local já era controlado, em sua maioria, pelos grupos rebelados. Apesar da situação imensamente desfavorável, Reid Cabral ainda tentou salvar seu governo buscando o apoio do General Elías Wessin y Wessin. Um dos responsáveis pela queda de Bosch em 1963, Wessin y Wessin era o comandante da base de San Isidro, uma das mais importantes do país. Ao contrário do que Reid Cabral esperava ao nomear o General como Secretário das Forças Armadas, Wessin se absteve de qualquer manifestação de apoio ao governo que desmoronava por estar desacreditado do Triunvirato e não saber o tamanho da força que enfrentaria, de maneira que preferiu permanecer em San Isidro. Segundo Yates, seus tanques até poderiam superar as forças rebeldes, porém Wessin não poderia ter certeza e a perda de seus tanques implicaria em sua perda de poder (Yates 1988, 28).

Por fim, o último fator sopesado em sua decisão de permanecer teria sido sua incerteza em relação à lealdade das forças aéreas de sua base, de maneira que se ele marchasse para a capital e San Isidro caísse nas mãos de oficiais rebelados ele teria que enfrentar hostilidades em ambas as frentes. Assim como Wessin, Kennedy Crockett (State Department's Caribbean Country Director) e Willian Connett Jr (Chefe Adjunto de Missão)¹⁷ – dois dos primeiros oficiais norte-americanos a lidarem com a situação dominicana – teriam optado por deixar o governo Reid Cabral ruir ao descartarem uma possível intervenção militar norte-americana para auxiliá-lo. Os dois decidiram, como alternativa, que a melhor solução para evitar derramamento de sangue e a tomada de poder por comunistas seria encorajar ambos os lados dominicanos a formarem uma junta temporária com a promessa de eleições próximas. Yates afirma, entretanto, que Connett e Crockett teriam calculado mal o suporte popular à tal junta (Yates 1988, 29).

¹⁶ O coronel Rafael Fernández Domínguez era diretor da Academia Militar *Batalla de las Carreras* e um dos conspiradores militares do golpe contra Reid. Domínguez não tinha vínculo com partidos políticos, mas se identificava ideologicamente com o governo de Bosch. Durante o período de planejamento do golpe se ocupou em preencher as lacunas deixadas no movimento constitucionalista com as demissões feitas por Reid Cabral recrutando novos professores para a Academia. Miguel Hernando Ramírez, amigo próximo de Domínguez, foi um dos recrutados. Assim como Domínguez, não possuía filiação política, mas se identificava com o governo Bosch (Yates 1988, 20).

¹⁷ William Connett Jr. ficou responsável por lidar com os primeiros desenrolares da crise dominicana, uma vez que o Embaixador Bennett se encontrava fora do país quando o conflito estourou.

Diversos aspectos da crise dominicana de 1965 são pontos de discordância entre os acadêmicos, mas um é comum à maioria: o despreparo dos *policymakers* norte-americanos no momento de eclosão do conflito. O presidente Johnson se encontrava em Camp David para o fim de semana, o Embaixador Bennett estava em visita à sua mãe adoecida nos Estados Unidos, a direção da CIA estava para ser assumida por William Raborn e alguns cargos de oficiais especialistas em América Latina estavam sendo substituídos ou tinham sido recentemente ocupados por novos indivíduos. Um fator destacado por Yates foi o fato de que enquanto a embaixada norte-americana em Santo Domingo vivia um senso de urgência, o alto escalão do governo Johnson apresentava um sentimento de calma em relação à situação dominicana. O autor argumenta também que essa tranquilidade da administração em relação à situação dominicana não teria trazido à tona as questões que, mais tarde, dividiriam opiniões sobre o gerenciamento das operações militares; nem o presidente nem seus conselheiros mais próximos enxergavam uma intervenção militar norte-americana como uma perspectiva provável. Porém, mesmo antes de Johnson deixar Camp David no dia 25 de abril, o primeiro passo para a intervenção norte-americana já teria sido dado; uma força tarefa da marinha (*Task Group 44.9* – TG 44.9) já estava se encaminhando para águas dominicanas a pedido do embaixador Bennett (Lowenthal 1972, 73; Yates 1988, 35).

Enquanto Washington se mostrava despreocupado com a situação dominicana, nas ruas de Santo Domingo as posições mudavam em questões de horas. Conforme mencionado acima, no segundo dia da crise, 25 de abril, as tropas constitucionalistas já controlavam Santo Domingo quase em sua totalidade. Assim, quando o General Salvador Montás Guerrero, comandante do batalhão Mella das tropas leais, deu início a manobras para o estabelecimento de uma junta leal e representantes enviados pelos Generais Wessin e Juan de los Santos Céspedes¹⁸ chegavam ao Palácio Presidencial para negociar, os rebeldes decidiram agir rapidamente. Uma comitiva de oficiais bochistas liderados pelo Coronel Francisco Caamaño Deñó e pelos Tenentes Coronéis Giovanni Guitiérrez e Vinicio Fernández Pérez tomaram conta do Palácio Presidencial, prenderam Reid Cabral e seus conselheiros e reafirmaram sua intenção de restaurar Bosch à presidência. De acordo com Lowenthal, ao realizar tais ações Caamaño teria declarado que “[Seu] propósito fundamental era apenas e exclusivamente repor o que tinha sido tirado do povo em 25 de setembro de 1963; isso é, o retorno à presidência da república do professor Juan Bosch

¹⁸ O General Juan de los Santos Céspedes tinha, inicialmente, se aliado à revolta constitucionalista. Com os desenrolares da crise, entretanto, acabou migrando para o lado das tropas leais (Yates 1988, 30).

(...) O retorno de Bosch [seria] efetuado assim que possível, assim que a ordem fosse restaurada”¹⁹ (Lowenthal 1972, 74).

Com o desenrolar da crise no domingo (25 de abril), Connett, que estava responsável pela embaixada norte-americana, começou a ter poucas esperanças que negociações entre os constitucionalistas e os leais pudessem acontecer. Além das tropas rebeladas estarem claramente no controle da situação, relatórios enviados pela CIA estariam indicando que a influência de líderes comunistas dentro das tropas constitucionalistas estaria aumentando a cada minuto e eles nunca concordariam com o estabelecimento de um governo militar. Somado a isso, tem-se também a declaração de Caamaño sobre o reestabelecimento de Bosch no poder. Assim, os constitucionalistas teriam dado início a seus planos para trazer Juan Bosch de seu exílio em Porto Rico; porém, enquanto as medidas necessárias eram tomadas, Bosch deu permissão a seus apoiadores para formar um governo provisório sob o comando de José Rafael Molina Ureña, um proeminente político do PRD (Yates 1988, 30).

Uma observação deve ser feita em relação à revolta constitucionalista que levou à queda de Reid Cabral. É deveras complicado diferir as várias conspirações dentro do movimento, porém Lowenthal afirma que os conspiradores podem ser encaixados em três categorias: aqueles que desejavam o retorno de Bosch à presidência sem eleições, aqueles que acreditavam na constituição de uma junta comprometida com futuras eleições nas quais tanto Bosch quanto Balaguer pudessem concorrer e aqueles que estavam simplesmente trabalhando para derrubar Reid e favoreciam o estabelecimento de uma junta sem quaisquer pré-condições políticas. Yates destaca que ainda havia aqueles que se uniram à revolta na esperança de trazer Joaquín Balaguer de volta à presidência. Dentre eles estava o General De los Santos que, ao perceber os planos de Caamaño, se dissocia dos constitucionalistas e se alia à Força Aérea dominicana e ao General Wessin y Wessin para prevenir o retorno de Bosch (Lowenthal 1972, 54; Yates 1988, 31).

Após a queda de Reid Cabral, Wessin rapidamente se tornou o ponto focal da oposição leal e o que tinha começado como um golpe logo estouraria em uma guerra civil. Receosos dos avanços constitucionalistas, os militares leais fizeram duas tentativas de retomar o controle, entretanto, só conseguiram ocupar duas pequenas áreas de cidade. A primeira delas começou no princípio da tarde do dia 26 de abril (Segunda-feira) quando a força aérea dominicana deu início a uma série de bombardeios, enquanto o General Wessin se preparava para entrar com suas forças em Santo Domingo – essa operação foi chamada de *Clean Up*. Concomitantemente, a Radio San Isidro alegava em sua transmissão que a ofensiva final da junta aconteceria a

¹⁹ Tradução da autora.

qualquer momento. Destaca-se que ainda no dia 26 os generais De los Santos e Wessin pediram à embaixada dos Estados Unidos que enviassem tropas para reprimir a revolta, mas tiveram seu pedido negado (Lowenthal 1972, 100; Yates 1988, 39).

Por fim, os bombardeios acabaram levando alguns dos líderes constitucionalistas a procurar a embaixada norte-americana para que seus oficiais os ajudassem a trazer os líderes de San Isidro para a mesa de negociação. Ao longo do dia, diplomatas militares conseguiram quatro cessar-fogo, entretanto, não foram capazes de assegurar uma negociação entre as partes. Os oficiais da embaixada norte-americana teriam ainda tentado encobrir sua inabilidade de conciliar os lados em conflito culpando os constitucionalistas do impasse no qual o país se encontrava. Eles também os acusariam do derramamento de sangue e de se valerem dos pequenos intervalos de cessar-fogo para se reagruparem e lançarem uma nova ofensiva. Enquanto esse emaranhado de eventos tomava conta do território dominicano, a força tarefa da marinha norte-americana que tinha sido deslocada de Porto Rico – o TG 44.9 – chegava às proximidades do país. O Comodoro James Dare, responsável por essa força, posicionou seus navios a trinta milhas da costa dominicana como uma medida preventiva – de maneira que ficasse em uma posição de fácil acesso para lançar ataques anfíbios e aéreos caso fosse necessário. Greenberg, um dos estudiosos do tema, afirma que esse teria sido o início da intervenção norte-americana (Greenberg 1987a, 20; Yates 1988, 40).

No dia 27 de abril (terça-feira), a embaixada informou ao governo dos Estados Unidos que uma loucura coletiva teria tomado conta da cidade e este decide evacuar os civis norte-americanos que assim o desejassem. Surge, então, um dos primeiros pontos de discordância dentro da administração Johnson. Connett, chefe de missão na República Dominicana, que estava responsável pela evacuação, acreditava que o melhor horário seria ao raiar do dia, contudo, o Departamento de Estado argumentava que seria melhor realizar a operação ao meio-dia. Enquanto esse debate acontecia, o Embaixador Bennett, que durante a eclosão do conflito estava nos Estados Unidos, finalmente conseguiu retornar à República Dominicana. Bennett reassume, então, o controle da embaixada e começa a atuar na operação de evacuação. Aos civis norte-americanos e nacionais de outros países que desejassem deixar a República Dominicana tinha sido ordenado que se reunissem e aguardassem no Hotel Embajador. O TG 44.9, por sua vez, foi orientado para que se movesse a uma distância de cinco milhas da costa e assumisse o status de alerta de quinze minutos para operações de evacuação. Antes que a operação pudesse começar, entretanto, um grupo rebelde invadiu o lobby do hotel à procura de um jornalista dominicano anticomunista. Frustrados por não encontrarem o homem que

procuravam, os jovens rebeldes teriam atirado acima da cabeça dos civis e chegaram a ameaçar executar alguns deles. Yates afirma que ‘aos olhos dos oficiais norte-americanos, inclusive o presidente Johnson, [o incidente] providenciava evidências suficientes que o movimento rebelde [estaria] saindo do controle e levantava a sinistra perspectiva que tropas dos Estados Unidos teriam que ser deslocadas para proteger vidas norte-americanas’²⁰ (Yates 1988, 42).

Após o incidente no Hotel Embajador, o Embaixador Bennett enviou uma mensagem *CRITIC* para o Presidente Johnson, pedindo pelo desembarque de fuzileiros navais. Imediatamente após o envio da mensagem, Bennett pediu para que o TG 44.9 enviasse helicópteros para buscar um grande grupo a ser evacuado no Hotel e para ampliar em um batalhão a guarda de fuzileiros responsável pela embaixada. As medidas adotadas pelo embaixador aumentariam o contingente padrão de soldados norte-americanos em território dominicano, fazendo com que essas tropas estivessem em solo antes mesmo que o presidente recebesse sua mensagem. Assim, o desembarque efetivo de tropas na República Dominicana teria começado antes mesmo de o presidente considerar se os Estados Unidos deveriam ou não intervir (Lowenthal 1972, 103).

Enquanto as deliberações sobre evacuação aconteciam na embaixada, as tropas leais avançavam em Santo Domingo – segundo Yates, com a aprovação dos Estados Unidos. Seu avanço levou diversos oficiais constitucionalistas, dentre eles Molina Ureña – presidente temporário dessa facção – a retornar à embaixada, na terça-feira, para pedirem auxílio com um novo cessar-fogo. Porém, novamente a situação fica sem resolução quando um impasse é atingido a respeito de um lugar para as negociações. Bennett teria aproveitado a oportunidade para conversar com Ureña e, assim como os demais oficiais da embaixada, acabou culpando os rebeldes por uma matança sem sentido, da qual a esquerda dominicana estaria tirando proveito. O embaixador reiterou, ainda, que Washington preferia um cessar-fogo e a instauração de um governo indicado por ambos os lados em conflito. Para finalizar seu ponto, ele reafirmou a, então, clara vantagem militar das tropas leais e pediu para os constitucionalistas se renderem para que o trabalho de reconstituição pudesse começar (Yates 1988, 44).

Após a reunião na embaixada, Molina Ureña e o Coronel Miguel Hernando Ramirez – um dos oficiais que lançou a ofensiva rebelde – acabaram saindo da República Dominicana para seus exílios, deixando o controle da revolta nas mãos do General Caamaño. Com a liderança sob sua responsabilidade, Caamaño não tinha tempo para especulações, de maneira que, logo terminada a reunião na embaixada, ele iniciou o reagrupamento de suas forças, o

²⁰ Tradução da autora.

recrutamento de novos indivíduos e o planejamento de seu contra-ataque – tarefa que lhe ocuparia os dias 27 e 28 de abril. Enquanto isso, Bennett e os demais oficiais da embaixada estavam tão seguros da vitória de Wessin que acreditavam que a crise logo retrocederia e uma intervenção norte-americana não seria necessária. No dia 28 (quarta-feira), entretanto, Caamaño deu início ao contra-ataque constitucionalista, expandindo suas posições e retomando o controle de Santo Domingo. Assim, a conjuntura mudava novamente, as tropas leais estacaram, os constitucionalistas tinham parado seu avanço e dividido suas tropas. Deve-se ressaltar também que, em meio aos novos acontecimentos, a embaixada norte-americana ainda não tinha total compreensão da extensão do contra-ataque rebelde. Esses, por sua vez, após retomarem o controle da capital, estavam se preparando para atacar a base de San Isidro (Greenberg 1987a, 18; Yates 1988, 47).

A extensão dos danos causados pelo contra-ataque de Caamaño não seria compreendida pelos oficiais de Washington até a tarde daquele dia (28 de abril). Enquanto a manobra constitucionalista acontecia nas ruas da capital, em San Isidro, as tropas leais anunciavam a formação de uma junta militar sob o comando do coronel Pedro Bartolomé Benoit, um oficial da Força Aérea dominicana. Tal junta teria anunciado, ainda, que sua principal responsabilidade era com futuras eleições e o retorno de um governo constitucional – e não constitucionalista – movimentos que estariam de acordo com os desejos norte-americanos. Pouco após o estabelecimento da junta, às 15 horas da quarta-feira, o Coronel Benoit ligou para a embaixada dos Estados Unidos pedindo pelo desembarque de mil e duzentos fuzileiros navais para “ajudar a restaurar a ordem no país”²¹ (Yates 1988, 48). Bennett repassou a mensagem para o Departamento de Estado e teria até mesmo indicado preocupação com o envolvimento de fuzileiros navais na liberação das ruas da capital. A segunda mensagem de Benoit requisitando assistência dos Estados Unidos teria sido escrita e pedia auxílio na prevenção de outra Cuba, contudo, nem ao menos mencionava a proteção de vidas norte-americanas, o que de acordo com Lowenthal, ainda não era algo que o governo Johnson estivesse pronto para aprovar (Lowenthal 1972, 102).

Após receber a mensagem escrita, Thomas Mann – Secretário Assistente do Departamento de Estado para assuntos interamericanos – ligou para Bennett e o instruiu a obter do Coronel Benoit uma declaração escrita. Nela, deveria estar registrado o pedido de assistência militar aos Estados Unidos para restaurar a ordem ao país, mencionando especificamente a necessidade de proteção a vidas norte-americanas. Assim, um oficial da

²¹ Tradução da autora.

embaixada foi enviado à base de San Isidro e conseguiu de Benoit uma mensagem afirmando que “Em relação ao [seu] pedido anterior, [ele desejava] adicionar que vidas norte-americanas [estavam] em perigo e que as condições [eram] de tamanha desordem que [era] impossível providenciar proteção adequada”²², o Coronel terminava pedindo por uma “intervenção temporária para restaurar a ordem pública [àquele] país”.²³ Porém, dados os embates que ainda aconteciam nas ruas de Santo Domingo, quando esse enviado finalmente conseguiu retornar para a embaixada mais de 500 fuzileiros navais já teriam desembarcado há horas no campo de polo do Hotel Embajador (Yates 1988, 50).

O pedido de Mann demonstra como o processo de tomada de decisão em Washington já estava se encaminhado para a intervenção. Dessa forma, às 18 horas da quarta-feira, quando foi informado por Robert McNamara – Secretário de Defesa – que as tropas estavam prontas para o deslocamento, o Presidente Johnson autorizou o desembarque de 500 fuzileiros para operações defensivas, pediu que a OEA fosse notificada das intenções norte-americanas, organizou reuniões com líderes do congresso e solicitou a elaboração de pronunciamento que faria à população. Ressalta-se, contudo, que essa ordem foi dada sem que Johnson tivesse conhecimento dos mais de 500 fuzileiros que já se encontravam em solo dominicano a pedido do embaixador Bennett. Este episódio do processo de tomada de decisão do governo Johnson para a crise dominicana demonstra como a comunicação entre os oficiais norte-americanos em solo dominicano e Washington teria sido bastante confusa e desconexa. Em diversos momentos da crise, decisões foram tomadas sem conhecimento pleno do que estava acontecendo nas ruas de Santo Domingo – principalmente a partir do dia 28, quando a administração Johnson teria começado a entender a real extensão do conflito. Outro exemplo seria o número de fuzileiros desembarcados na República Dominicana que, segundo Yates, por razões desconhecidas, seria incorreto – o presidente Johnson teria se dirigido à nação estadunidense se referindo a 400 fuzileiros, enquanto o número real era de 536 (Yates 1988, 52).

Surge, então, a questão de um pronunciamento oficial de Johnson explicando ao país o porquê da entrada dos Estados Unidos no conflito dominicano. Este foi outro momento que dividiu as opiniões em Washington; enquanto o Secretário de Estado Dean Rusk acreditava que o presidente deveria mencionar a, suposta, ameaça comunista à opinião pública, Adlai Stevenson e McGeorge Bundy – embaixador dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas e Assistente de Segurança Nacional, respectivamente – argumentavam que Johnson não

²² Tradução da autora.

²³ Tradução da autora.

deveria explicar sua decisão além do fato de proteger vidas norte-americanas. Apesar de a vertente de Stevenson e Bundy acabar prevalecendo, um problema surge dessa opção – como justificar legalmente a intervenção. Conforme mencionado acima, é nesse momento que Thomas Mann pede que a embaixada consiga de Benoit, cuja junta militar Washington considerava governo temporário da República Dominicana, uma mensagem especificamente mencionando o perigo às vidas estadunidenses (Yates 1988, 50).

Enquanto as deliberações sobre o discurso do presidente aconteciam em Washington, as condições em Santo Domingo estariam cada vez mais favoráveis às tropas rebeladas que continuavam a atacar os leais. Aos olhos da embaixada norte-americana, a conjuntura dominicana estaria deteriorando rápido, uma vez que os rebeldes continuavam a avançar e a junta leal se encontrava ilhada em seus pequenos territórios apesar do desembarque dos fuzileiros navais. A situação teria chegado ao limite para os oficiais norte-americanos quando, ao meio dia do dia 29, enquanto o embaixador Bennett realizava uma reunião com o Comodoro Dare e o Coronel Daughtry²⁴, a embaixada foi alvejada. O tempo para a intervenção norte-americana teria finalmente chegado e o presidente Johnson aprovou então uma operação massiva para a República Dominicana, o desembarque dos fuzileiros restantes nos navios de Dare e a mobilização da *82d Airbourne Division* para a base de Ramey em Porto Rico (Yates 1988, 66).

Outro desencontro dentro da estrutura norte-americana teria sido a desinformação entre as tropas militares. Após a aprovação do envio dos fuzileiros, a *82d Airbourne Division* e a *3d Brigade* já teriam sido colocadas em alerta para um possível deslocamento em direção à República Dominicana. A divisão, entretanto, não conseguia se comunicar com quartéis mais graduados, de maneira que tinha conseguido apenas algumas informações até o dia 29, quando foram de fato mobilizados. Assim como a *82d*, a *3d Brigade* estaria sofrendo com falta de informações. Segundo Yates, já haveria conversa entre os soldados sobre ‘*killing commies*’ ou ‘*kicking red asses*’, mas nenhum deles sabia exatamente o que enfrentariam caso fossem enviados à República Dominicana. Por fim, o deslocamento das tropas previa uma parada na base aérea de Ramey, onde finalmente os soldados seriam informados da situação. Visto que os constitucionalistas continuaram a ganhar terreno em Santo Domingo, essa parada foi cancelada com a *82d* já a caminho da base e as tropas receberam a ordem de descer de paraquedas direto em San Isidro (Yates 1988, 64).

²⁴ O Coronel George W. Daughtry era o comandante da 6th *Marine Expeditionary Unit* (MEU); a unidade de fuzileiros que desembarcaram para evacuar os civis do Hotel Embajador.

Então, no dia 29 de abril, tanto os fuzileiros desembarcados do TG 44.9 quanto os paraquedistas da *82d* já se encontravam em solo dominicano. Observa-se, contudo, que, enquanto os fuzileiros desembarcaram no campo de polo do Hotel Embajador, a *82d* desceu na base aérea de San Isidro,²⁵ o que teria deixado as tropas sem conexão e os vinte quilômetros entre elas nas mãos de tropas constitucionalistas. O Major General Robert York, comandante da *82d Airborne Division*, logo depois de seu desembarque em San Isidro buscou uma maneira de se encontrar com o embaixador Bennett e o Vice-almirante Kleber Masterson, até aquele momento responsável por toda a operação militar já em curso na República Dominicana. Juntos eles elaboraram uma estratégia para dividir a cidade, manobra que seria feita com uma linha de fuzileiros saindo da embaixada, passando pela ponte Duarte até as tropas dominicanas leais em San Isidro. Contrariando suas expectativas, após a chegada da *82d*, as tropas leais pegaram seu equipamento, abandonaram sua posição na ponte Duarte, recuaram para San Isidro e deixaram a defesa dessa linha para os fuzileiros norte-americanos (Greenberg 1987a, 21; Lowenthal 1972, 111).

Esse recuo das tropas leais teria se dado pois já em seu primeiro dia a *82d* teria ocupado diversos espaços em Santo Domingo. Seu avanço foi tamanho que ainda no dia 29 a divisão conseguiu formar uma Zona Internacional de Segurança (*International Security Zone – ISZ*),²⁶ chegando a cruzar caminhos com os fuzileiros que faziam a segurança da embaixada norte-americana, mas não com o restante de seu contingente que ainda se encontrava nos arredores do Hotel Embajador. Seu avanço foi parado quando uma ordem veio de Washington para que eles recuassem e assumissem somente uma posição defensiva – o vácuo na linha entre as forças novamente seria aberto. Por fim, Masterson e York optam por deixar os fuzileiros responsáveis pela ISZ enquanto os paraquedistas da *82d* se moveriam para o Rio Ozama e aliviar as forças da junta da segurança da ponte Duarte. Se fosse bem-sucedida essa manobra garantiria o lado leste do Ozama, protegeria a junta em San Isidro do ataque que Caamaño vinha planejando e colocaria a *3d Brigade* em uma posição estratégica, caso fosse necessária. Percebe-se como, apesar do governo Johnson se dizer neutro dentro do conflito dominicano, seus cálculos e ações iniciais foram no sentido de preservar a junta de Benoit (Lowenthal 1972, 120; Yates 1988, 76).

²⁵ A base aérea de San Isidro fica localizada a vinte quilômetros a leste da capital Santo Domingo onde está o Hotel Embajador.

²⁶ A Zona Internacional de Segurança inicialmente cobria a área onde se encontravam as embaixadas de outras nações em Santo Domingo – inclusive a dos Estados Unidos. Ao longo do conflito, contudo, as tropas norte-americanas estenderiam essa zona para tomar, cada vez mais, espaço dos constitucionalistas (Lowenthal 1972, 130).

Até o momento, percebe-se como a Organização dos Estados Americanos teria sido relegada a segundo plano, apenas entrando em pauta no sexto dia do conflito dominicano, 29 de abril, após a decisão de Johnson de autorizar a intervenção. Lowenthal argumenta que somente depois da decisão ser tomada de fato diversos outros passos, igualmente importantes para a resolução do conflito, puderam ser tomados. Primeiramente, o embaixador Ellsworth Bunker – embaixador norte-americano na OEA e então Presidente do Conselho da Organização – chamou o Conselho para uma sessão. Bunker teria ainda encorajado o Secretário Geral da OEA, José A. Moura, a enviar um apelo oficial ao núncio papal em Santo Domingo pedindo que ele transmitisse a ambos os lados os desejos da Organização de que as hostilidades cessassem imediatamente e que se reportasse ao Conselho sobre a situação do conflito em geral, particularmente em relação às perspectivas de um cessar-fogo. O Secretário Geral da Organização chegaria a ir para Santo Domingo entre os dias 1 e 4 de maio, no entanto, acabaria entregando o processo de *peacekeeping* no dia 4 para um comitê liderado pelo embaixador Bunker. Ressalta-se, assim, como a liderança da OEA durante a crise teria sido mais nominal que real, uma vez que Bunker era quem realmente tomava as decisões e controlava o processo político-diplomático para a solução da crise. Assim, apesar da fachada multilateral que a Organização dava ao processo, os Estados Unidos teriam mantido forte controle da situação (Lowenthal 1972, 114; Yates 1988, 146).

A Operação Power Pack, como ficou conhecida a intervenção norte-americana, teve seu início oficial no dia 30 de abril, sétimo dia da crise. Às duas horas da madrugada da sexta-feira (30), aviões norte-americanos começaram a pousar na, cada vez mais lotada, base aérea de San Isidro. Além dos trinta e três C-130 levando as tropas, 111 aviões carregados com equipamentos pousaram na base naquela manhã. Lowenthal afirma que, nos seis dias que se seguiram, um avião pousava a cada seis minutos em San Isidro, chegando diariamente à base uma média de 243. Dentro de dez dias, aproximadamente vinte e três mil tropas norte-americanas estariam em solo dominicano – quase metade do contingente servindo no Vietnã (Lowenthal 1972, 111).

Outro oficial norte-americano enviado para a República Dominicana foi John Bartlow Martin. Ao perceber que o embaixador Bennett deixava clara sua inclinação para o lado leal e como isso se tornava, cada vez mais, um empecilho no trato com os constitucionalistas, Johnson pediu para Martin,²⁷ que tinha um relacionamento melhor com os constitucionalistas, que intercedesse *in loco* para que negociações voltassem a ser uma opção. Assim, no dia 01 de maio

²⁷ John Bartlow Martin foi embaixador dos Estados Unidos na República Dominicana durante o período Bosch.

(sábado), Martin se dirigiu ao acampamento de Caamaño na tentativa de rever um cessar-fogo. Yates afirma que essa ação teria levado a uma total quebra da coordenação político-militar, uma vez que no dia anterior o núncio papal tinha conseguido assegurar um cessar-fogo com as assinaturas de oficiais norte-americanos, leais e constitucionalistas. Dessa maneira, já teria sido acordado que as tropas estadunidenses não poderiam ultrapassar certas linhas pré-determinadas. Martin teria ainda usado um mapa para apontar para Caamaño a Zona Internacional de Segurança que estava sendo criada e expandida pelos fuzileiros navais, atitude da qual o Almirante Masterson não teria gostado (Yates 1988, 85).

Nota-se como as diferenças dentre os *policymakers* norte-americanos durante os dias finais da crise somente aumentavam. Outro ponto de tensão que pôde ser observado foi entre os Generais Robert York e Bruce Palmer Jr. Após a aprovação da Operação Power Pack, Johnson teria pedido ao Pentágono que indicasse seu melhor General para assumir o comando da missão, ao que o General Palmer foi indicado. Quando chegou a San Isidro, entretanto, o General teria enfrentado certa resistência de York em lhe ceder o comando das forças terrestres, abrindo mais uma divisão dentro do alto escalão norte-americano. Yates afirma que, apesar da resistência, ambos discordavam do cessar-fogo e acreditavam ser inaceitável o vácuo criado entre os fuzileiros e *82d Division*. Assim, concordavam ser de extrema importância a criação de um corredor de ligação entre tropas, ação que, necessariamente, quebraria o cessar-fogo estabelecido (Yates 1988, 87).

A linha de comunicação (*Line of Communication* – LOC) idealizada por York e Palmer seria aprovada por Johnson às 20:45 do dia 01 de maio. Logo após a aprovação, o presidente se dirigiu pela segunda vez à nação, agora para reafirmar a neutralidade dos Estados Unidos na crise e anunciar sua decisão de enviar mais tropas ao país. Assim, no segundo dia de maio, os fuzileiros navais, que patrulhavam a ISZ, e a *82d Airborne Division*, que mantinha a ponte Duarte puderam fechar uma linha de comunicação entre suas posições. Essa manobra acabou separando e enfraquecendo as tropas rebeldes dominicanas, o que teria possibilitado a adoção de uma postura mais neutra das forças norte-americanas e a entrada na segunda fase de sua intervenção, a manutenção unilateral da paz, como apresentado por Greenberg (Greenberg 1987a, 69).

Enquanto os embates aconteciam nas ruas de Santo Domingo, Ellsworth Bunker buscava a legitimação da intervenção norte-americana, já em curso, na Organização dos Estados Americanos. É interessante observar como os Estados Unidos não teriam buscado o aval da Organização para a intervenção ou decisões que tomaram no curso do conflito. Um

exemplo claro seria o estabelecimento da LOC, que, segundo Yates, tinha sido assegurado pelo Departamento de Estado que iria acontecer independentemente das ações de uma comissão enviada pela OEA para ajudar com as negociações *in loco*. Percebe-se, então, quão relevantes eram as dúvidas dos membros dessa comissão em relação às intenções multilaterais dos Estados Unidos. Dessa maneira, na tentativa de aplacar as alegações de que os Estados Unidos estariam voltando à sua velha política de ingerência nos assuntos internos das demais nações americanas, no dia 1 de maio, Bunker propôs uma resolução convocando os demais membros da OEA a enviar contingentes militares para a República Dominicana. Buscando ainda melhorar as chances de aprovação da resolução, os oficiais norte-americanos teriam prometido realizar o transporte aéreo de quaisquer tropas latino-americanas que fossem enviadas ao conflito (Yates 1988, 147).

Por fim, no dia 6 de maio, catorze dias após o golpe que deu início a todo o conflito, a X Reunião de Consulta OEA aprovou a resolução norte-americana. A aprovação da Força Interamericana de Paz (FIP) contou com catorze votos favoráveis, cinco contrários e uma abstenção da Venezuela.²⁸ Assim, a Força foi aprovada com os dois terços necessários de votos, incluindo os votos favoráveis da Argentina e do Brasil, considerados essenciais para o sucesso dos Estados Unidos na questão. A FIP foi composta por 1130 militares do Brasil²⁹, 250 de Honduras, 184 do Paraguai, 160 da Nicarágua, 3 oficiais de El Salvador e 20 policiais da Costa Rica,³⁰ além dos militares norte-americanos já alocados em território dominicano (Cosme e Inoa 2014, 165; Greenberg 1987a, 69).

Greenberg acredita que em três semanas de intervenção o presidente Johnson teria atingido seu objetivo e gerado um impasse entre as forças dominicanas. Dessa maneira, seu sucesso em evitar o surgimento de outro regime de esquerda no continente e na aprovação da FIP o teriam levado a ordenar ao exército que parasse de apoiar as tropas leais e adotasse uma postura de neutralidade. Deu-se início, então, a um processo de negociação entre as duas facções dominicanas (o Governo Constitucional e o Governo de Reconstrução Nacional) mediado por um Comitê *ad hoc* da OEA. Em setembro de 1965, as negociações culminaram na instituição de um governo provisório presidido por Héctor García Godoy, antigo funcionário

²⁸ A resolução foi aprovada com catorze votos favoráveis contra cinco votos contrários (Chile, Equador, México, Peru e Uruguai) (Yates 1988, 147).

²⁹ A liderança da FIP também ficou a cargo do Brasil sob o comando do General Hugo Penasco Alvim. Ressalta-se, entretanto, que essa liderança teria sido somente nominal, uma vez que os Estados Unidos teriam continuado no controle da missão por meio do General Bruce Palmer Jr – segundo no comando.

³⁰ De acordo com Greenberg, nesse período a Costa Rica não tinha força militar permanente (Greenberg 1987a, 69).

dos governos Trujillo e Bosch, que organizaria eleições presidenciais para o dia 1 de junho de 1966. Ressalta-se ainda que entre o estabelecimento do governo provisório e as eleições de junho de 1966 a FIP teria intervindo em poucas situações para salvar a estremeada administração García Godoy ou para reprimir desordens que ameaçavam a estabilidade do país (Greenberg 1987a, 24; Castillo 2014, 22).

1.4 – Os Estados Unidos e a Organização dos Estados Americanos

A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi criada no ano de 1948, com o intuito de desempenhar um papel regional para as Américas. Sua criação se deu dentro do contexto da Guerra Fria, período no qual o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) viu sua atuação travada pelo embate entre as duas superpotências do período. Por causa desse impasse, James Rowles e Dexter Boniface acreditam que os Estados Unidos tenham instrumentalizado a Organização em prol de seus interesses na região latino-americana ao longo dos anos da Guerra Fria. Além de sua ação dentro do âmbito da OEA, é notável a atuação norte-americana no contexto latino-americano na tentativa de conter a expansão do comunismo internacional na região e evitar uma segunda Cuba no hemisfério. Analisando a questão sob a perspectiva do direito internacional, Rowles argumenta pela existência de uma tensão intrínseca entre as normas legais internacionais e o uso da força. Segundo ele o uso da força durante o período da Guerra Fria se encontrava em uma linha tênue entre o desejo da existência de regimes que não violassem direitos humanos fundamentais e regimes que não fossem marxistas (Rowles 1983, 385).

Visto que a intervenção humanitária era justificada e não caía nas proibições da Carta da ONU, a distinção entre a defesa dos direitos humanos e a retirada de governos indesejáveis se tornou turva. Um exemplo nesse sentido é a própria intervenção norte-americana na República Dominicana, que começou sob a égide humanitária. A Carta da OEA, por sua vez, traz proibições ainda mais categóricas do que a ONU, algo que reflete a longa história dos países latino-americanos com intervenções externas. A Carta prevê que “para considerar problemas de natureza urgente e de interesse comum aos Estados americanos”, a OEA deva convocar uma reunião dos ministros das relações exteriores de seus países-membro (Rowles 1983, 392). Rowles argumenta que esse mecanismo foi usado em 1965 para justificar a criação de uma Força Interamericana após a invasão dos Estados Unidos em solo dominicano. Assim

como Cosme e Inoa, ele afirma que a ação norte-americana violou os artigos 18, 20 e 22 da Carta da OEA, porém acabou sendo acatada por parte dos países latino-americanos que buscavam alavancagem frente aos Estados Unidos. O autor reconhece ainda que, apesar do enquadramento jurídico ser claro contra o uso da força dentro da fronteira de outros Estados, os Estados Unidos cometeram graves violações dessas normas legais e agiram, direta ou indiretamente, nos assuntos internos das nações latino-americanas (Rowles 1983, 392)

Dexter Boniface também argumenta que a OEA se tornou uma extensão para os interesses dos Estados Unidos nas questões de segurança internacional no período da Guerra Fria. Exemplo disso foi a expulsão de Cuba da Organização em 1962 pelo que foi considerado uma incompatibilidade do país com princípios interamericanos, ao mesmo tempo que governos autoritários de direita surgiram em inúmeros países sul-americanos e foram passivamente condenados (Boniface 2002, 365). Carolyn Shaw segue na mesma linha ao afirmar que os Estados Unidos se aproveitaram da OEA para endereçar as questões de segurança regionais, como a disputa fronteiriça entre Nicarágua e Costa Rica entre 1948 e 1955 e a questão do regime Fidel Castro em Cuba nos anos 1960. Ao contrário dos demais autores, Shaw acredita que apesar de toda a discordância entre os membros da Organização sobre as propostas e ações unilaterais dos Estados Unidos, a OEA teria conseguido chegar a um consenso antes de agir nas questões regionais. Ela argumenta ainda que esse consenso teria fortalecido a cooperação entre as nações latino-americanas ao longo dos anos (Shaw 2004, 1).

Shaw reconhece que em alguns casos a relação entre os membros da Organização foi manchada por disputas controversas. Essas disputas escancaravam não somente as diferenças entre os Estados Unidos e a América Latina, mas também as divergências entre os Estados latino-americanos. Dois exemplos nesse sentido são o caso da expulsão de Cuba da OEA em 1962 e a invasão norte-americana à República Dominicana em 1965. É importante reconhecermos que em organizações internacionais os Estados membro normalmente farão concessões para que as diferentes preferências sejam acomodadas nas decisões. Porém, os Estados Unidos, como Estado mais forte dentro do âmbito da OEA, geralmente conseguem usar seus extensivos recursos e influência para conseguir o apoio de outros membros em favor de suas propostas. De acordo com Shaw, o caso dominicano é um bom exemplo dessa ação norte-americana. Com medo de um golpe que fizesse da República Dominicana uma segunda Cuba no hemisfério, a administração Johnson enviou tropas para o país para reestabelecer a ordem local. É improvável que outra nação americana tivesse os recursos para agir de maneira tão ágil, ou a audácia de intervir em outro Estado dessa forma. A autora argumenta que a hegemonia

norte-americana na região tenha dado um lugar único aos Estados Unidos dentro da OEA (Shaw 2004, 4). Percebe-se, então, como os Estados Unidos se valeram da Organização para fazer prevalecer seus interesses de segurança na região latino-americana

Capítulo II – Os debates na OEA e o processo de tomada de decisão de formação da Força Interamericana de Paz (FIP)

2.1 – Introdução

Conforme apresentado na parte introdutória desse estudo, após intervir na crise dominicana, o governo Johnson levou a questão para o âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse fórum, o embaixador Ellsworth Bunker, representante norte-americano para aquela organização, informou aos demais países latino-americanos sobre os acontecimentos em São Domingos e requisitou que fosse debatida a formação de uma força interamericana para lidar com o conflito – ou seja, os Estados Unidos buscaram a legitimação tardia de sua intervenção já em curso. Assim, é importante analisarmos como se deram os debates dentro da OEA, dada sua importância para a decisão do governo brasileiro de participar da FIP.

Inicialmente, as ações do governo receberam pouco apoio dos membros da OEA, com exceção do Brasil que, desde o princípio, apoiou a intervenção norte-americana. Segundo Juracy Magalhães, então embaixador brasileiro em Washington, essa intervenção dos Estados Unidos “incorreu no ônus inegável de rememorar infelizes precedentes históricos e de ir de encontro ao longamente sustentado princípio da não-intervenção.”³¹ O embaixador argumenta ainda que esses inconvenientes “teriam sido minorados ou sanados se tal decisão tivesse coincidido com uma consulta aos demais membros do sistema interamericano.”³² Apesar disso, o embaixador afirma ainda não ter dúvidas “de que foi uma decisão acertada, à vista das informações então disponíveis e das circunstâncias decorrentes da natureza dos movimentos subversivos e da deficiência da aparelhagem de defesa continental.”³³ Percebe-se assim uma contradição na retórica de Magalhães que, apesar de reconhecer o problema da intervenção norte-americana, acaba apoiando os Estados Unidos. Devemos ressaltar ainda que a situação dominicana em finais de abril de 1965 era bastante complicada, porém a ação unilateral dos Estados Unidos quebrou com sua tradição em política externa de não intervir diretamente nos assuntos de nações do hemisfério.

³¹ Comentários do embaixador Juracy Magalhães sobre a crise dominicana no *Council on Foreign Relations*, 03 maio 1965, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (a seguir, CPDOC-FGV), Fundo Juracy Magalhães (a seguir, JM), cp 1965.05.03, p. 1.

³² Comentários, Juracy Magalhães, JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 1.

³³ Comentários, Juracy Magalhães, JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 1.

Sobre a atuação brasileira no contexto em questão, Magalhães assegura que, assim que convocado, o Governo Castelo Branco foi à 10ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores convocada para analisar a crise dominicana. Na conferência, o país teria demonstrado sua compreensão para com a iniciativa do governo Johnson e sua concordância “com o objetivo superior de resguardar a República Dominicana da ameaça de subversão e, assim, auxiliar o povo daquele país a manter seu direito de autodeterminação, que é tão importante quanto o princípio da não-intervenção e que é a primeira liberdade que destroem os regimes comunistas.”³⁴ Essa é uma passagem bastante relevante, pois demonstra como o Brasil se valeu do princípio da autodeterminação como fator base para impedir governos comunistas. Percebe-se que, para as lideranças brasileiras, nenhum país comunista teria feito essa escolha por livre arbítrio. Em comentários tecidos ao Council of Foreign Relations em Nova York no dia 3 de maio – terceiro dia de debates na OEA –, o embaixador declarou que o Brasil “apoiou todas medidas adotadas pela OEA em busca duma solução para a crise dominicana e manteve suas vistas voltadas, não para detalhes passageiros, mas para as aspirações fundamentais e para os fatos essenciais envolvidos naquela crise.”³⁵ É interessante que Magalhães se refere a uma intervenção unilateral e à violação do princípio de autodeterminação dos povos como detalhes passageiros. É notável como o Brasil desconsidera princípios garantidos pela própria OEA para evitar a emergência de outros regimes comunistas no hemisfério.

Após levarem a crise dominicana para a OEA, os Estados Unidos fizeram questão de mantê-la na Organização, evitando que instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) tomassem a pauta para si. Nesse contexto, a OEA ganhou grande relevo e Juracy Magalhães acreditava, por sua vez, que ela poderia “ser o modelo [de uma] nova ordem internacional, na qual as instituições multinacionais, dentro de suas esferas parciais ou em sua esfera global, exercerão o poder de polícia³⁶, cuja viabilidade, ainda que em estado embrionário, já foi demonstrada em Gaza e no Congo pelas próprias Nações Unidas.”³⁷ As lideranças brasileiras argumentavam que para tal era necessário “o fortalecimento da OEA, com a revisão de sua estrutura e a adoção de normas de segurança continental ágeis e capazes.”³⁸ Assim, analisaremos a seguir os debates no âmbito da Organização dos Estados Americanos, o

³⁴ Comentários JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 1-2.

³⁵ Comentários JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 2.

³⁶ Essa passagem se assemelha bastante com a tese dos policiais de Roosevelt, quando da criação da Organização das Nações Unidas. Para maiores informações ver: GARCIA, Eugenio V. O sexto membro permanente. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

³⁷ Comentários JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 3.

³⁸ Comentários JM, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 3.

posicionamento dos países latino-americanos em relação à crise dominicana, com destaque para o Brasil, e a atuação brasileira dentro da OEA no que tange à questão dominicana.

Sobre a Organização dos Estados Americanos, devemos ressaltar que ela é a organização regional mais antiga do cenário internacional. A Organização foi fundada em 1948, a partir da assinatura de sua carta constitutiva. Desde então, a OEA trabalha para alcançar “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência.”³⁹ Para nosso estudo o trecho mais relevante da Carta pode ser encontrado no capítulo IV – Direitos e deveres fundamentais dos Estados – sob os artigos 15 a 17 e 19. O artigo 15 afirma que “o direito que tem o Estado de proteger e desenvolver a sua existência não o autoriza a praticar atos injustos contra outro Estado.”⁴⁰ Já o artigo 16 declara que “A jurisdição dos Estados nos limites do território nacional exerce-se igualmente sobre todos os habitantes, quer sejam nacionais ou estrangeiros.”⁴¹ E o artigo 17 dispõe que “cada Estado tem o direito de desenvolver, livre e espontaneamente, a sua vida cultural, política e econômica. No seu livre desenvolvimento, o Estado respeitará os direitos da pessoa humana e os princípios da moral universal.”⁴² Por fim, temos o artigo 19 que assegura que:

“Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.” Carta da OEA.

Conforme analisado, a intervenção unilateral norte-americana na República Dominicana feriu esses quatro artigos da Carta da OEA. Porém, como veremos a seguir, o Brasil ainda assim defendeu a ação norte-americana e apoiou a multilateralização de sua intervenção.

³⁹ Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 21/05/2021.

⁴⁰ Carta da OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizacao_dos_Estados_Americanos.htm#ch6> Acesso em: 21/05/2021.

⁴¹ Idem.

⁴² Ibidem.

2.2 – A relação entre ONU e OEA

Outro ponto que precisa ser abordado nesse capítulo é a relação entre a Organização dos Estados Americanos e a Organização das Nações Unidas. Antes de iniciarmos essa seção, devemos ressaltar que dentre os arquivos consultados, somente encontramos menção à ONU nos documentos do Itamaraty, sendo essas menções raras. Entretanto, acreditamos que a relação entre essas organizações deveria ser traçada a partir dessas fontes. Conforme apresentado na parte introdutória dessa tese, a principal organização a atuar na crise dominicana foi a OEA; porém, em meados de maio, a ONU também foi acionada. Ao perceber que a OEA considerava a proposta norte-americana de envio de tropas para a República Dominicana, o então presidente do Governo Constitucionalista dominicano, Francisco Caamaño, enviou uma mensagem à ONU, pedindo que a Organização atuasse dentro do conflito dominicano. O governo Johnson, por sua vez, não ficou satisfeito com o fato de a crise ter chegado no âmbito da ONU, visto que na OEA ele conseguia instrumentalizar mais facilmente em prol de suas decisões. Além disso, a ONU não era instrumentalizável pelos Estados Unidos, dado o poder de veto da União Soviética. Assim, os representantes norte-americanos naquela instituição se esforçaram para que a ONU não se envolvesse na questão dominicana. Ainda assim, quando convocada, a Organização decidiu pelo envio de observadores para São Domingos.

No dia 18 de maio, José Sette Câmara Filho, representante do Brasil na Organização das Nações Unidas, enviou um telegrama à Brasília afirmando a necessidade de uma trégua – em maio as duas facções dominicanas ainda estavam em confronto. Segundo Sette Câmara, era necessária uma trégua imediata e que a ação da OEA em solo dominicano fosse revigorada “por uma forma qualquer, como seja a rápida constituição de um comando multilateral e do apressamento das providências tendentes a integrar com tropas de outros países o contingente militar presente na República Dominicana.” Caso contrário, seria impossível evitar que o Conselho de Segurança da ONU tomasse uma ação mais efetiva do que somente o envio de observadores.⁴³ Luiz Teixeira Martini, chefe do EMFA, segue na mesma linha que Câmara Filho em relatório de 29 de outubro de 1965, no qual afirmou que a presença desses

⁴³ Telegrama No. 517, Missão do Brasil junto às Nações Unidas (a seguir, ONU) à Secretaria de Estado das Relações Exteriores (a seguir, Brasília), 18 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2

observadores em maio fazia Caamaño sentir-se politicamente forte, o que fez com que “as negociações da Comissão Especial da OEA, que iam a bom termo, [voltassem] à estaca zero.”⁴⁴

Martini seguiu no relatório afirmando que a OEA se sentia desarmada na República Dominicana frente às atitudes de Caamaño, de maneira que fora forçada a uma reação imediata, “quando no dia 22 de maio a Décima Reunião de Consulta deu encargos especiais a seu Secretário Geral” único que ainda estava em solo dominicano, “decidiu sobre o Comando Unificado e nomeou um Comitê para estudar o funcionamento e a manutenção da Força Interamericana.”⁴⁵ Por fim o chefe da EMFA faz uma dura crítica à atuação do representante da ONU na República Dominicana, afirmando que tal atuação desgostava a todos os membros da FIP, “pois CAAMAÑO que praticamente provocara a intervenção da ONU, [procurava] ampliar a área de atrito, buscando todas as oportunidades para cada vez mais forçar a intromissão dos Observadores da ONU.”⁴⁶ Esse trecho é muito significativo, visto que a ONU tinha poderes para atuar na crise dominicana, mas as lideranças brasileiras, dentre elas o Estado Maior das Forças Armadas, enxergava uma possível participação de ONU como uma intromissão forçada. É notável como todas as menções à ONU encontradas nos documentos do Itamaraty são negativas. Contudo, isso não é surpreendente, pois, como será analisado mais a fundo em nosso terceiro capítulo, as lideranças brasileiras que atuaram na crise dominicana eram majoritariamente favoráveis à intervenção norte-americana. Dessa forma, não nos surpreende que a posição brasileira oficial tenha sido voltada à manutenção da questão dominicana no âmbito da OEA, para que ela não fosse levada à ONU.

2.3 – Posição do Brasil

O Brasil, ao contrário de alguns países latino-americanos, demonstrou seu apoio tanto às ações norte-americanas dentro da crise dominicana, quanto ao seu pedido pela multilateralização de sua intervenção desde o início. Assim, compreender a posição adotada pelo país dentro dos debates da OEA é fundamental para a análise de sua atuação futura. Devemos iniciar nossa análise com um telegrama do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

⁴⁴ Relatório S/N, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (a seguir, EMFA), 29 out. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁵ Relatório S/N, Chefe do EMFA, 29 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty. Destaque original.

⁴⁶ Relatório S/N, Chefe do EMFA, 29 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

à embaixada brasileira em Washington de 26 de julho de 1965. Nele, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores afirma que “embora não tenha partido do Brasil a iniciativa da operação de paz [então] em curso, [o Brasil tinha] plena consciência do papel decisivo que [desempenhava] no sentido de dar-lhe o indispensável caráter de ação coletiva sob a égide da OEA.”⁴⁷ Esse documento nos salta aos olhos uma vez que explicita a autoanálise do MRE em relação à participação do Brasil nos debates e na formação da Força Interamericana de Paz. Entretanto, conforme será analisado no item a seguir, não encontramos muitos documentos no Arquivo do Itamaraty que apresentassem como se deram os debates e os jornais do período que utilizamos para construir essa parte da história apontam para uma participação diminuta do Brasil.

Algo que pudemos identificar em todos os documentos consultados foi o apoio incondicional que o governo Castelo Branco forneceu ao governo Johnson na questão dominicana. Juracy Magalhães, então embaixador do Brasil em Washington, deixa isso bastante claro nas notas que faz para o jornalista William Write em junho de 1965 analisando as ações brasileiras desde o início dos debates na OEA até a nomeação do General Hugo Panasco Alvim, comandante da FIP. O embaixador inicia afirmando que o Brasil forneceu total apoio às ações norte-americanas na crise dominicana desde o início.⁴⁸ Segundo Magalhães, no âmbito da OEA, o Brasil não somente apoiou a convocação da 10ª Reunião de Consulta, mas também a ideia de criar um comitê investigador de cinco membros, durante os debates na conferência.⁴⁹ Destacou ainda, o embaixador, que o Brasil foi eleito para compor tal comitê e aceitou sua nomeação.⁵⁰

Juracy Magalhães aponta também que, durante a Reunião de Consulta⁵¹, o Brasil apoiou completamente a criação de uma força interamericana. Após a aprovação dessa força, e assim

⁴⁷ Telegrama no. 655, Brasília à embaixada do Brasil nos Estados Unidos (a seguir, Washington), 26 jul 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁴⁸ Notas do embaixador Juracy Magalhães para o jornalista William Write, 06 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 1. Tradução da autora.

⁴⁹ Aqui devemos ressaltar a clara quebra com a política externa dos governos Jânio Quadros e João Goulart, a Política Externa Independente (PEI). Segundo Felipe Loureiro, a PEI se baseava em três princípios; “a preservação da paz mundial, a luta pelo desenvolvimento socioeconômico global e o uso da política externa como instrumento para a promoção do desenvolvimento do Brasil.” (Loureiro 2019, 189). Essa era uma política externa de cunho mais independentista, ou seja, não orbitava a política externa norte-americana. Porém, quando do golpe civil-militar em março de 1964 no Brasil, vemos a mudança nesse novo direcionamento da política externa brasileira e seu retorno para a órbita norte-americana.

⁵⁰ Notas do embaixador Juracy Magalhães para o jornalista William Write, 06 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

⁵¹ A Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da OEA acontece quando um Estado membro pede pela sua realização para que sejam analisados problemas considerados urgentes. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/sobre/reunioes_relacoes_exteriores.asp> Acesso em: 20/05/2021.

que o pedido formal da OEA chegou às mãos de Castelo Branco, afirma o embaixador, o presidente enviou uma mensagem ao Congresso pedindo autorização para enviar um contingente de tropas brasileiras.⁵² Magalhães afirma ainda que, logo após a autorização ter sido dada pelo Congresso, um contingente de 1.250 militares brasileiros foi enviado para São Domingos, onde assumiram seus deveres na Força Interamericana de Paz.⁵³ Devemos ressaltar ainda seus argumentos em relação à posição de liderança que o Brasil assumiu no contexto da crise dominicana. Magalhães assegura que o país nunca teria buscado essa posição de liderança, porém respondeu afirmativamente quando chamado pela 10ª Reunião de Consulta para nomear um general brasileiro como comandante da FIP. É interessante observar que, em suas notas, o embaixador brasileiro apresenta a imagem de um país que não buscava essa posição de comando dentro da situação dominicana, mas que a assumiria se fosse necessário.

Em relação à visão brasileira sobre o papel da OEA, Magalhães destaca que, desde o início, o país acreditou que a Organização deveria ter sido reconhecida como o melhor instrumento para a resolução da crise dominicana. Ele destaca ainda que isso estaria de acordo tanto com a Carta da própria OEA, assim como com a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o embaixador, os representantes do Brasil na ONU teriam agido de acordo, buscando “assegurar o reconhecimento da ONU de uma atribuição inquestionável da OEA.”⁵⁴ Esse ponto é relevante, pois, como veremos mais à frente, o Coronel Caamaño envolveu a ONU na questão dominicana, o que, segundo a visão brasileira, teria atrapalhado os trabalhos da OEA. Sabemos ainda que essa era a mesma posição do governo Johnson em relação à ONU, sendo que os representantes norte-americanos fizeram todo o possível para manter o problema somente no âmbito da OEA. A justificativa de Juracy Magalhães para tal posicionamento brasileiro se baseava na “necessidade de fortalecimento da OEA e de reafirmar sua habilidade de resolver problemas do continente”⁵⁵, dois pontos que eram considerados referência na ação diplomática brasileira. Ressaltam-se as claras limitações nesse posicionamento de Magalhães, visto que a ONU tinha escopo para atuar na crise dominicana. Porém, assumindo o papel de

⁵² Antes do episódio dominicano, a última vez que o Brasil enviou contingentes militares para compor uma missão de paz foi em Gaza em 1956. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu> Acesso em: 20/05/2021.

⁵³ Notas do embaixador Juracy Magalhães para o jornalista William Write, 06 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

⁵⁴ Notas do embaixador Juracy Magalhães para o jornalista William Write, 06 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

⁵⁵ Notas, Juracy Magalhães para William Write, 6 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

aliado norte-americano, as lideranças brasileiras buscaram legitimar a ação unilateral dos Estados Unidos, o que somente ocorreria no âmbito da OEA.

Outro ponto disposto pelo embaixador em suas notas foi a atuação do então chanceler brasileiro Vasco Leitão da Cunha. De acordo com Magalhães, a presença de Leitão da Cunha teria sido decisiva para a “abertura de um novo período nos esforços para uma solução pacífica em São Domingos.”⁵⁶ Juracy Magalhães afirma também que a “Reunião de Consulta aprovou a iniciativa brasileira de criar uma Comissão de três homens de alto escalão, um dos quais era o representante permanente brasileiro para a OEA, o embaixador Ilmar Pena Marinho.”⁵⁷ É notável como o embaixador Magalhães enxerga no Brasil um apoiador importante dos Estados Unidos, agindo com liderança dentro do contexto dominicano. Devemos destacar que a literatura norte-americana acerca do tema não apresenta a mesma interpretação sobre a atuação brasileira. Ainda sobre a participação de Vasco Leitão da Cunha na 10ª Reunião de Consulta, encontramos uma circular da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do dia 25 de maio de 1965. Nesse documento, o chanceler afirma que estava de partida para Washington no dia seguinte, onde iria se encontrar com seus colegas, “a fim de concertar as medidas eficazes para encaminhar a solução do conflito dominicano e com vistas a preservar o papel prioritário do sistema regional, preexistente à ONU no tratamento de assuntos ligados à segurança continental.”⁵⁸ Novamente observamos a preocupação brasileira em manter a crise dominicana dentro do âmbito da OEA e com a preservação do sistema interamericano.

Esses aspectos podem ser observados no relatório do Ministério das Relações Exteriores do dia 24 de maio de 1965. Nele, o MRE enviou uma série de diretrizes que a delegação do Brasil junto à OEA deveria seguir, dentre elas a diretriz afirmando que “o Brasil deveria esforçar-se para que outros países também contribuíssem para a integração da força, de modo a emprestar-lhe gradativamente uma representatividade maior da comunidade de países americanos.”⁵⁹ Além dessa preocupação do Brasil, notamos também certo interesse dos Estados Unidos nas posições adotadas pelo governo Castelo Branco na 10ª Reunião de Consulta. Exemplo nesse sentido é o telegrama de 4 de julho de 1965 da embaixada brasileira em

⁵⁶ Notas, Juracy Magalhães para William Write, 6 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

⁵⁷ Notas, Juracy Magalhães para William Write, 6 julho 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.06.07, p. 2. Tradução da autora.

⁵⁸ Circular no. 5693, Brasília à representação brasileira na Organização dos Estados Americanos (a seguir, OEA), 25 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.04.28.

⁵⁹ Relatório S/N, Considerações gerais para a orientação da delegação do Brasil junto à 10ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos, 24 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5

Washington ao Itamaraty. No documento, Juracy Magalhães, então embaixador brasileiro em Washington, afirma que o Departamento de Estado norte-americano teria lhe confirmado que agiria “intimamente ligado [ao governo brasileiro] em qualquer decisão, sobre o novo governo [que seria] instalado na República Dominicana.”⁶⁰ O que vimos, entretanto, foi um movimento contrário, o Brasil atuando muito próximo às posições norte-americanas. O embaixador assegurou ainda que “o Senhor Vaughn [Secretário Assistente do Departamento de Estado para assuntos ocidentais] mostrou interesse em saber qual ação deveria ser votada pela Reunião de Consulta no entender do Governo brasileiro e qual a reação dos outros Governos à consulta brasileira.”⁶¹

Outro documento que toca a questão do posicionamento brasileiro é o relatório de Ruy Nunes (terceiro secretário da Secretaria de Estado das Relações Exteriores) de 8 de outubro de 1965. Mesmo tendo sido redigido meses após a votação para a formação da FIP, o relatório aborda os motivos da decisão brasileira em compor a Força. Em tal documento, Ruy Nunes retoma a posição do General Alvim (brasileiro que assumiria o comando da Força) em relação à necessidade de um diálogo aberto com os Estados Unidos. Alvim que, como veremos mais à frente, era fortemente anticomunista, argumentava contra a negociação com o lado caamañista do conflito e afirmava que era necessário ao Brasil manter um diálogo franco com a potência do norte, para que se fizesse claro ao governo norte-americano que, quando tomou a decisão de enviar um contingente para a FIP, “tinha em mente, antes de mais nada, atender aqueles imperativos da segurança continental, objetivo que deve ser atingido mesmo ao preço de uma pressão política sobre o Governo Provisório a fim de que modifique a orientação adotada.”⁶² Assim, não podemos argumentar que os posicionamentos adotados pelo governo Castelo Branco seguiram necessariamente a lógica da política externa de alinhamento de automático, pois, pelo menos a partir dessa manifestação de um membro do alto escalão das forças armadas brasileiras, teriam sido desenvolvidas a partir de interesses próprios.

⁶⁰ Telegrama no. 1172, Washington à Brasília, 04 jul. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶¹ Telegrama No. 1172, Washington à Brasília, 04 jul. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶² Relatório S/N, Rui Nunes Nogueira ao Ministro de Estado Interino, 8 out. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 6

2.3.1 – Percepção do Brasil sobre as posições adotadas pelos países latino-americanos

Após analisar a posição do governo brasileiro, devemos apresentar a percepção das lideranças brasileiras em relação às posições adotadas pelos demais países latino-americanos no contexto da crise dominicana, para então apresentarmos como se deram os debates em si. O primeiro fator que devemos ressaltar é que, ao contrário do Brasil, diversos países presentes na Reunião de Consulta foram contrários às ações norte-americanas desde o início. Exemplo nesse sentido é o telegrama do embaixador Ilmar Pena Marinho – representante do Brasil na OEA – de 01 de maio, no qual afirma que “o tom geral dos pronunciamentos [tinha sido] de desagrado, pelo que se qualificou de ‘ato unilateral de intervenção da parte de um Estado americano nos negócios de outro.’”⁶³ A essas afirmações o representante dos Estados Unidos rebateu com argumentos em relação ao “estado anárquico em que se encontraria a capital dominicana no momento da decisão de enviar forças da Infantaria de Marinha, e dos motivos humanitários que, em consequência, determinaram a expedição da ordem de desembarque.”⁶⁴ Apesar da defesa apresentada pelos Estados Unidos, Pena Marinho afirma que Argentina, Chile, México, Peru, Uruguai e Venezuela⁶⁵ seguiram “irritados com o ‘ato unilateral de intervenção.’”⁶⁶ O embaixador argumenta ainda que as demais nações se pronunciaram a favor dos princípios de autodeterminação e não intervenção, porém o fizeram em tom mais moderado.

Em um relatório de inteligência sobre a situação dominicana do dia 2 de maio, também encontramos uma passagem que demonstrava preocupação com o posicionamento de determinados países. Nele, afirma-se haver indicações que diversas nações, dentre elas Chile, Uruguai e Venezuela, poderiam denunciar a intervenção norte-americana na República Dominicana durante a 10ª Reunião de Consulta.⁶⁷ Infelizmente, não há indícios no documento em relação à sua fonte, de maneira que não podemos afirmar qual seja ela. Porém, inferimos

⁶³ Telegrama no. 268, OEA à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶⁴ Telegrama no. 268, OEA à Brasília, 01 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶⁵ Nesse período a Argentina era governada por Arturo Umberto Illia, que seria deposto pouco depois (junho de 1966). O Chile, por sua vez era governado por Eduardo Frei, político que teve amplo apoio norte-americano em sua campanha eleitoral. No México, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) – partido identificado mais à esquerda do espectro político – estava no poder com Gustavo Díaz Ordaz na presidência. O Peru era comandado por Fernando Belaúnde Terry, que também seria deposto por um golpe por militar (em outubro de 1968). Entre 1952 e 1967, o Uruguai foi comandado por um Conselho Nacional de Governo estabelecido pela constituição de 1952. Por fim, a Venezuela era governada por Raúl Leoni, filiado ao partido Ação Democrática, identificado à esquerda do espectro político.

⁶⁶ Telegrama no. 268, OEA à Brasília, 01 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶⁷ Documento S/N, 02 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

que, por tratar de outras nações, se referindo inclusive ao Brasil, ele seja de origem norte-americana. De qualquer maneira, por estar arquivado junto com a correspondência especial do Itamaraty, acreditamos que ele tenha sido importante para o embasamento das ações das lideranças brasileiras.

Outro documento importante é o telegrama da embaixada brasileira em Buenos Aires de 3 de maio de 1965, no qual Expedito de Freitas Resende, embaixador brasileiro na Argentina, afirma que foi chamado com urgência ao Palácio San Martín. Lá, o “Sub Diretor-Geral de Política, [lhe] manifestou a profunda preocupação do Governo argentino pelo impacto causado à opinião pública com o desembarque de tropas norte-americanas na República Dominicana.”⁶⁸ Resende afirma ainda que, “com o fim de minorar esse impacto e de dar à atuação de fato uma forma jurídica, [pensava] a Chancelaria argentina sugerir, por intermédio da Comissão dos Cinco Observadores da OEA, atualmente em São Domingos, a criação de uma força interamericana”⁶⁹, sendo que essa “teria três finalidades principais: a) garantir a cessação do fogo; b) proteger as Missões diplomáticas e os nacionais estrangeiros; e c) exercer toda a sorte de tarefas humanitárias.”⁷⁰ Outro ponto interessante observado pela diplomacia brasileira foi a ausência da representação chilena em Washington, que, segundo Expedito de Freitas Resende, “[era] consequência de uma decisão deliberada, [enquanto o]; não comparecimento da Argentina [era] resultado exclusivo de hesitações da Casa Rosada que não permitem definir uma política.”⁷¹ Percebe-se, então, que a Argentina não era contrária à formação de uma força interamericana, porém se mostrava preocupada com o impacto da legitimação da intervenção norte-americana na República Dominicana na opinião pública argentina.

2.4 – Debates na Organização dos Estados Americanos

Conforme apresentado anteriormente, a questão dominicana foi levada ao fórum da OEA somente no dia 1º de maio de 1965, cinco dias após o início da intervenção norte-

⁶⁸ Telegrama no. 194, embaixada do Brasil na Argentina (a seguir, Buenos Aires) à Brasília, 03 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁶⁹ Telegrama no. 194, Buenos Aires à Brasília, 03 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁰ Telegrama no. 194, Buenos Aires à Brasília, 03 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷¹ Telegrama no. 257, Buenos Aires à Brasília, 28 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2

americana. O embaixador Ellsworth Bunker, representante dos Estados Unidos, foi o responsável por apresentar o desenrolar do conflito e as ações norte-americanas e pelo pedido de multilateralização da força a atuar na crise. Devemos destacar que, ao consultar os documentos coletados nos arquivos do Itamaraty e do CPDOC, não encontramos referências aos debates que estavam acontecendo na OEA. Encontramos somente telegramas com direcionamentos à delegação brasileira na Organização sobre quais posições adotar em relação à crise dominicana e ao pedido norte-americano. Assim, nos voltamos para os jornais do período para poder traçar como se deram as discussões dentro da Organização.

Segundo os principais veículos da imprensa brasileira, os debates aconteceram entre os dias 1 e 7 de maio, quando a criação de uma força interamericana foi aprovada pelos membros da OEA. É interessante notar que, desde o início, como já notado anteriormente a partir da própria documentação diplomática brasileira, os Estados Unidos enfrentaram forte oposição de alguns países latino-americanos. O Uruguai, por exemplo, apresentou sua contrariedade às ações norte-americanas antes mesmo da 10ª Reunião de Consulta ser convocada. Emílio Oribe, representante uruguaio junto à OEA, votou contra a resolução que constituía a Reunião de Consulta para discutir a crise dominicana, “afirmado que seu governo [considerava] que os acontecimentos na República Dominicana [interessavam] unicamente [àquele] país e não [justificava] uma intervenção coletiva dos membros da OEA.”⁷² Nesse momento inicial, os representantes da Argentina, Colômbia, Costa Rica, México e Venezuela também criticaram o envio de tropas norte-americanas para o território dominicano e expressaram sua contrariedade ao envio de tropas por parte da Organização, uma vez que esse movimento contrariava o princípio de não-intervenção.⁷³ Observamos que, nesse primeiro dia, os debates na OEA estavam voltados para a busca de maneira de se atingir um cessar-fogo, visto que as facções legalista e caamañista ainda estavam em confronto aberto. Nesse ponto, o jornal *O Estado de São Paulo* destaca o quão solícitos os Estados Unidos estavam sendo em relação a medidas emergenciais, como “o fornecimento de alimentos, medicamentos e instalações médicas de emergência para ajudar as vítimas das atuais violências.”⁷⁴ Deve-se considerar, entretanto, como forma de compreender esses comentários elogiosos a Washington, as filiações políticas de Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal e um dos principais conspiradores civis do golpe de 1964.

⁷² O Estado de São Paulo (a seguir, OESP), Conferência consultiva extraordinária da OEA, 01 maio 1965, capa.

⁷³ OESP, Conferência consultiva extraordinária da OEA, 01 maio 1965, capa.

⁷⁴ OESP, S. Domingos: os EUA enviam 2 batalhões de paraquedistas; continua indecisa a situação, 01 maio 1965, p. 2.

Nesse primeiro dia de debates, a delegação brasileira, por sua vez, limitou-se “a fazer comentários de ordem técnica sobre o projeto-de-resolução.”⁷⁵ É interessante ressaltar, mais uma vez, que o Brasil foi o único país a apoiar completamente os Estados Unidos desde o início. O chanceler brasileiro Vasco Leitão da Cunha já tinha instruído o embaixador Pena Marinho a votar favoravelmente ao projeto de resolução norte-americano apresentado naquele dia.⁷⁶ Assim, as lideranças brasileiras olhavam com estranheza para a posição dos demais países. Exemplo claro disso é um telegrama de Juracy Magalhães para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores datado de 1º de maio de 1965. Nele, Magalhães afirma ter conversado com o embaixador Pena Marinho por telefone e que ele “[disse-lhe] que estava embaraçado, porque havia uma condenação geral dos diferentes países à ação americana, sendo o Brasil o único país que assim não se manifestara.”⁷⁷ Juracy Magalhães afirma ainda que “[achava] hipócrita essa condenação [dos demais países latino-americanos]” visto que “não [acreditava] que Embaixador algum em Washington [classificasse] como um ato de imperialismo uma ação praticada pela necessidade de substituir um ineficaz instrumento de defesa coletiva.”⁷⁸ Essa passagem do telegrama de Magalhães é surpreendente; conforme apresentado, o Brasil se colocou na posição de aliado dos Estados Unidos, mesmo reconhecendo os problemas na ação unilateral norte-americana. Porém, afirmar que nenhum embaixador em Washington considerava essa ação um ato de imperialismo é extremamente complicado. Essa fala do embaixador demonstra como o Brasil de Castelo Branco aceitava sem questionamentos a hegemonia norte-americana e suas atitudes imperialistas, não as classificando como tal.

No segundo dia de debates, a Organização dos Estados Americanos aprovou a designação de uma comissão de paz composta por cinco nações – Argentina, Brasil, Colômbia, Guatemala e Panamá.⁷⁹ Observa-se, como desde o início dos trabalhos da OEA, o Brasil foi atuante das mais diversas formas, tal como compondo a comissão de paz, a comissão ad hoc e, mais tarde, a própria FIP. É interessante notarmos ainda que, apesar do papel proativo que o Brasil desenvolveu ao longo dos trabalhos da Organização, a proposta da criação de uma força conjunta interamericana veio da Colômbia, outro aliado tradicional dos Estados Unidos.

⁷⁵ Telegrama no. 268, OEA à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁶ Telegrama no. 396, Brasília à Washington, 01 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁷ Telegrama no. 784, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁸ Telegrama No. 784, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁷⁹ OESP, A OEA forma comitê de paz, 02 maio 1965, capa.

Segundo Bogotá, poderiam participar dessa força “todas as nações que [estivessem] capacitadas a emprestar os seus contingentes militares.”⁸⁰ Devemos ressaltar que, ao levarem a questão dominicana para a OEA, os Estados Unidos já pediram pela multilateralização da força, de maneira que a proposta colombiana somente se diferenciava da proposta norte-americana no que tange à composição dessa força. A Costa Rica, por outro lado, propôs que as forças norte-americanas já em solo dominicano fossem colocadas sob a égide da Organização, enquanto Chile e Venezuela continuaram pedindo pela retirada das tropas dos Estados Unidos de São Domingos.⁸¹ Devemos ressaltar que, historicamente, os Estados Unidos usavam as nações da América Central e do Caribe como base de apoio aos seus desígnios na OEA.

O terceiro dia de debates seguiu com a divisão entre as nações latino-americanas. O governo chileno continuou se opondo às ações norte-americanas e se declarou “profundamente alarmado pelo desenrolar dos acontecimentos da República Dominicana.”⁸² O representante do Chile na Organização solicitou ainda “a adoção das medidas a cessação da luta e ao respeito pela livre determinação do povo dominicano.”⁸³ Em sua argumentação afirmou que, apesar dos esforços engendrados por algumas nações, a lentidão do processo no âmbito da OEA, “[permitia] que se [mantivesse] uma situação que os povos da América não [podiam] aceitar.”⁸⁴ O governo chileno considerava a presença militar norte-americana em São Domingos um movimento contrário “à Carta da OEA e aos claros princípios do direito internacional, e [pedia] sua retirada, habilitando, assim, o Conselho da OEA a adotar medidas coletivas que [fossem] necessárias segundo a Carta.”⁸⁵

Enquanto a delegação do Chile, juntamente com as delegações do Uruguai e do México, continuava a se opor às ações e à proposta norte-americana, o Brasil se posicionou de maneira favorável ao governo Johnson. Assim, suas intervenções nos debates foram sempre no sentido de apoiar a proposta norte-americana. José Barreiros, delegado substituto do Brasil junto à OEA, em memorando de 15 de dezembro de 1965, relembrou que, após demonstrar seu apoio ao projeto de resolução norte-americano para a criação de uma força interamericana, em um momento no qual outros delegados ainda não tinham assumido uma posição em relação a esse projeto, Ward Allen, delegado substituto dos Estados Unidos para aquela Organização, foi ao

⁸⁰ OESP, A OEA forma comitê de paz, 02 maio 1965, capa.

⁸¹ OESP, A OEA forma comitê de paz, 02 maio 1965, capa.

⁸² Folha de São Paulo (a seguir, FSP), Os Estados Unidos enviam mais de dois mil paraquedistas a São Domingos, 03 maio 1965, p. 2.

⁸³ FSP, Os Estados Unidos enviam mais de dois mil paraquedistas a São Domingos, 03 maio 1965, p. 2.

⁸⁴ FSP, Os Estados Unidos enviam mais de dois mil paraquedistas a São Domingos, 03 maio 1965, p. 2.

⁸⁵ FSP, Os Estados Unidos enviam mais de dois mil paraquedistas a São Domingos, 03 maio 1965, p. 2.

lugar onde estava sentado e entregou-lhe a seguinte mensagem: “Querido Amigo – jamais esqueceremos o ato tão nobre de solidariedade de seu governo com o nosso nesses momentos tão difíceis. Ward”⁸⁶

No dia 04 de maio, quarto dia de debates, uma proposta para o envio de tropas, por parte dos países membros da Organização, tinha sido apresentada pela Comissão Geral de Paz à 10ª Reunião de Consulta. A *Folha de São Paulo* destacou ainda que Chile, México, Uruguai e Peru se opuseram à proposta da Comissão, tendo o Chile apresentado também uma proposta que pedia a imediata retirada das forças norte-americanas e a “cessação da ação unilateral dos EUA nesse país”.⁸⁷ Devemos notar que o Chile se posicionou contrário às ações e proposições norte-americanas, chegando a apresentar sua própria proposta que ia de encontro à proposta norte-americana. É interessante ressaltar que o presidente chileno, Eduardo Frei, adotou essa posição contrária aos Estados Unidos, mesmo após ter recebido o apoio do país em sua candidatura para a presidência chilena. A proposta chilena teve o apoio da Argentina, Costa Rica, Uruguai e Venezuela. Quando defrontado com a proposta chilena e a oposição destas nações, o embaixador Ellsworth Bunker reafirmou categoricamente que o desembarque dos paraquedistas e dos fuzileiros navais na República Dominicana não constituía uma intervenção, então não violava os artigos 15, 16 e 17 da Carta da Organização.⁸⁸ Contudo, devemos nos questionar: se essa ação unilateral de envio de tropas por parte dos Estados Unidos a um país que não o solicitou, não constitui uma intervenção, o que constituiria? Bunker alegou ainda que a iniciativa norte-americana tinha sido adotada somente por motivos humanitários, assegurando que as forças chegaram “somente em tempo de evitar muito maior derramamento de sangue”⁸⁹, uma vez que “[tinha começado] o tiroteio contra os nacionais estrangeiros concentrados nos campos de polo para serem retirados.”⁹⁰

Além de repudiar as acusações de algumas nações latino-americanas, os Estados Unidos solicitaram, nesse quarto dia de debates, que os governos da América Latina que tivessem condições de enviar ajuda militar a São Domingos, que o fizessem e que adotassem as medidas necessárias para “uma ação coordenada e eficaz” das forças colocadas à disposição da comissão de paz da Organização dos Estados Americanos.”⁹¹ Os Estados Unidos manifestaram ainda sua

⁸⁶ Memorando S/N, OEA à Brasília, 15 dez. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty. Tradução da autora.

⁸⁷ FSP, Brasil poderá enviar tropas para a República Dominicana, 04 maio 1965, capa.

⁸⁸ OESP, Os EUA apresentam projetos de resolução à OEA; não se chegou a nenhum acordo, 04 maio 1965, p. 2.

⁸⁹ OESP, Os EUA apresentam projetos de resolução à OEA, 04 maio 1965, p. 2.

⁹⁰ OESP, Os EUA apresentam projetos de resolução à OEA, 04 maio 1965, p. 2.

⁹¹ OESP, Os EUA apresentam projetos de resolução à OEA, 04 maio 1965, p. 2.

“categórica oposição à proposta latino-americana de colocar sob jurisdição da OEA as tropas enviadas à República Dominicana.”⁹² Como veremos no capítulo 3, o governo Johnson discordou de qualquer medida que colocasse as tropas norte-americanas sob comando da OEA, de maneira que, mesmo após a instituição da Força Interamericana de Paz (FIP), essas forças seguiram se reportando diretamente para um oficial norte-americano, o General Bruce Palmer Jr – instituído como subcomandante da FIP. Ressaltamos o quão simbólico foi esse movimento, visto que sinalizava a clara dominância dos Estados Unidos dentro do contexto da crise dominicana.

É interessante observar que, apesar da recusa norte-americana em ceder o comando da força que seria constituída para a OEA, ainda nesse quarto dia de debates, Juracy Magalhães, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, enviou um telegrama a Brasília bastante positivo em relação à proposta norte-americana. No documento, o embaixador afirma que José Barreiros, delegado substituto do Brasil junto à Organização, em telegrama enviado nesse mesmo dia a Brasília, disse-lhe que, em relação ao projeto norte-americano, naquele momento, “as indicações [eram] de que já [estavam] assegurados os votos favoráveis de 11 países e acrescentou que se [trabalhava] intensamente nos bastidores para a consecução de mais três que [constituíssem] a necessária maioria de dois terços.”⁹³ O embaixador afirmou ainda que “o Chile, o México e o Uruguai [permaneciam] irredutíveis, e a Colômbia, se bem que contrária, [era] tida como suscetível de ceder, caso em que a Venezuela, também em posição negativa, poderia mudar de atitude.”⁹⁴ Esse trecho nos fornece uma informação bastante relevante; a Colômbia, conhecida por ser uma aliada histórica dos Estados Unidos, se posicionou contrária a certas ações norte-americanas, enquanto o Brasil apoiou sem quaisquer questionamentos todas essas ações. Observa-se então como o país estava mais à direita do espectro político do que a Colômbia, algo bastante significativo.

O dia se encerrou com a suspensão dos debates sem que se chegasse a uma decisão final sobre a proposta norte-americana. Ao longo dos debates, o texto dessa proposta foi alterado para considerar a sugestão colombiana para a “formação de uma força armada norte-interamericana sob o comando unificado da OEA.”⁹⁵ Após essa mudança na redação, o projeto dos Estados Unidos conseguiu o apoio, não somente do Brasil, mas também da Bolívia, da

⁹² OESP, Os EUA apresentam projetos de resolução à OEA; não se chegou a nenhum acordo, 04 maio 1965, p. 2)

⁹³ Telegrama No. 807, Washington à Brasília, 04 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁴ Telegrama No. 807, Washington à Brasília, 04 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

⁹⁵ FSP, Brasil poderá enviar tropas para a República Dominicana, 04 maio 1965, capa.

Colômbia e do Paraguai. O Brasil, como já apresentado, demonstrou desde cedo sua intenção de apoiar as ações norte-americanas; nesse sentido, nesse quarto dia de debates o chanceler brasileiro Vasco Leitão da Cunha informou, de Brasília, que o país apoiaria “na Organização dos Estados Americanos a proposta dos Estados Unidos para a formação de uma força policial continental, visando assegurar a paz na República Dominicana.”⁹⁶ Devemos ressaltar que não era a criação de uma força policial continental que estava em pauta, mas sim uma força de paz. Essa é uma diferença significativa, uma vez que uma força policial teria poderes que uma força de paz não teria. Então, essa interpretação de Leitão da Cunha apresenta um lado importante do posicionamento brasileiro.

O dia 05 de maio chegou sem que nenhuma das três resoluções apresentadas até aquele momento tivessem obtido a maioria necessária para sua aprovação – dois terços dos votos. Brasil, Bolívia e Paraguai⁹⁷ eram favoráveis à proposta norte-americana de criação de uma força multilateral que seria enviada a São Domingos. Os projetos apresentados pelo Chile e pelo México, que pediam pela retirada imediata das tropas dos Estados Unidos da República Dominicana, também tiveram apoio restrito.⁹⁸ Enquanto isso, a comissão especial criada pela OEA, e que ainda estava em São Domingos, enviou para a Reunião de Consulta seu segundo pedido pela criação de “uma força militar interamericana subordinada à organização.”⁹⁹ Conforme os debates foram se desenvolvendo nesse quinto dia, o Uruguai manteve sua firme posição a favor dos princípios de autodeterminação e não-intervenção, chegando a “[ordenar] sua delegação na ONU a votar em favor da moção soviética, para que [fossem] retiradas as tropas dos EUA de São Domingos.”¹⁰⁰ A mesma ordem foi repassada para sua delegação na OEA.

Miguel Zavala Ortiz, chanceler argentino, já adotou uma postura mais neutra nesse momento dos debates, quando afirmou que “a Argentina não [tomaria] nenhuma atitude, até que [fosse] ouvida a comissão da OEA que se [encontrava] na República Dominicana.”¹⁰¹ O chanceler venezuelano Ignacio Iribarren Borges também se pronunciou a favor do parecer da comissão, afirmando que “o governo venezuelano não [tinha] quaisquer reservas acerca das

⁹⁶ OESP, Brasil apoia formação de batalhão continental, 04 maio 1965, capa.

⁹⁷ Devemos ressaltar que ambos os países eram governados por militares da extrema direita. a Bolívia acabava de passar por um golpe que colocou René Barrientos Ortuño no poder, enquanto no Paraguai Alfredo Stroessner ocupava o poder desde 1954.

⁹⁸ FSP, São Domingos: impasse na OEA; Brasil reitera apoio aos EUA, 05 maio 1965, capa.

⁹⁹ FSP, São Domingos: impasse na OEA, 05 maio 1965, capa.

¹⁰⁰ FSP, Crise dominicana: Resolução dos EUA não obtém maioria na OEA, 05 maio 1965, p. 8.

¹⁰¹ *Ibidem*.

personalidades que [integravam] a comissão especial da OEA¹⁰², e que [esperava] conhecer o informe que [apresentaria] ao organismo para fixar sua posição a respeito.”¹⁰³ Esses foram movimentos importantes, considerando-se que no início da discussão na Organização, Argentina e Venezuela tinham se posicionado contrárias às ações norte-americanas dentro do contexto da crise dominicana. A Colômbia, por sua vez, manteve sua posição a favor do envio de tropas sob a égide da OEA, porém argumentava que seu governo não poderia aceitar o projeto dos Estados Unidos, que diferia do seu no que tange à composição da força.

No sexto dia de debates, um consenso começava a se formar entre os Estados Unidos e algumas nações latino-americanas. *O Estado de São Paulo* alega que “embora as deliberações se [efetuassem] a portas fechadas, soube-se que o México foi o único país que se opôs ao envio de uma força da OEA à República Dominicana enquanto ali [permanecessem] tropas norte-americanas.”¹⁰⁴ O Brasil e a Bolívia, por sua vez, “apoiaram decididamente a proposta”¹⁰⁵ norte-americana, enquanto a Costa Rica se posicionou favoravelmente a uma moção de transação – uma transformação das forças norte-americanas, então em solo dominicano, em uma força representativa da OEA.¹⁰⁶ Devemos destacar que, apesar de um consenso em torno da proposta norte-americana estar se formando, em determinado momento a reunião desse dia fora adiada. *O Estado de São Paulo* afirma que “segundo fontes dignas de crédito, o adiamento da reunião deveu-se principalmente à redação do texto do projeto de resolução”¹⁰⁷, no qual trabalhavam os Estados Unidos juntos com Argentina, Colômbia, Costa Rica e Venezuela. É interessante observarmos que não há menção ao Brasil nesse ponto. O que notamos é o constante apoio que o governo brasileiro demonstra em relação à intervenção norte-americana e, mais tarde, ao envio de tropas por parte da OEA. Entretanto, ao contrário do que observamos nos documentos coletados no Itamaraty, os jornais consultados demonstram o Brasil em uma posição secundária em relação a outros países, como a Colômbia.

Devemos ressaltar que, embora os membros da OEA estivessem caminhando para um consenso em relação à situação dominicana e a resolução apresentada pelos Estados Unidos, ainda não havia acordo sobre a “fórmula relativa ao comando da força interamericana.”¹⁰⁸

¹⁰² A Comissão Especial da OEA foi uma comissão criada pela Organização no início de maio de 1965 para avaliar a situação dominicana e colaborar com o processo de pacificação. A comissão era composta por Argentina, Brasil, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México e Peru. FSP, Comissão da OEA examinará a crise, 02 maio 1965, capa.

¹⁰³ FSP, Crise dominicana: Resolução dos EUA não obtém maioria na OEA, 05 maio 1965, p. 8.

¹⁰⁴ OESP, A OEA estuda a forma de garantir o respeito à trégua, 06 maio 1965, p. 2.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

Segundo reportagem do *Estado de São Paulo*, os Estados Unidos tinham aceitado a criação de um comando unificado para a força a ser formada, porém não queriam conceder que o comando fosse de fato exercido pela OEA. Percebe-se que, apesar de ter buscado a legitimação tardia de sua intervenção, os Estados Unidos ainda desejavam manter o controle sobre a operação. Esse desejo norte-americano demonstra como a multilateralização da força a atuar na República Dominicana era só formal, enquanto os Estados Unidos se mantinham no comando da situação. Neste ponto, apoiada pela Venezuela, a Colômbia discordou dos Estados Unidos e insistiu para que “a resolução [esclarecesse] que a OEA [exerceria] o comando dessa força.”¹⁰⁹ Devemos ressaltar que, nesse sexto dia de debates, esperava-se que quando fosse levada a votação a resolução receberia 15 votos favoráveis, sendo que para sua aprovação eram necessários somente 14. Destaca-se ainda que “cinco países [continuavam] irredutíveis em sua posição contrária à criação de uma força interamericana: México, Paraguai, Chile e Peru. [Esperava-se que] esses também não [votariam] a favor da solução de compromisso.”¹¹⁰

Na manhã do sétimo dia de debates, “a Organização dos Estados Americanos rompeu com [sua] tradição [de não-intervenção] quando votou, (...) uma resolução para enviar uma força pacificadora interamericana à República Dominicana.”¹¹¹ A resolução foi aprovada por 14 votos favoráveis, 5 contrários e 1 abstenção, conforme esperado. Observou-se, contudo, uma mudança na fórmula desses votos, uma vez que o Paraguai mudou sua orientação e votou a favor da aprovação da resolução. Os países a votar contra foram Chile, Equador, México, Peru e Uruguai e a abstenção da Venezuela. O embaixador norte-americano na OEA, Ellsworth Bunker, declarou sua satisfação com a aprovação da proposta; contudo, *O Estado de São Paulo*, de claro posicionamento conservador, acreditava que “este resultado [tinha sido] demasiadamente apertado para ser confortador, considerando especialmente que o embaixador mexicano afirmou que não acreditava que seu governo [estivesse] em condições de dispor de tropas.”¹¹² Ainda assim, esperavam-se contingentes do Brasil, do Paraguai e da Venezuela, enquanto a Costa Rica, que não tinha uma força armada¹¹³, enviaria algumas unidades policiais.

O embaixador Bunker afirmou ainda que “a força interamericana ficaria encarregada do estabelecimento de ‘um clima de paz e conciliação que [permitisse] o funcionamento de

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ OESP, Criada pela OEA a força interamericana, 07 maio 1965, capa.

¹¹² Ibidem

¹¹³ A constituição costa-riquenha proíbe, desde 1949, a criação de um exército regular, porém a Costa Rica mantém uma força de segurança pública. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/03/internacional/1543808543_748985.html Acesso em: 20/05/2021.

instituições democráticas na República Dominicana.”¹¹⁴ Bunker finalizou assegurando que o controle da força ficaria sob responsabilidade da OEA. Em relação a essa declaração do embaixador norte-americano se faz necessária uma ressalva. Conforme será apresentado no terceiro capítulo desta tese, os Estados Unidos concederam que a força criada ficasse sob jurisdição da Organização dos Estados Americanos, porém fez diversas articulações para que as tropas norte-americanas já em solo dominicano, e que comporiam essa força, ficassem sob comando direto de nacionais de seu país. Percebe-se, dessa maneira, que a concessão dos Estados Unidos em relação à formação da FIP foi apenas formal, porém, não foi colocada na prática.

Com a aprovação do projeto de resolução norte-americano, foi criada a Força Armada Interamericana (FAI), que mais tarde teve seu nome alterado para Força Interamericana de Paz (FIP). Em seu artigo para a Revista do Exército na edição de comemoração de 20 anos da FIP, Ilmar Pena Marinho lembrou os debates no âmbito da OEA e os impasses que a Reunião de Consulta teve que enfrentar para chegar a essa resolução. Segundo o embaixador, não foi fácil enfrentar as hostilidades “de um plenário, que, estimulado pelas veementes intervenções dos Delegados do Uruguai, do Chile, do México, do Peru, da Venezuela, do Equador e mesmo da Colômbia, se mostrava coeso e uníssono na defesa dos princípios contidos nos artigos 15, 16 e 17 da Carta” da Organização (Marinho 1986, 10). Esses artigos “proíbem terminantemente qualquer Estado ou grupo de Estados de intervir direta ou indiretamente, *seja qual fosse o motivo*, em assuntos internos ou externos de outros Estados”, visto que “o território de um Estado sendo inviolável, não podia ser objeto de ocupação militar, nem de outras medidas coercitivas de caráter econômico e político, destinadas a forçar a vontade soberana de um Estado-membro e obter deste vantagens de qualquer natureza.” (Marinho 1986, 10). Ainda assim, Marinho coloca-se a favor da ação norte-americana, argumentando ser importante fazer uma diferenciação entre “a grosseira violação do princípio de não-intervenção, consagrados nos artigos 18 a 20 da atual Carta da OEA (antigos artigos 15 a 17 do Estatuto de Bogotá), e a aplicação pura e simples do instituto de ação coletiva. Contudo, não há como enquadrar a ação interventiva unilateral dos Estados Unidos na República Dominicana como sendo a aplicação do conceito de ação coletiva.

Por fim, após análise da forma como se desenvolveram os debates no âmbito da OEA, percebe-se que o Brasil não se destacou entre as demais nações. É interessante notar que, em sua correspondência diplomática, as lideranças brasileiras apontam para um papel essencial que

¹¹⁴ OESP, Criada pela OEA a força interamericana, 07 maio 1965, capa.

o país teria exercido no apoio à posição norte-americana – conforme apresentado anteriormente. Contudo, ao contrário do que os documentos coletados no Itamaraty nos fazem crer, os jornais do período pouco mencionam a atuação brasileira na 10ª Reunião Consulta. O que observamos foram constantes menções à Colômbia, que apoiava o envio de tropas, mas apresentava algumas ressalvas, e ao Chile e Uruguai, por manterem sua posição veemente contra a intervenção norte-americana e o posterior envio de tropas por parte dos países latino-americanos.

2.5 – Atuação brasileira após a aprovação da Força Interamericana de Paz

Conforme veremos nos capítulos 3 e 4 da tese, o Brasil foi chamado a nomear um comandante para a FIP, de maneira que esteve presente até o último momento de atuação da Força em solo dominicano. Visto que os capítulos mencionados focarão na atuação brasileira na crise dominicana nesse período, essa última seção focará na análise da posição das lideranças brasileiras no imediato pós aprovação da FIP. Após a votação na Organização para a formação de uma força interamericana, nota-se que a instauração da força tomou certo tempo. Em finais de maio de 1965, semanas após a aprovação da FIP, a Reunião de consulta ainda debatia a composição do comando unificado da Força. No dia 23 de maio de 1965, “três países propuseram que a FAI fosse comandada por um oficial brasileiro e o Sub-comandante um oficial norte-americano. A proposta [tinha partido] da COSTA RICA, HONDURAS e NICARÁGUA.”¹¹⁵ Em relatório do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), afirma-se ainda que “notícias procedentes de Costa Rica, [indicavam] que os países latino-americanos veriam com bons olhos um Oficial Brasileiro no Comando da FAI.”¹¹⁶

Observa-se, então, que o Brasil não pleiteou o comando da FIP, porém foi indicado pelas demais nações que tomariam parte na Força. Devemos ressaltar também que os países que promoveram essa proposta eram Estados menores da América Central. Conforme analisamos nas seções acima, os grandes Estados latino-americanos não apoiaram o envio de tropas para a República Dominicana; além disso, não encontramos nenhuma manifestação dessas nações em relação ao Brasil assumir o comando da Força. O que notamos, pelo contrário, foi uma irritação argentina pelo fato de o Brasil ter tomado essa posição de destaque. A partir

¹¹⁵ Documento No. 2, Estado Maior das Forças Armadas (a seguir, EMFA), 23 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3. Destaque original.

¹¹⁶ Documento No. 2, EMFA, 23 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3.

de telegrama de 10 de junho de 1965 da embaixada brasileira em Assunção, no Paraguai, Jayme de Souza Gomes, embaixador do Brasil naquele país, teria tido acesso a informações confidenciais do Adido Militar paraguaio na Argentina. Segundo essas informações, “os círculos militares influentes [da Argentina] estariam profundamente irritados com a (...) atitude de Zavala Ortiz, no caso dominicano, o que permitiu ao Brasil, através de atitude decidida, obter a designação de um de seus Generais para comandar a Força Interamericana.”¹¹⁷ Ainda assim, o Brasil acabou assumindo o comando da Força Interamericana de Paz e nomeando o General Hugo Panasco Alvim para o posto.

O Coronel Carlos de Meira Mattos, ao escrever sua dissertação para a Escola Superior de Guerra (ESG), afirmou que a posição do Brasil no campo político-diplomático, dentro do contexto dominicano era “de excepcional relevo.” De acordo com o Coronel, “além da atuação decisiva [da] diplomacia [brasileira] no seio dos organismos da OEA, um dos três membros da Comissão “Ad Hoc” estabelecida pela 10ª Reunião de Consultas”, o Embaixador Ilmar Pena Marinho, no início de 1966, “passou a usufruir de uma situação hierárquica privilegiada no seio da referida Comissão” após ter sido eleito presidente do Conselho da Organização (Mattos 1967, 14). Observa-se novamente o Brasil assumindo uma posição de liderança dentro do contexto do regional, porém, como será analisado no próximo capítulo, não encontramos relação dessa eleição com os motivos que levaram o governo Castelo Branco a decidir participar da FIP. Meira Mattos, coronel do exército brasileiro que assumiu o comando do FAIBRAS, em todas as suas falas apresenta uma posição bastante favorável às ações brasileiras na questão dominicana. Não podemos afirmar que sua posição represente todo o universo das Forças Armadas, porém as fontes consultadas nos levam a crer que boa parte delas apoiou a atuação do Brasil nos diversos momentos na crise, desde a sua participação na OEA, até o envio de tropas para compor a FIP.

Em relato de 19 de outubro de 1965 ao Itamaraty, Meira Mattos teceu mais elogios ao desempenho do embaixador Ilmar Pena Marinho, que segundo ele, “desenvolveu enorme atividade negociadora, redigindo o Ato Institucional e a Ata de Reconciliação, debatendo os dois documentos, artigo por artigo, durante longos meses, com as duas facções.”¹¹⁸ Sobre essa afirmação devemos destacar a exportação do modelo ditatorial brasileiro, pois conforme

¹¹⁷ Telegrama No. 283, Embaixada Brasil no Paraguai (a seguir, Assunção) à Brasília, 10 jun. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹¹⁸ Relatório S/N, Relato do Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3

apresentado por Meira Mattos, o Brasil ajudou a República Dominicana a instaurar um Ato Institucional nos modos do Ato Institucional 1 (AI-1) brasileiro. Sobre a atuação da Comissão ad hoc, o coronel afirmou ainda que “o Embaixador Pena Marinho [tinha ficado] absorvido na preparação e negociação dos documentos, enquanto a direção propriamente política ia sendo exercida pelo Embaixador Bunker, dos Estados Unidos.”¹¹⁹ Enquanto isso, o embaixador “Clairmont Dueñas, o representante salvadorenho, não [teria] se [afirmado] regularmente e sua ação [limitava-se] a defender certos pontos de vista fragmentários.”¹²⁰ Observa-se, então, que as lideranças brasileiras enxergaram com bons olhos a atuação da Organização na crise dominicana.

Após análise cuidadosa dos documentos consultados no Itamaraty, observamos que os líderes brasileiros a atuar na questão dominicana acreditavam que o Brasil tinha papel fundamental a cumprir nos debates da OEA. Porém, os jornais da época mostraram outra realidade, destacando a atuação de países como a Colômbia, enquanto o Brasil teria ficado em segundo plano. Outro ponto que merece destaque é o apoio brasileiro às ações e proposições norte-americanas. Como apresentado no capítulo, o Brasil foi o único grande país latino-americano a não apresentar ressalvas em relação à intervenção norte-americana e, mais tarde, à sua proposição de multilateralização da força em solo dominicano. Por fim, a atuação brasileira no âmbito da OEA esteve muito relacionada com o processo decisório que, concomitantemente, ocorria no Brasil. Assim, no próximo capítulo analisaremos esse processo para compreender como se deu a decisão brasileira de enviar tropas para a República Dominicana.

¹¹⁹ Relatório S/N, Relato do Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3

¹²⁰ Relatório S/N, Relato do Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3

Capítulo III – O processo de tomada de decisão do governo Castelo Branco

3.1 – Introdução

A crise dominicana somente entrou em pauta no Ministério das Relações Exteriores no dia 30 de abril de 1965, quando o ápice da crise já tinha passado e a intervenção norte-americana já entrava em sua segunda fase – as tropas em solo dominicano adotaram uma postura neutra dentro do conflito. Conforme apresentado anteriormente, o governo Johnson, ao decidir pelo envio de tropas à República Dominicana, o fez de forma unilateral, somente levando a questão ao fórum da OEA no dia 1º de maio de 1965. No dia 6 do mesmo mês, a 10ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores da Organização votou favoravelmente à criação da uma Força Interamericana de Paz (FIP), porém deixando a cargo de cada governo latino-americano decidir por contribuir ou não com contingentes militares para a Força. Visto que os debates no âmbito da OEA já foram discutidos no capítulo anterior, no presente capítulo focaremos no processo de tomada de decisão do governo Castelo Branco em enviar tropas para a composição da FIP, apresentando os diversos nuances desse processo e analisando o motivo da decisão favorável.

3.2 – Posição das lideranças brasileiras

Antes de analisarmos como se deu a decisão de contribuir com a formação da FIP e os motivos pelos quais essa decisão foi tomada, devemos ponderar a posição de algumas lideranças brasileiras em relação ao tema. Analisar a maneira como esses indivíduos enxergavam a situação dominicana nos ajudará a compreender não somente o porquê da decisão, mas o processo em si. O primeiro posicionamento que merece destaque pode ser encontrado em um telegrama de Juracy Magalhães de 30 de abril de 1965. Magalhães, então embaixador brasileiro em Washington, afirma à Secretaria de Estado das Relações Exteriores que, após agradecer o senhor Kubish, então chefe da divisão Brasil no Departamento de Estado nos EUA, pelas informações que tinha recebido, “lhe [deixou] claro que o Brasil [estava] decidido a prestigiar a posição norte-americana em defesa da paz e da liberdade [no]

continente.”¹²¹ É interessante observar que o embaixador brasileiro fez tal afirmação antes de qualquer manifestação por parte do governo brasileiro em relação à situação dominicana. Percebe-se como sua asserção foi precoce quando, no dia seguinte, 1º de maio de 1965, ele enviou outro telegrama à Brasília dizendo que “[desejava] o Governo americano que o Brasil [participasse] da força armada que [seria] enviada à República Dominicana em apoio da decisão que [seria] tomada na sessão [daquela] tarde pelo Conselho da OEA.”¹²²

Outro documento importante nesse sentido é o telegrama de 06 de maio de 1965 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Itamaraty para a embaixada brasileira em Buenos Aires. Nele, a Secretaria explicava o posicionamento que a diplomacia brasileira assumiria na questão dominicana, afirmando que “a gravidade da situação, especialmente ante a ameaça comunista, [era] tal que [o Itamaraty estava] dando todo o apoio às propostas norte-americanas.”¹²³ O telegrama segue informando a Buenos Aires que a Secretaria muito apreciaria “poder agir de comum acordo com [o governo norte-americano] para obter uma rápida solução da crise, a qual, [no entender do Itamaraty], depende fundamentalmente da criação da força interamericana de paz.”¹²⁴ Podemos observar, então, um posicionamento muito forte a favor dos Estados Unidos por membros do Ministério das Relações Exteriores. Um relatório enviado pelo Itamaraty à Delegação do Brasil junto à OEA é outro forte indício dessa posição. Nele, o Ministério enviava considerações gerais no sentido de orientar a delegação brasileira que estava atuando na 10ª Reunião de Consulta da OEA. Após extensa consideração sobre a situação dominicana, o relatório seguiu apresentando as posições que a delegação deveria adotar na reunião. O Itamaraty afirmava que o Brasil:

“na qualidade de país de maior peso específico na América Latina, [deveria], [naquela] crise, assumir uma posição protagonista, de liderança, de maneira a contrabalancear os efeitos negativos que [poderiam] ter para o sistema de segurança coletiva as atitudes condenatórias da intervenção americana por parte de países cujos governos, por não apresentarem a solidez e a estabilidade necessárias, são compreensivelmente levados a

¹²¹ Telegrama no. 774, Washington à Brasília, 30 abr. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

¹²² Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

¹²³ Telegrama no. 150, Brasília à Buenos Aires, 06 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

¹²⁴ Telegrama no. 150, Brasília à Buenos Aires, 06 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

regular seu comportamento à luz de uma opinião pública viciada pela própria instabilidade e insegurança dos governantes.”¹²⁵

O relatório ressaltava também a urgência em se formular um plano de ação o quanto antes para lidar com a questão dominicana, buscando ao menos resolver a “fase crítica, que [era aquela na qual assistia-se] à luta fratricida entre duas correntes de opinião num país irmão, luta que [poderia], segundo o seu desfecho, ter sérias implicações no que [dizia] respeito à manutenção da paz e da segurança do Continente.”¹²⁶ Apesar de trazer algumas críticas à intervenção norte-americana, seguindo a toada da posição adotada pelo MRE, o relatório se mostrou parcial e favorável aos Estados Unidos. Nele, o Itamaraty se mostra reticente em relação a certos aspectos das atitudes do governo Johnson em relação à situação dominicana, porém ainda assim afirma que “posto que a ação norte-americana tenha ostensivamente ferido a letra dos tratados em vigor, não se pode afirmar haja ela infringido de outros artigos constantes de numerosos atos e resoluções adotadas em reuniões interamericanas.”¹²⁷ Esses trechos deixam claro como Vasco Leitão da Cunha, Ministro das Relações Exteriores e chefe do Itamaraty, tinha uma posição bastante favorável aos Estados Unidos, apesar de sua retórica contraditória. O ministro reconhece que a ação norte-americana feriu os princípios da OEA, mas ainda assim, apoiou as ações e proposições norte-americanas. Nota-se, então, uma clara contradição da posição brasileira a respeito dos acordos multilaterais. Nos próximos capítulos demonstraremos como esse posicionamento era comum a diversos funcionários do MRE.

É interessante notar a relação mais próxima entre o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) e o Ministério das Relações Exteriores à época. Nos arquivos do Itamaraty, encontramos diversos documentos do EMFA para o presidente Castelo Branco repassados para conhecimento do ministério. Esses documentos apresentavam a posição fortemente anticomunista das Forças Armadas brasileiras e, no caso dominicano, contrário aos constitucionalistas. Exemplo nesse sentido é o relatório de 21 de março de 1965, no qual o EMFA faz extensa análise do governo Juan Bosch e chega a afirmar que “a atmosfera na administração Bosch contribuía naturalmente para o desenvolvimento do comunismo”¹²⁸, uma afirmação bastante subjetiva. Ainda sobre o curto mandato de Bosch, o EMFA argumentava

¹²⁵ Relatório S/N, Brasília à OEA, 24 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 4.

¹²⁶ Relatório S/N, Brasília à OEA, 24 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

¹²⁷ Relatório S/N, Brasília à OEA, 24 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5. Grifo original.

¹²⁸ Relatório S/N, EMFA ao Presidente da República (a seguir, Presidência), 21 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 13.

que, apesar das negativas do PRD (partido do presidente), era evidente que a classe média do partido tinha se aproximado do Acampamento 14 de Junio (APCJ). Indo além em sua análise, o EMFA afirmou também que entre os anos de 1964 e 1965 (antes da revolução de abril, portanto), o PRD teria insistido pela volta do governo constitucionalista, ao mesmo tempo em que fazia contatos com “o MPD, o APCJ e o PSPD, de orientação moscovita, vendo todos eles vantagem em pressionar a volta de Bosch e seu governo constitucionalmente eleito.”¹²⁹ Esses trechos deixam clara a posição do EMFA em relação à situação dominicana, contrários ao lado caamañista; porém, como veremos nos próximos capítulos, esse posicionamento será comum a outras lideranças brasileiras.

Um dos pontos mais importantes para compreender a decisão do governo Castelo Branco em enviar tropas para a República Dominicana é o fato de diversos de seus componentes serem contrários a uma segunda Cuba no continente. A menção ao medo de um segundo país socialista no continente foi encontrada em diversos documentos coletados e consultados em nossa pesquisa, de maneira que é notável o quão presente era essa preocupação para as lideranças brasileiras naquele momento. Um exemplo nesse sentido foi a conversa entre Vernon Walters, adido militar norte-americano no Brasil, e Castelo Branco – que era seu amigo pessoal em meados de maio. Após a conjuntura dominicana colapsar e os Estados Unidos intervirem, a administração Johnson levou a questão para o âmbito da OEA e pediu pela formação de uma força multilateral. Como reconta Walters em seu livro *Missões silenciosas*, o ex-governador de Nova York, William Averell Harriman, tinha sido escolhido para percorrer a América Latina em busca de apoio à campanha dos Estados Unidos na OEA. Walter relembra ainda que somente algumas das pequenas repúblicas da América Central tinham respondido favoravelmente ao pedido de Harriman; então, quando sua visita ao Brasil se aproximava, Walters foi instruído no sentido de anunciá-la ao presidente Castelo Branco e buscar estabelecer um clima favorável a ela.

O encontro de Vernon Walters com Castelo Branco foi tranquilo e, de acordo com o próprio adido militar norte-americano, o presidente “[lhe] ouviu atentamente e se mostrou favorável à ideia, perguntando-[lhe] qual o efetivo do contingente previsto para o Brasil. [Walters] não recebera informações a respeito desse detalhe, mas o presidente insistiu para que [ele] desse [sua] opinião.” (Walters 1978, 362). Percebe-se, portanto, pelo menos de acordo com o relato de Walters, como o presidente brasileiro se mostrava favorável à posição norte-americana desde o início. Porém, devemos ressaltar que sua adesão às posições norte-

¹²⁹ Relatório S/N, EMFA à Presidência, 21 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 14.

americanas não era pela busca de um alinhamento automático com os Estados Unidos, mas, nas palavras de Castelo Branco, ainda segundo o adido militar norte-americano, “tão somente porque uma república irmã americana [estava] ameaçada de perder sua liberdade, do mesmo modo que [estivera o Brasil], não faz muito tempo. É exclusivamente por essa razão que [pediria] ao Congresso autorização para enviar tropa brasileira à República Dominicana.” (Walters 1978, 362). Devemos ressaltar que essa justificativa é pouco convincente e nos soa como propaganda. Destacamos também que não encontramos documentos do governo que confirmem essa afirmação de Castelo. Como analisaremos mais à frente, a decisão do governo brasileiro pelo envio de tropas se deu por conta própria e pautada no medo da expansão do comunismo na América Latina.

O desejo do governo brasileiro em cooperar com os Estados Unidos em sua empreitada na República Dominicana tinha pouca relação com uma política externa de alinhamento automático, como é comumente ressaltado pela literatura. Como exploraremos a seguir, o posicionamento de diversas lideranças brasileiras deixa claro o quão intrínseco era o anticomunismo no ideário brasileiro naquele momento e a maneira pela qual ele transbordou para a tomada de decisão em relação à questão dominicana. Um dos exemplos mais importantes nesse sentido é o discurso que Castelo Branco proferiu em 5 de junho de 1964 em um banquete oferecido pelo governador de Pernambuco em sua homenagem. Em sua fala, o presidente afirma que o comunismo não queria ajudar ninguém, mas sim “destruir as instituições políticas democráticas [brasileiras], desbaratar as Forças Armadas e levar ao caos a economia brasileira, a fim de poder implantar a ditadura já instalada em outros países.”¹³⁰ Ainda nesse discurso, Castelo falou sobre o seu anticomunismo e como ele admitia que a evolução social e política do Brasil deveria incorporar as ideias da esquerda brasileira. Ele segue afirmando, contudo, que “não [compreendia] (...) porque [importávamos] toda uma ideologia que [destruiria] as melhores qualidades do brasileiro, a começar pelo amor à liberdade e o desejo de viver a seu jeito.”¹³¹ Percebe-se, então, que, apesar de uma retórica um pouco mais branda em relação à esquerda brasileira, o sentimento anticomunista de Castelo Branco ainda era grande e seria visto em toda a sua política externa – principalmente no que tange à República Dominicana.

¹³⁰ Discurso Castelo Branco em um banquete oferecido pelo governador do Pernambuco em sua homenagem, 05 jun. 1964, Pasta P1 - Definições Políticas, Acervo Castelo Branco (a seguir, ACB), Escola de Comando do Estado Maior do Exército (a seguir, ECEME), p. 5.

¹³¹ Discurso Castelo Branco em um banquete oferecido pelo governador do Pernambuco em sua homenagem, 05 jun. 1964, ACB, ECEME, p. 6.

Uma instituição muito importante para entendermos a visão geopolítica dos militares brasileiros nos anos Castelo Branco, baseada fortemente no anticomunismo, é a Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG teve papel doutrinário fundamental na formulação da política externa dos governos do período ditatorial. Conforme apresentado na parte introdutória dessa tese, a Escola, junto com o General Golbery do Couto e Silva, foi a principal propagadora da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) - doutrina essa que pautou a lógica política de muitos líderes civis e militares brasileiros. A influência da ESG na esfera política brasileira podia ser observada muito antes do conflito dominicano e até mesmo do golpe civil-militar que levou Castelo Branco ao poder em 1964. Em discurso realizado na ESG em 1961, Lincoln Gordon (embaixador norte-americano no Brasil) foi convidado a proferir uma palestra na Escola Superior de Guerra, na qual afirmou que “quando [visitara] o Brasil pela primeira vez, [em 1959], [tinha ouvido] as mais lisonjeiras referências sobre [aquela] instituição que, em apenas doze anos, já [exercia] profunda influência no pensamento da elite dirigente do Brasil” (Gordon 1961, 1).

Gordon vai além em sua fala, afirmando ter ciência que o General Cordeiro de Farias, ao estruturar a ESG teria se atentado em muito para a experiência norte-americana do *National War College*. O embaixador argumenta ainda que “[via], entretanto, que o sistema [brasileiro era] melhor do que o [norte-americano], pois [no Brasil estavam] matriculados não só altos funcionários civis, mas também membros do Congresso, líderes do mundo dos negócios e das diversas profissões.” (Gordon 1961, 1-2). Esse trecho da palestra de Gordon é muito relevante para o nosso estudo por ser mais um indício da alta aderência, não somente do executivo, mas também do legislativo e da sociedade civil aos preceitos propagados pela ESG. Gordon, entretanto, falou antes dos acontecimentos na República Dominicana e, mesmo após pesquisa minuciosa na biblioteca da Escola, encontramos somente um autor que relaciona a Doutrina de Segurança Nacional diretamente com a crise dominicana. Em monografia desenvolvida junto ao departamento de estudos da ESG, o Coronel Carlos de Meira Mattos (futuro comandante do FAIBRAS – braço brasileiro da FIP) argumenta que “a forma de conflito que convulsionou a República Dominicana enquadra-se no modelo de Insurreição Armada conceituado pela ESG, na sua versão típica de Movimento Subversivo, de inspiração Marxista-Leninista.” (Mattos 1967, 8). Apesar de serem poucos os documentos que encontramos na Escola, é notável a relevância desses documentos. Este trecho do trabalho de Meira Mattos, além de ser um forte indício da permeabilidade da DSN no processo de tomada de decisão brasileira em relação à crise dominicana, delinea a visão dos militares brasileiros *in loco*.

Outra figura importante a expressar sua opinião sobre a participação do Brasil na crise dominicana foi o embaixador Ilmar Pena Marinho – que durante o episódio era embaixador do Brasil junto à OEA. Escrevendo anos depois para uma edição especial da Revista do Exército sobre os vinte e cinco anos da FAIBRAS, Pena Marinho demonstra sua visão sobre o Brasil ter tido “uma presença conciliadora, e construtiva” desde o começo da guerra civil dominicana (Marinho 1986, 20). O embaixador argumenta ainda que a posição do governo Castelo Branco foi para que a “crise dominicana se resolvesse mediante uma solução política, pacífica e democrática”, sendo sua contribuição “não só considerável, mas, sob todos os aspectos, decisiva.” (Marinho 1986, 20). Pena Marinho acredita que a contribuição do Brasil para a crise dominicana foi tamanha que o país teria contribuído primeiro nas difíceis negociações que culminaram na assinatura da Ata de São Domingos, “em seguida, na ação desenvolvida pela Comissão Ad Hoc, responsável pelas gestões que levaram sucessivamente à aceitação, por ambas as partes, do Ato Institucional e da Ata de Reconciliação Dominicana (...)” (Marinho 1986, 20).

Esses trechos do artigo do embaixador podem nos ajudar a compreender a tomada de decisão da administração Castelo Branco em enviar tropas para a República Dominicana. Além dos pontos já mencionados, observa-se como as lideranças brasileiras enxergavam o Brasil em uma posição de importante liderança regional e como suas ações seriam importantes para a estabilidade no hemisfério. Outro exemplo nesse sentido é quando Pena Marinho afirma que o ex-chanceler brasileiro Vasco Leitão da Cunha tinha razão ao declarar em uma entrevista ao jornal *Estado de São Paulo* que “se tratava de uma vitória da política externa brasileira, da OEA e do povo dominicano.” (Marinho 1986, 21). Ao considerar o retorno da estabilidade a São Domingos como uma vitória do povo brasileiro, o embaixador deixa clara sua opinião sobre o importante papel que o Brasil teria para a segurança regional. Outro ponto que Pena Marinho apresenta de maneira bastante direta é sua posição contrária ao comunismo internacional. Ainda no artigo para a Revista do Exército, ele afirmou que todos os chefes de missão diplomática creditados em São Domingos concordavam que “o movimento de Caamaño (coronel constitucionalista), embora autenticamente democrático em suas origens, poderia converter-se rapidamente em uma insurreição de caráter comunista”. O embaixador afirma ainda que o movimento poderia vir “a constituir um governo dessa índole, suscetível de obter o apoio e a ajuda das grandes potências marxistas-leninistas.” (Marinho 1986, 12-13).

Pena Marinho argumenta ainda que ele e os chefes de missões em São Domingos não acreditavam que Caamaño e seus assessores mais próximos fossem comunistas. Contudo, ele

acreditava que toda a base do movimento caamañista se assentava em bases populares, sendo que algumas delas fugiam do controle de Caamaño, o que “bem possivelmente [poderia] levar tal movimento a se desviar de suas origens e seguir o plano oblíquo desses de base popular, que podem ser facilmente controlados (e orientados) por agentes hábeis e peritos na arte de transformar insurreições populares democráticas em revoluções marxistas-leninistas.” (Marinho 1986, 12-13). Esse trecho realça novamente o medo da expansão do comunismo que perpassava todas as lideranças brasileiras naquele momento. Nota-se como Pena Marinho não enxerga Caamaño e os outros líderes do movimento como comunistas, porém o medo de que elementos treinados em Cuba infiltrassem o movimento sempre esteve presente.

Outro personagem brasileiro que devemos considerar é Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva. No início do conflito dominicano, Nascimento e Silva atuava como encarregado de negócios em São Domingos; porém, no início de 1966, foi elevado ao posto de embaixador pelo Brasil no país. Escrevendo para a mesma edição da Revista do Exército para a qual Pena Marinho contribuiu, o embaixador abordou diversos aspectos da crise dominicana. Partindo do período Juan Bosch, Nascimento e Silva analisou a cooperação regional em relação à crise e à decisão do presidente Castelo Branco de enviar um contingente militar à República Dominicana. Sobre o presidente deposto, o embaixador afirma que “embora não fosse comunista, Juan Bosch tolerou o comunismo que começou a se infiltrar no País e a se organizar.” (Silva 1986, 22). Após a derrubada de Bosch e a guerra civil de abril de 1965, ele acredita que “era chegado o momento de invocar o auxílio do sistema regional, o que deveria haver sido feito logo.” (Silva 1986, 24). Essas passagens demonstram como Nascimento e Silva era contrário à expansão do comunismo internacional, mesmo que isso significasse desrespeitar a soberania nacional de países da região, e muito favorável ao envio de tropas brasileiras à República Dominicana.

Essa posição de Nascimento e Silva pode ser exemplificada em dois outros trechos de seu artigo. No primeiro ele se vale de argumentos de Luiz Viana Filho para embasar que a decisão do presidente de votar a favor da criação da FIP e de enviar um contingente militar “foi perfeitamente justificável política e juridicamente, [pois], como assinala Luiz Viana Filho, ‘tendo feito uma revolução para evitar a instalação de um governo comunista no Brasil, Castelo não parecia partidário de cruzarem-se os braços diante do incêndio na casa alheia.’” (Silva 1986, 29). Em outra passagem afirma que “a ideia de o Brasil enviar tropas para combater um levante com matizes comunistas no governo do Presidente João Goulart seria totalmente inadmissível; na conjuntura [dos anos 1980] seria desaconselhável; mas foi correta quando

tomada em 1965.” (Silva 1986, 29). Aqui devemos nos questionar quais mudanças na conjuntura brasileira entre as décadas de 1960 e 1980 fizeram com que uma intervenção em outra nação latino-americana se tornasse desaconselhável. Ressalta-se ainda, que os anos 1970 foram marcados por uma participação ativa do Brasil na Guerra Fria latino-americana, principalmente na Bolívia, Chile e Uruguai. Ainda assim, é notável o posicionamento favorável do embaixador às atitudes brasileiras na crise dominicana, e como veremos à frente, ele foi um dos grandes incentivadores dessa decisão. Devemos ressaltar ainda que, dentre as lideranças brasileiras que apareceram nos documentos consultados, Nascimento e Silva é um dos que apresenta o posicionamento mais forte contra o comunismo e os caamañistas.

Juracy Magalhães, que em 1965 atuava como embaixador do Brasil nos Estados Unidos e em 1966 como Ministro das Relações Exteriores, foi outra figura política brasileira importante a imprimir sua opinião sobre o caso dominicano. Em telegrama enviado à Secretaria de Estado do MRE no dia 1º de maio de 1965, Magalhães afirmou que “[sua] opinião pessoal (sic) [era] de que a participação de outros países do continente na força militar encarregada de assegurar a ordem na República Dominicana anularia a soez exploração de que os Estados Unidos estariam praticando um ato de imperialismo.”¹³² O então embaixador seguiu argumentando que “na verdade, [o governo norte-americano], mais uma vez, [estava] agindo na defesa de todo o continente e do mundo livre, à custa de sangue e de recursos materiais.”¹³³ Essas duas passagens deixam claro que Juracy Magalhães era de opinião favorável à intervenção norte-americana na República Dominicana e que fazia forte defesa de tal ação. Também nos salta aos olhos a lógica da Guerra Fria fortemente entrelaçada em sua fala, principalmente quando ele segue em seu telegrama dissertando sobre como “no mundo se [processava] uma guerra fria ideológica em que não [havia] fronteiras delimitadas. Dela [participavam], de um lado e de outro, nacionais de todos os países. A ação americana [exerceu-se] na defesa comum para evitar a criação de outra Cuba no continente.”¹³⁴

Sobre o envio de tropas por parte do Brasil, Magalhães argumenta que parecia “oportuna a adoção de uma atitude clara de participação de todos os países integrantes da OEA nos sacrifícios exigidos para funcionamento do sistema de defesa coletiva.”¹³⁵ Como apresentado acima, ele foi um forte apoiador das ações norte-americanas, o que pode ser observado no final

¹³² Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹³³ Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹³⁴ Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹³⁵ Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

de seu telegrama quando afirma que “seria profundamente injusto deixar, por ação ou omissão, que se consolidasse a acusação de que este país [estava] agindo com propósitos imperialistas, no desembarque de tropas realizado na República Dominicana.”¹³⁶ A partir dos documentos consultados, não conseguimos observar uma influência direta de Juracy Magalhães no processo de tomada de decisão de Castelo Branco pelo envio de tropas. Contudo, por se tratar de um alto funcionário do Itamaraty, alocado em uma das embaixadas mais importantes para o Brasil, acreditamos que sua forte posição pró-Estados Unidos mereça destaque.

Outros documentos de Juracy Magalhães foram encontrados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Nesse arquivo, tivemos acesso a cartas e documentos do embaixador, dentre os quais encontramos diversos vestígios de seu posicionamento anticomunista. Um exemplo nesse sentido foram os comentários do embaixador sobre a crise dominicana no *Council on Foreign Relations* em Nova York no dia 3 de maio de 1965. Discursando sobre o mecanismo de segurança continental e o papel da OEA em sua garantia, Magalhães afirmou que “no caso da República Dominicana foi a comunidade interamericana confrontada ainda pela inegável inadequação de seus mecanismos de defesa contra a subversão que transcende as fronteiras nacionais e contra as agressões sutis, indiretas, mas não menos perigosas de que as ações extensivas.”¹³⁷ Ainda sobre a questão, o embaixador afirma não saber qual seria próximo passo do mundo; contudo, argumenta que “[haveria] um apreciável progresso [na ordem mundial] na medida em que a OEA, tal como [confiava], [sairia] renovada e fortalecida do embate a que a expôs a crise dominicana.”¹³⁸ Magalhães argumentava ainda que o mundo como um todo ganharia dessa evolução, “mas os países [do continente americano lucrariam] de forma especial porque [desejavam e precisavam dedicar-se à luta contra o subdesenvolvimento social e econômico e porque, grandes e pequenos, [eram] todos pares na grande, generosa e promissora comunidade hemisférica.”¹³⁹

Devemos ressaltar que além da importância que o Brasil dava às ações da OEA na crise dominicana, o governo Castelo Branco acreditava ser peça chave nesse processo. Segundo telegrama da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, “embora não [tenha] partido do Brasil a iniciativa da operação de paz [então] em curso, [o governo tinha] plena consciência do papel decisivo que [desempenhava] no sentido de dar-lhes o indispensável caráter de ação

¹³⁶ Telegrama no. 783, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹³⁷ Comentários do embaixador Juracy Magalhães sobre a crise dominicana no *Council on Foreign Relations*, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, JM, cp 1965.05.03, p. 4.

¹³⁸ Comentários, Juracy Magalhães, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, Fundo JM, cp 1965.05.03, p. 4.

¹³⁹ Comentários, Juracy Magalhães, 03 maio 1965, CPDOC-FGV, Fundo JM, cp 1965.05.03, p. 4.

coletiva sob a égide da OEA.”¹⁴⁰ Outro ponto que pode nos ajudar a compreender a decisão do governo brasileiro de enviar tropas a São Domingos é a questão do fortalecimento do sistema interamericano. Ainda nesse telegrama da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à embaixada brasileira em Washington, Vasco Leitão da Cunha, então Ministro das Relações Exteriores, afirmava que o Brasil, além de ter o maior contingente militar latino-americano na ilha, tinha “um ilustre General brasileiro [no] Comando em Chefe da Força Interamericana de Paz, que a 10ª Reunião de Consulta, graças [ao] empenho diplomático [brasileiro] colocou sob direta orientação política de uma Comissão ad hoc de três membros, dos quais um é brasileiro.”¹⁴¹ O ministro acreditava também que “essas demonstrações inequívocas [do interesse brasileiro] direto de uma solução multilateral, pacífica, rápida e satisfatória da questão dominicana confirmam o apoio político que [o Brasil vinha dando] aos Estados Unidos da América no Continente e no Mundo”¹⁴², baseado na convicção de que aquele momento clamava pelo fortalecimento do sistema interamericano.

Outro fator que consideramos em nossa análise sobre o processo de tomada de decisão do governo brasileiro foi a proximidade de eleições para a presidência do Conselho da OEA. Uma hipótese que poderia explicar essa decisão seria um desejo brasileiro de ocupar tal assento. Observamos certo interesse brasileiro em concorrer para esse cargo em telegrama de Vasco Leitão da Cunha à representação do Brasil junto à OEA, no qual afirmava que “o critério tradicionalmente seguido pelo Brasil [era] o de deixar que as candidaturas àquele cargo [surgissem] naturalmente das discussões do próprio Conselho. [Sendo] desta maneira que surgiu a candidatura do Embaixador Ilmar Pena Marinho.”¹⁴³ Leitão da Cunha argumentava ainda que as demais candidaturas não tinham surgido de forma orgânica e que “o Governo brasileiro [acreditava] que a candidatura do Embaixador Penna Marinho [tinha] boas possibilidades de êxito.”¹⁴⁴

O que vemos a seguir, contudo, é um arrefecimento nos diálogos sobre a candidatura brasileira e o aumento nas conversas sobre qual posicionamento a delegação brasileira junto à OEA deveria tomar na eleição. Exemplo é um telegrama da Secretaria de Estado das Relações

¹⁴⁰ Telegrama No. 655, Brasília à Washington, 26 jul. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴¹ Telegrama no. 665, Brasília à Washington, 26 jul. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty. Grifo original.

¹⁴² Telegrama no. 665, Brasília à Washington, 26 jul. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴³ Telegrama no. 336, Brasília à OEA, 28 out. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴⁴ Telegrama no. 336, Brasília à OEA, 28 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Exteriores para a delegação brasileira no qual o Itamaraty afirmava que não apoiaria as candidaturas do Uruguai e do Panamá, “sobretudo o primeiro por sua atuação negativa para com a OEA no caso da crise dominicana.”¹⁴⁵ É notável como a crise dominicana teve um impacto na decisão brasileira em relação à eleição do novo presidente do Conselho da Organização, porém esse documento nos fornece indícios de que o governo Castelo Branco não buscava ocupar essa posição.

Outro exemplo nesse sentido é uma correspondência da delegação do Brasil ao Itamaraty que evidencia como as conversas entre esses líderes sempre envolviam a candidatura de outras nações. Nesse telegrama, o embaixador Pena Marinho, representante do Brasil na OEA, afirma que “após consultar vários de [seus] colegas no Conselho, [pôde] verificar não haver suficiente receptividade para as candidaturas do Uruguai ou do Panamá.”¹⁴⁶ Argumentava ainda que “[aguardava-se] o regresso a Washington, [naquela] noite ou [no dia seguinte], do Embaixador Bunker, o qual, em colaboração com o Vice-Presidente, Embaixador Juan Plate, [deveria] coordenar o lançamento de uma candidatura capaz de grangear (sic) o apoio do maior número possível de membros do Conselho.”¹⁴⁷ Assim, apesar dos primeiros sinais em sentido contrário, concluímos que a eleição à presidência do Conselho da OEA não influenciou o processo decisório do governo Castelo Branco em relação à crise dominicana.

Um tópico que merece destaque é a justificativa apresentada pelos Estados Unidos para a sua intervenção unilateral na República Dominicana e maneira pela qual os líderes brasileiros receberam esse posicionamento. Conforme apresentado na parte introdutória desta tese, a justificativa inicial norte-americana para sua intervenção foi humanitária – a retirada de cidadãos de sua nação e de outras nacionalidades do território em conflito. Contudo, estudiosos como Abraham Lowenthal e Lawrence Yates já demonstraram que a motivação por trás das ações do governo Johnson era, na realidade, o medo da constituição de um segundo governo comunista no hemisfério – ou seja, de uma segunda Cuba. É interessante notar que, em um primeiro momento, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores trabalhou com a justificativa primária norte-americana, usando-a para delimitar a ação diplomática de embaixadas brasileiras em outros países. Um exemplo nesse sentido é o telegrama da Secretaria à embaixada brasileira em Buenos Aires no início de maio de 1965, no qual ela afirmava que havia “recebido dos

¹⁴⁵ Telegrama S/N, Brasília à OEA, 17 set. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴⁶ Telegrama no. 551, OEA à Brasília, 22 nov. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴⁷ Telegrama no. 551, OEA à Brasília, 22 nov. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Estados Unidos da América as seguranças de que a sua ação havia sido ditada pela necessidade imperiosa de proteger vidas humanas em face da completa deterioração da ordem pública em São Domingos, confessada pelas próprias autoridades locais.”¹⁴⁸ O telegrama argumentava ainda que “a evidência do perigo de cair o movimento revolucionário sob a liderança comunista só [vinha] acentuar a urgência de uma ação conjunta no Continente para evitar que se [repetisse] naquela ilha o ocorrido em Cuba.”¹⁴⁹

Devemos ressaltar, contudo, que o medo do comunismo sempre esteve presente nos argumentos do governo brasileiro, como notamos no telegrama de Juracy Magalhães para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores de 30 de abril de 1965. Nele, o embaixador do Brasil em Washington pede especial atenção do Ministro das Relações Exteriores para um telegrama que o Departamento de Estado norte-americano estava expedindo para o Brasil. Segundo Magalhães, tal documento expunha a posição norte-americana ante a situação dominicana, “ao mesmo tempo em que [manifestava] o desejo de que a OEA [adotasse] medidas eficazes que [contribuíssem] para a solução do problema representado por aquela situação”¹⁵⁰ O embaixador afirma ainda que a multilateralização da intervenção norte-americana encerraria o caráter individual da ação “tomada pelos Estados Unidos, [o governo norte-americano ponderava] (...) que não [podia] permitir o risco de que aquela república [viesse] a constituir-se em nova base comunista neste hemisfério.”¹⁵¹ Apesar de o medo da expansão do comunismo internacional ser um argumento bastante persuasivo para o governo brasileiro, o embaixador Pena Marinho afirma que as razões apresentadas pelo governo Johnson não foram o suficiente para convencer grande parte dos governos do continente, “mesmo quando admitissem [os Estados Unidos] que se tratava de uma medida preventiva, destinada a impedir que países sob regime comunista se aproveitassem da oportunidade para instaurar uma segunda base militar no Caribe” (Marinho 1986, 7).

É notável, então, como os Estados Unidos encontraram um valioso aliado no Brasil para a defesa de sua posição. Conforme será apresentado no próximo capítulo, o governo de Castelo Branco agiu em prol das ações norte-americanas e pela multilateralização da força na República Dominicana dentro do âmbito da OEA. Uma passagem que ilustra esse posicionamento brasileiro pode ser encontrada no artigo do embaixador Pena Marinho para a revista do exército,

¹⁴⁸ Telegrama no. 150, Brasília à Buenos Aires, 06 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁴⁹ Telegrama no. 150, Brasília à Buenos Aires, 06 maio 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁵⁰ Telegrama no. 775, Washington à Brasília, 30 abr. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

¹⁵¹ Telegrama no. 775, Washington à Brasília, 30 abr. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

no qual afirmou ser importante “antes de mais nada, estabelecer uma nítida e firme distinção entre a grosseira violação do princípio de não-intervenção, consagrados nos artigos 18 a 20 da [então] Carta da OEA (antigos artigos 15 a 17 do Estatuto de Bogotá)” (Marinho 1986, 6) e a simples aplicação da concepção “de ação coletiva, que, inclusive, emana do conceito de segurança coletiva do hemisfério, inscrito no artigo 22 da precitada Carta (art. 19 da antiga).” (Marinho 1986, 6). Esse trecho é um bom exemplo da interpretação que o governo brasileiro fez da ação norte-americana e a maneira como a OEA deveria agir dentro do conflito dominicano. Não somente Pena Marinho, mas diversas lideranças do governo brasileiro – como veremos a seguir – enxergavam a intervenção norte-americana como necessária e justificável, devendo o Brasil contribuir para a prevenção de uma segunda Cuba no hemisfério.

3.3 – Processo de tomada de decisão

O processo decisório pelo envio de tropas à República Dominicana envolveu diversos setores políticos brasileiros. Como visto nas seções anteriores, o Ministério das Relações Exteriores acompanhou a crise dominicana desde que a questão foi levada pelos Estados Unidos ao fórum da OEA. Devemos destacar, contudo, que, apesar de diversos diplomatas terem expressado sua opinião sobre como o país deveria agir dentro desse contexto – grande parte favorável à participação do Brasil na FIP – não encontramos evidências de sua influência direta na decisão de Castelo Branco. A única exceção seria Vasco Leitão da Cunha, Ministro das Relações Exteriores no período, que teve participação ativa em prol do envio de tropas na reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) na qual a questão foi debatida. Já os debates no âmbito do CSN foram muito favoráveis ao apoio aos Estados Unidos, uma vez que todos os ministros se mostraram adeptos ao desejo de Castelo Branco de enviar tropas para a composição da FIP – como veremos a seguir. Por fim, temos as discussões no Congresso Nacional que, recebeu uma mensagem presidencial – após a reunião do Conselho de Segurança Nacional – pedindo pela aprovação de tal envio. Ao contrário do CSN, os debates no Congresso foram mais acalorados e diversos congressistas apresentaram posições contrárias à do governo.

3.3.1 – Conselho de Segurança Nacional

Após receber o pedido do governo norte-americano, por meio da OEA e de Vernon Walters, para o envio de tropas brasileiras para a composição de uma força interamericana, o presidente Castelo Branco levou a questão para o Conselho de Segurança Nacional (CSN). Esse órgão era composto pelo presidente da república, os ministros de Estado, o chefe do Estado Maior do Exército e o chefe do Estado Maior da Armada¹⁵². Sua responsabilidade era a de analisar questões vinculadas à segurança nacional. O Conselho se reuniu no dia 15 de maio de 1965 para debater a questão dominicana e a possível participação brasileira no conflito. A partir da ata de tal reunião pudemos analisar a toada desse encontro e estudar as posições adotadas por inúmeros líderes brasileiros relevantes nesse cenário, como o Ministro das Relações Exteriores, os chefes do Estado Maior do Exército e da Armada. É interessante notar que a ata deixa claro como Castelo Branco se colocou em uma posição de ouvinte e preferiu escutar as manifestações de seus ministros, ao invés de colocar sua posição sobre a questão. Porém, como apresentado anteriormente, sabemos que em conversa anterior com seu amigo pessoal Vernon Walters, de acordo com a versão do norte-americano, o presidente brasileiro teria afirmado que não deixaria uma nação irmã passar pelo mesmo risco que o Brasil teria passado há pouco – se referindo à situação brasileira anterior ao golpe de 1964 (Walters 1978, 362).

O presidente abriu o encontro pedindo para que Vasco Leitão da Cunha apresentasse a situação dominicana aos demais ministros. O Ministro das Relações Exteriores recontou, então, os acontecimentos de final de abril e expôs sua análise sobre a estrutura política daquela república e sobre os constitucionalistas. Segundo Leitão da Cunha, a República dominicana era um país “cujas vicissitudes [vinham demonstrando] uma quase inviabilidade do ponto de vista de organização estatal dentro de um sistema democrático.”¹⁵³ Ainda de acordo com o ministro, esse seria um dos fatores que explicaria a situação na qual tal país se encontrava naquele momento, “acrescentados naturalmente de um novo fermento que [era] o do comunismo internacional que, se prevalecendo das circunstâncias, penetrou profundamente nos grupos revolucionários [naquele momento] em luta e em presença oposta.”¹⁵⁴ Seguindo com sua argumentação, Leitão da Cunha apresentou as medidas que tinham sido adotadas pela OEA até aquele momento, dentre elas o pedido para a constituição de uma “força armada interamericana

¹⁵² Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-de-seguranca-nacional-csn>>. Acesso em: 14/04/2021.

¹⁵³ Brasil, Conselho de Segurança Nacional (a seguir CSN), Ata da 26ª sessão, Brasília, 1965, p. 2.

¹⁵⁴ Brasil, CSN, Ata da 26ª sessão, 1965, p. 2.

[que] significaria ‘ipso facto’ a transformação das [então] forças em território dominicano, numa terceira força que não seria a de um estado nem a de um grupo de estados”¹⁵⁵, mas sim de uma organização interestatal como a Organização dos Estados Americanos. O ministro afirmou também que “[a] clara obrigação dos Estados Americanos de se prestarem reciprocamente assistência, [assumia naquela] conjuntura um caráter ineludível.”¹⁵⁶ Por fim, Vasco Leitão da Cunha expôs sua opinião favorável ao envio de tropas brasileiras para a composição da FIP, argumentando que não acreditava “ser necessário ressaltar a profunda significação que, para o fortalecimento do sistema interamericano, revestiria uma decisão favorável [do presidente] no sentido de submeter [tal proposta] à consideração do Congresso Nacional.”¹⁵⁷ Segundo o ministro, a contribuição brasileira para a formação da FIP “viria ainda consubstanciar a sua solidariedade com os justos anseios de liberdade democrática e de paz do povo dominicano, e fortalecer a ação comum em prol da preservação da segurança e da paz no Continente.”¹⁵⁸

Após as considerações de Vasco Leitão da Cunha, o presidente retomou a palavra e apresentou alguns questionamentos aos demais ministros presentes, a fim de que eles pautassem sua análise sobre a situação dominicana. As questões foram as seguintes; “O Brasil não comparecer com tropas a São Domingos será um benefício para nós e conveniente à América Latina?”¹⁵⁹, “Se estivermos presentes, o Brasil concorrerá para a paz no Continente?”¹⁶⁰, “Será que, recordando o caso de Cuba, a defesa de nossas instituições democráticas está também em São Domingos?”¹⁶¹ e “A presença de tropas brasileiras conterà a dominância das tropas norteamericanas, num caso como este em que deve haver conjunto da OEA?”¹⁶² Devemos ressaltar que todos os ministros foram favoráveis ao envio de tropas por parte do Brasil, de maneira que apresentaremos a seguir as falas que consideramos mais relevantes à nossa análise. O primeiro posicionamento nesse sentido foi do senador Milton Campos, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que, ao justificar sua argumentação favorável, fez leve crítica aos Estados Unidos ao afirmar que “[a FIP] viria substituir com elementos de pacificação da República em São Domingos, a força americana que lá se [encontrava] e cuja presença, esta sim, [era] discutível.”¹⁶³ O ministro finalizou afirmando que, “salvo se não houvesse condições de

¹⁵⁵ Ibidem, p. 6.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Brasil, CSN, Ata da 26ª sessão, 1965, p. 7.

¹⁵⁸ Ibidem.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 8.

¹⁶⁰ Ibidem.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibidem.

possibilidade, que essa ressalva é feita de minha parte, o Brasil deveria cumprir essa missão de paz, cumprindo sua parte.”¹⁶⁴

Quando chamado a se pronunciar, o Almirante Paulo Bosísio, Ministro da Marinha também se mostrou favorável ao envio de tropas brasileiras, porém foi além em sua argumentação. De acordo com o ministro, “outro aspecto [era] que não [era] mais possível se admitir, por qualquer questão política ou sentimental, que se [criasse] uma nova Cuba no Hemisfério.”¹⁶⁵ Por essa passagem já é possível observar a posição mais firme que o ministro tinha em relação aos comunistas – assim como grande parte das Forças Armadas brasileiras naquele período. Ele continua com sua fala argumentando que “o atendimento da solicitação da OEA por [parte do Brasil], [ele acreditava] que não [era] só uma obrigação como [era] necessária à paz no Continente e à política externa [brasileira].”¹⁶⁶ O ministro encerra afirmando que a Marinha estava pronta para atender tal solicitação. Os demais ministros a se pronunciarem o fizeram de maneira sucinta, porém seis merecem destaque. Começando pelo Marechal Juarez Távora, Ministro da Viação e Obras Públicas que, ao manifestar seu voto favorável, argumentou que pelos documentos internacionais firmados pelo Brasil, o país tinha a obrigação de constituir a força. O ministro afirmou ainda que o Brasil “[representava] na América Latina, indiscutivelmente, o país de maior responsabilidade internacional e nessas condições, ele não poderia recusar o seu contingente para composição dessa força.”¹⁶⁷

Os ministros Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura, e deputado Daniel Faraco, Ministro da Indústria e Comércio seguiram a mesma linha do Ministro da Marinha, abordando a possibilidade da existência de uma segunda Cuba no hemisfério. O Ministro da Educação e Cultura primeiro assegurou não ser possível sob quaisquer hipóteses a instalação “na América [de] mais um estado comunista, ou que não haja um governo de qualquer espécie num país do nosso hemisfério”¹⁶⁸ Já o Ministro da Indústria e Comércio destacou que se subscrevia ao pensamento Ministro da Marinha, ou seja, “não [era] possível que, por hesitações, as nações americanas se [tornassem] cúmplices do aparecimento de uma nova Cuba no nosso hemisfério.”¹⁶⁹ Já os ministros da Aeronáutica, Marechal do Ar Eduardo Gomes, do Planejamento e Coordenação Econômica, embaixador Roberto de Oliveira Campos, e para Assuntos Cíveis da Presidência da República, Luiz Viana Filho, abordaram a

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 9.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 10.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 11.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 11-12.

solidariedade no hemisfério e necessidade de o Brasil não faltar com seus compromissos. O Ministro da Aeronáutica argumentou que, “por uma questão de solidariedade continental, o Brasil não [poderia] deixar de atender a recomendação do Conselho de Consulta da Organização dos Estados Americanos, e assim [deveria] enviar o seu contingente para garantir a paz e a segurança do continente.”¹⁷⁰ O Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, por sua vez, acreditava que “a intervenção [estava] feita; [então era] melhor que ela se [multilateralizasse] e o Brasil, como segundo país do continente, não podia estar ausente de uma missão de segurança, garantia de paz, sob pena de total desintegração do sistema defensivo da OEA.”¹⁷¹ Por fim, o Ministro Extraordinário para os Assuntos Cívicos da Presidência da República assegurou “[verificava] que não somente [era] necessário que o Brasil [atendesse] a solicitação da OEA, mas também que seria profundamente desagradável para nossa posição no continente se o deixasse de fazer.”¹⁷²

Devemos ressaltar que na Ata do Conselho de Segurança Nacional (CSN) não encontramos nenhuma menção a interesses pragmáticos que dessem suporte à decisão brasileira de participar da FIP, como receber algo em troca dos Estados Unidos, por exemplo. Após votação unânime no Conselho de Segurança Nacional, o presidente enviou uma mensagem ao Congresso Nacional pedindo que suas casas validassem o envio do contingente brasileiro. No curto documento de 17 de maio de 1965, Castelo Branco solicitava a aprovação do envio de tropas brasileiras às terras dominicanas, “a fim de colaborar na restauração da normalidade na República Dominicana, de acordo com a resolução adotada em 06 de maio de 1965, pela 10ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas.”¹⁷³

3.3.2 – Congresso Nacional

Depois de ser enviado ao Congresso Nacional, o pedido de Castelo Branco pelo envio de tropas foi remetido à Comissão de Relações Exteriores da casa, que se reuniu no dia 18 de maio de 1965 para debater a questão. Segundo o diário do Congresso, “a matéria foi (...) colocada em discussão e foi longamente debatida pelos Senhores Deputados. Em votação, foi

¹⁷⁰ Ibidem, p. 11.

¹⁷¹ Ibidem, p. 13.

¹⁷² Ibidem, p. 14.

¹⁷³ Mensagem do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco ao Congresso Nacional, MSC 285/1965, 17 maio 1965.

o parecer do Relator aprovado por catorze votos contra doze.”¹⁷⁴ Após aprovado na Comissão, o pedido foi enviado para a análise do Congresso, no dia 19 de maio de 1965. No diário do Congresso encontramos o posicionamento de diversos Deputados, tanto favoráveis quanto contrários ao envio de tropas para a República Dominicana. Contudo, para evitarmos a repetição, apresentaremos aqueles posicionamentos que mais se destacaram e representaram bem a toada do grupo no qual se encaixa – favorável ou contrário ao envio de tropas.

Começando pelos deputados que se posicionaram favoráveis à ação norte-americana ou ao envio de tropas, selecionamos as falas de Yukishigue Tamura (Aliança Renovadora Nacional – ARENA), Plínio Salgado (Partido Republicano Progressista – PRP), Anísio Rocha (Partido Social Democrático – PSD) e Dnar Mendes (União Democrática Nacional – UDN). O primeiro por representar um grupo com um posicionamento mais radical, o segundo por ter se focado na necessidade da ação dos Estados Unidos e os dois últimos por abordarem a legalidade da ação norte-americana e da atuação da OEA. Conforme mencionado, dentre os três, Yukishigue Tamura foi o que apresentou o discurso mais radical. O deputado discursou não somente sobre a questão dominicana, mas também sobre a lógica da Guerra Fria, afirmando que havia dois caminhos e que “entre esses dois caminhos, [ele preferia] o primeiro, chamado capitalismo liberal, que preserva a iniciativa privada, que garante a liberdade.”¹⁷⁵ Ele alegou ainda ter “a certeza de que, dentre outras medidas, como a da democratização do capital e a solidariedade entre os povos neste setor, como também a solidariedade no campo técnico, poderemos encontrar a paz neste continente e no mundo.”¹⁷⁶

É notável a posição favorável de Tamura à ideologia norte-americana, de maneira que sua posição em relação às ações do governo Johnson na República Dominicana seguiram a mesma linha. Abordando a questão dominicana, o deputado argumentou achar que “a presença do Brasil naquele país [haveria] de representar o instrumento para a pacificação e não de guerra, pois [era] tradição [do] país sempre preservar a paz, nunca derramar sangue, mas evitar que esse sangue corra em qualquer parte do mundo.”¹⁷⁷ Tamura era a favor do envio de tropas por parte do Brasil e acreditava que caso o governo tomasse essa decisão, a “[faria] no desempenho livre da sua consciência, da sua solidariedade continental e mundial, no combate ao único perigo hoje existente para a humanidade, que é o comunismo.”¹⁷⁸

¹⁷⁴ Diário do Congresso Nacional, 25 maio 1965, p. 45.

¹⁷⁵ Diário do Congresso Nacional, 20 maio 1965, p. 3367.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

Já o deputado Plínio Salgado – ex-líder integralista - adotou uma abordagem mais sutil ao argumentar que era preciso encarar “com bom senso [aquele] episódio do Caribe.”¹⁷⁹ O deputado destaca também que a República Dominicana no quesito território, população e importância econômica não era e nem poderia ser objeto de ambições norte-americanas, de maneira que “se os Estados Unidos tiveram de tomar providências urgentes e enérgicas neste caso, não foi, por certo, orientados por um imperialismo, por uma intenção de dominar os povos da América. Pelo contrário, se ali foram as forças americanas, é porque alguma coisa maior estava em perigo.”¹⁸⁰ Salgado argumenta ainda que “no exemplo de Cuba, a omissão dos Estados Unidos deu em resultado termos dentro da América (tradicionalmente livre e democrática) uma província moscovita, que nos tem ameaçado e nos ameaçou até com bases de foguetes, criando o problema estratégico militar de defesa do continente.”¹⁸¹ O deputado segue com seu discurso a favor dos Estados Unidos e discorrendo sobre a integridade do presidente Castelo Branco, porém, como isso foge do nosso escopo, cabe a nós apontar que Plínio Salgado foi mais um a demonstrar sua posição a favor da ação unilateral norte-americana e a votar favoravelmente ao envio de tropas.

Os deputados Anísio Rocha e Dnar Mendes, por sua vez, focaram seus discursos na legalidade da ação norte-americana e de uma possível intervenção por parte da OEA. O senhor Dnar Mendes afirmou ter tido a oportunidade de votar favoravelmente ao pedido de Castelo Branco, e o que o fez baseando-se “no próprio texto dos Tratados e das Cartas internacionais.”¹⁸² O deputado afirmou ainda que “a Carta das Nações Unidas, por exemplo, em seu artigo 43, declara que todos os seus membros podem, a pedido, fornecer forças armadas.”¹⁸³ Dessa forma, argumentava Mendes, o envio de tropas por parte da OEA estaria dentro do escopo de atuação da organização que poderia se valer de todos os meios “para, dentro deste continente, estabelecer-se e fazer perdurar a paz e a tranquilidade da família americana devem ser usados para se conseguir esse desiderato almejado no continente americano e no mundo.”¹⁸⁴ Já Anísio Rocha afirmou que votava a favor da aprovação da mensagem presidencial por acreditar que se tratava “de uma missão de paz, semelhante àquela que a ONU exerce no Congo e em Suez, ambas apoiadas pelo Governo brasileiro”¹⁸⁵ Devemos ressaltar,

¹⁷⁹ Ibidem, p. 3373.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² Ibidem, p. 3374.

¹⁸³ Ibidem.

¹⁸⁴ Ibidem.

¹⁸⁵ Ibidem.

contudo, que essa afirmação do deputado não se sustenta, visto que as operações da ONU no Congo e em Suez já começaram com uma força multilateral, e não a partir da intervenção de um Estado. O deputado Rocha justificou seu voto argumentando que “[nesse] caso específico a solicitação se [afirmava] rigorosamente na Carta da OEA.”¹⁸⁶

Dos deputados que se posicionaram contrários às ações norte-americanas ou ao envio de tropas, selecionamos os discursos de João Herculino (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), Roberto Saturnino (Partido Socialista Brasileiro – PSB) e Jairo Brum (Movimento Trabalhista Renovador – MTR). O primeiro foi escolhido por defender a ilegalidade dos atos norte-americanos a partir da Carta da OEA, o segundo questionou a propaganda anticomunista e baseou seu discurso na defesa dos tratados internacionais e o terceiro por sua crítica mais dura às ações do governo Johnson. Começando pelo deputado João Herculino, ressalta-se que ele desde o início se mostrou contrário ao envio de tropas brasileiras à República Dominicana. Abordando os boatos iniciais que surgiram no Brasil logo que a guerra civil eclodiu nas ruas de São Domingos, Herculino afirmou que já naqueles dias tinha ido “à tribuna para [levantar-se] contra o pretendido envio desse corpo expedicionário. [Fez], [dali], a defesa do [seu] ponto de vista, baseando, sobretudo, [seus] argumentos nos artigos 15 e 24 da Carta da Organização dos Estados Americanos.”¹⁸⁷ Em seu discurso no dia 20 de maio de 1965, o deputado novamente manifestou sua posição contrária ao envio de tropas à República Dominicana, “[baseado], sobretudo, na própria Carta da Organização dos Estados Americanos.”¹⁸⁸ João Herculino seguiu argumentando que seu partido teria buscado “em todos os artigos em todos os parágrafos, em todos os itens desta Carta alguma coisa que justificasse, primeiro, a agressão, depois, este envio de tropas.”¹⁸⁹ O deputado foi além ao afirmar que tinha a impressão que nem mesmo aqueles que apoiavam o governo e eram favoráveis ao envio de tropas seriam capazes de “defender com base no Estatuto dos Estados Americanos, a posição inicialmente assumida pelos Estados Unidos, que se caracterizou como uma agressão de um Estado ao outro.”¹⁹⁰

O deputado Herculino foi veemente tanto em sua condenação da ação dos Estados Unidos quanto em sua posição contrária ao envio de um contingente militar brasileiro para a composição da FIP. Em seu argumento, foi bastante duro com a intervenção norte-americana, afirmando que na Carta da Organização dos Estados Americanos via-se somente base para sua

¹⁸⁶ Ibidem, p. 3374.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 3373.

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem.

condenação, “a partir mesmo do seu próprio preâmbulo.”¹⁹¹ Herculino afirmou ainda que “nas primeiras palavras que [a carta] contém [vê-se] que a ação dos Estados Unidos constituiu, sem dúvida alguma, uma agressão a mais, infelizmente, a marcar a nefasta política exterior da grande república irmã.”¹⁹² Devemos ressaltar que suas críticas não se restringiram aos Estados Unidos e o deputado chegou a questionar “exatamente (...) quando [aquela] Casa [iria] examinar a agressão de um Estado todo-poderoso, uma agressão dos Estados Unidos à pequena República Dominicana.”¹⁹³ Por fim, o deputado afirma que o Brasil deveria honrar o Art. 24 da Carta da OEA¹⁹⁴, documento assinado pelo Brasil e que deveria ser honrado.

O deputado Roberto Saturnino, por sua vez, disse ouvir “estarecido, de vários colegas, a justificação da atitude norte-americana com fundamento em que a situação era de urgência, de que não havia tempo de consultar as formalidades previstas na Carta da Organização dos Estados Americanos.”¹⁹⁵ Saturnino não concordava com seus colegas no que tange à liberdade que esses pregavam sobre os Estados Unidos terem precisado “deixar [as] formalidades para trás, para depois serem cumpridas, homologando-se uma situação de fato.”¹⁹⁶ Em seu discurso, o deputado questionou “a que ponto [poderiam] chegar as paixões suscitadas pela propaganda anticomunista, quando ela atinge enfim a quase histeria que [se observava] no mundo [naquele momento].”¹⁹⁷ É interessante que Saturnino não era contrário à polarização que o mundo vivia naquele momento e também não se mostrava desfavorável à ideologia norte-americana, algo que fica claro quando afirma que caso “fôssemos cidadãos norte-americanos ou cidadãos soviéticos, enfim, se fosse o Brasil uma superpotência militar, uma potência atômica, digamos assim, ainda poderíamos admitir que se defendesse um ponto de vista desses (...).”¹⁹⁸

O deputado argumentava que “a defesa [do mundo], [suas] armas [eram] justamente os tratados internacionais, [era] a Organização das Nações Unidas, [era] a Organização dos Estados Americanos e [eram] os princípios que constam da Carta dessas entidades.”¹⁹⁹ Para ele, o Brasil nunca poderia abrir mão de tais princípios, “porque eles são a salvação [do país],

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibidem.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ “As controvérsias internacionais entre os Estados membros devem ser submetidas aos processos de solução pacífica indicados nesta Carta. Esta disposição não será interpretada no sentido de prejudicar os direitos e obrigações dos Estados membros, de acordo com os artigos 34 e 35 da Carta das Nações Unidas.” (OEA. Carta da Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizacao_dos_Estados_Americanos.htm#ch5> Acesso em: 19/04/2021).

¹⁹⁵ Ibidem, p. 3373.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

justamente como nação soberana e independente.”²⁰⁰ O Deputado finaliza afirmando que “somente um princípio [poderia lhes] ordenar [naquele] momento: [era] o do respeito a essas instituições internacionais, no caso a Organização dos Estados Americanos e sua Carta de Princípios (...)”²⁰¹ Nota-se, então, que Roberto Saturnino faz críticas à ação norte-americana, porém foca seu discurso na necessidade de respeitar as instituições internacionais.

Por fim, o deputado Jairo Brum, dentre os três selecionados, foi o que fez as críticas mais duras à ação unilateral norte-americana a ao envio de tropas por parte do Brasil. Segundo o deputado, apesar de o pedido de envio de um contingente militar ter chegado àquela casa com todo o formalismo, teria perdido sua essência, uma vez que “uma república associada da OEA já [tinha desembarcado] em terras dominicanas e [estava] fixada em solo dominicano com armas, com bandeiras, com tanques e com aviões.”²⁰², de maneira que os congressistas brasileiros estariam naquele momento “procurando acobertar o que de fato se [caracterizava] por uma invasão em república americana.”²⁰³ Brum foi além em sua crítica ao afirmar que “houve coisa parecida com a região dos Sudetos na Tcheco-Eslováquia.”²⁰⁴ e que “não [aceitava estes princípios, não os [podia] admitir eles [lhes repugnavam].”²⁰⁵ O deputado acreditava que “se os Estados Unidos quisessem dar ao mundo exemplos de defesa da liberdade, deveriam [ter agido] dentro de rigoroso formalismo, pois [estava] em jogo a liberdade dos povos, a sua capacidade de decidir sobre os seus destinos e seus rumos.”²⁰⁶ De forma, Sr. Presidente, que, por este motivo, votarei contra o pedido que ora formula o Governo.”

Observa-se, então, que, ao contrário da reunião do Conselho de Segurança Nacional, as discussões no Congresso Nacional apresentaram uma maior dissidência entre seus membros. Após os debates, a questão do envio de tropas por parte do Brasil para a composição da Força Interamericana de Paz foi levada à votação no dia 20 de maio e por 185 votos favoráveis e 93 contrários, foi aprovada. É importante destacarmos a diferença entre o número de votos favoráveis e contrários, já que o primeiro representou quase o dobro do segundo. A partir desse resultado, concluímos que, apesar de o Congresso apresentar divergências importantes de opinião, grande parte das lideranças políticas brasileiras apresentava tendências mais à direita do espectro político. Devemos relembrar, entretanto, que diversos deputados tiveram seus

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem.

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

mandatos cassados e a perda de seus direitos políticos nesse período. Dessa maneira, não nos surpreende a proporção entre deputados favoráveis e contrários às ações do governo. O pedido de Castelo Branco após aprovado foi transformado no decreto legislativo Nº 38 de 1965. Tal decreto, em seu artigo 1º autorizava o presidente de república “a enviar contingente militar das Forças Armadas que não [excedesse], em valor, a um grupamento tático, com elementos de comando, bem como de apoio logístico e de forças aéreas e navais.” (Brasil, 1965). Em seu artigo 2º afirmava que o contingente autorizado tinha a

finalidade pacificadora, nos termos do ato que instituiu a Força Interamericana, permanecerá em território dominicano durante o período que a Organização dos Estados Americanos, pelos seus órgãos específicos, julgar necessário à normalização da vida institucional daquela República e à restauração do ambiente de paz social e dos direitos humanos, mediante entendimento das facções em litígio e a livre constituição de um governo rigorosamente fiel aos postulados da democracia representativa. (Brasil, 1965)

O presidente estava autorizado então a enviar o contingente para a composição da FIP. Conforme ressaltado no início desse capítulo, o governo Castelo Branco desde o início se colocou em posição de aliado norte-americano, auxiliando na busca pela multilateralização da Força e mais tarde enviando contingentes militares para compô-la. A administração Johnson, como esperado, recebeu os posicionamentos brasileiros de maneira bastante positiva, o que fica claro nas correspondências de Juracy Magalhães, então embaixador do Brasil nos Estados Unidos, para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Um primeiro exemplo nesse sentido seria o telegrama de 1º de maio de 1965, no qual o embaixador relatava que após ter transmitido a decisão do Itamaraty e a posição do governo brasileiro em prol da multilateralização da intervenção norte-americana, o Departamento de Estado teria recebido a notícia “com o maior reconhecimento.”²⁰⁷ Outra passagem que ilustra a receptividade dos líderes norte-americanos em relação aos posicionamentos brasileiros pode ser encontrada em um telegrama do dia 20 do mesmo mês, no qual Magalhães afirmava que acabara “de ser informado, [lá] em Nova York, pelo departamento de Estado, de que [o governo norte-

²⁰⁷ Telegrama no. 785, Washington à Brasília, 01 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

americano apoiava] inteiramente a iniciativa vinda de [Vasco Leitão da Cunha], bem como a elevação a nível ministerial da 10ª Reunião de Consulta.”²⁰⁸

Outro documento que ilustra essa posição norte-americana é um telegrama de Dean Rusk para Vasco Leitão da Cunha, no qual afirma que a pronta ação brasileira para enviar contingentes à Força Interamericana de Paz deixou uma ótima impressão nos Estados Unidos. O Secretário de Estado norte-americano destaca ainda que o governo Johnson estava muito feliz com o desejo brasileiro de enviar um oficial para o comando da primeira força hemisférica.²⁰⁹ Apesar de esse posicionamento norte-americano não nos surpreender, é importante destacá-lo. Ao analisarmos o processo decisório da administração Castelo Branco em relação ao envio de tropas à República Dominicana a partir de sua política externa dos círculos concêntricos percebemos que a aprovação norte-americana dessa decisão era relevante para o governo brasileiro. Porém, a partir da análise dos documentos consultados no Arquivo do Itamaraty, na Biblioteca 31 de Março e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil é notável como essa aprovação não foi o fator motivador da decisão favorável ao envio de tropas. Dessa maneira, afirmar que a participação brasileira na crise dominicana teria acontecido por causa da chamada política externa de alinhamento automático seria uma explicação bastante simplista.

²⁰⁸ Telegrama no. 914, Washington à Brasília, 20 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁰⁹ Mensagem pessoal do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América para o Ministro das Relações Exteriores da República do Brasil, sem data, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

Capítulo IV – A primeira fase da Força Interamericana de Paz pelas lentes da relação entre Alvim e Bunker: julho de 1965 a janeiro de 1966

4.1 – Introdução

A atuação da Força Interamericana de Paz na República Dominicana pode ser dividida em dois momentos: o primeiro, entre maio de 1965 e janeiro de 1966, quando o comando da força estava sob a responsabilidade do General de Exército Hugo Panasco Alvim e do Tenente General Bruce Palmer Junior; e o segundo, entre janeiro e setembro de 1966, quando a força foi assumida pelo General de Divisão Álvaro Alves da Silva Braga e o General de Brigada Robert Linvill.²¹⁰ Nesse capítulo, focaremos no primeiro período (maio de 1965 e janeiro de 1966), que pode ser considerado o primeiro momento da atuação da FIP naquele país. De maneira mais específica, nos lançaremos ao estudo da relação entre as lideranças brasileira e norte-americana atuantes em solo dominicano durante essa temporada. Contudo, por se tratar de uma força militar, a FIP não tinha mandato político, de maneira que sua orientação nesse sentido viria da Comissão Ad Hoc – composta pelos embaixadores Ellsworth Bunker (Estados Unidos), Ramón Clairmont Dueñas (El Salvador) e Ilmar Pena Marinho (Brasil). De maneira que as lideranças estrangeiras a atuar diretamente no conflito eram majoritariamente brasileira e norte-americana.

4.2 – A chegada do General Hugo Panasco Alvim à República Dominicana e sua relação com o General Bruce Palmer Jr.

A literatura que se debruça sobre a questão dominicana aponta para uma situação conflituosa entre os Generais Panasco Alvim, Palmer Junior, e o embaixador Bunker. Seus autores argumentam que o General Alvim teria somente o comando nominal da força, enquanto o verdadeiro controle estaria nas mãos do General Palmer – que esteve presente durante o processo interventivo norte-americano e era o primeiro no comando antes de a FIP ser instituída. Indo além, os estudos sobre a crise dominicana afirmam que uma série de eventos

²¹⁰ Segundo a hierarquia militar do Exército brasileiro um General de Exército é um oficial quatro estrelas, enquanto um General de Divisão é um oficial três estrelas. Já na hierarquia militar norte-americana um Tenente General é um oficial três estrelas (que se equipara ao oficial quatro estrelas brasileiro) e um General de Brigada é um oficial duas estrelas (que se equipara ao oficial três estrelas brasileiro).

teria levado à deterioração de relação entre esses três personagens, chegando a um momento no qual Bunker argumentou pela retirada do General Alvim da República Dominicana (Greenberg 1987a; Palmer 1989; Yates 1988). Contudo, esses estudiosos não exploram essas questões, ou suas ramificações, de maneira profunda nem analisam as razões que levaram o embaixador Bunker a agir de tal maneira. Assim, compreender a relação entre as lideranças brasileira e norte-americana alocadas em solo dominicano é muito relevante, uma vez que pode esclarecer certos aspectos da relação bilateral Brasil – Estados Unidos durante a crise dominicana.

Após ser nomeado comandante da Força Interamericana de Paz, o General Alvim chegou à República Dominicana em 29 de maio de 1965 – quase um mês depois da aprovação da FIP. O General foi deixado na base aérea de San Isidro, onde ele encontrou com o General Palmer pela primeira vez. Em seu livro *Intervention in the Caribbean: the Dominican crisis of 1965*, Palmer reconta esse encontro e descreve Alvim de forma negativa como um “senhor rolha de poço de óculos”²¹¹ que o cumprimentou com a pergunta “*Habla español, señor?*” (Palmer 1989, 906).²¹² Palmer, que não possuía boas relações com a imprensa, relembra com certo ressentimento a diversão dos jornalistas ao presenciarem a cena e, imediatamente, verificar sua falta de fluência na língua local. Esse episódio poderia ser considerado uma prova de como, desde o início, o relacionamento entre os generais teria sido tortuoso, conforme proposto pela literatura. Contudo, em seu relato, Palmer afirma que “como subcomandante internacional e comandante das forças norte-americanas, [ele] teria alavancagem suficiente para atingir decisões da FIP compatíveis com os desejos dos Estados Unidos” (Palmer 1989, 880). Tal afirmação demonstra como Palmer não estava preocupado com sua posição de segundo na linha de comando da Força Interamericana de Paz, pois desse posto já conseguiria influenciar as decisões tomadas pelo comando da Força para que elas se desenvolvessem de acordo com os interesses norte-americanos.

Palmer ainda afirma que, antes da chegada de Bunker em junho, ele teria lidado com problemas ideológicos pessoais no front militar. Segundo relata em seu livro, o Major General Robert York era um conservador, de maneira que se comprometer com a esquerda do espectro político não era algo natural para ele. Além disso, York estava alocado na base aérea de San Isidro, o que o colocava em contato direto com alguns elementos da extrema direita dominicana, como de Los Santos (chefe da força aérea), Wessin y Wessin (comandante do CEFA) e Martinez Araña (chefe do exército). O recém-chegado General Alvim também era um direitista

²¹¹ Tradução da autora.

²¹² PALMER, B. *Intervention in the Caribbean: The Dominican Crisis*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1989. Versão Kindle, tamanho de fonte: 4.

e enxergava, segundo Palmer, todo rebelde da crise dominicana como “portador de um cartão comunista” (Palmer 1989, 947). Ainda de acordo com o general norte-americano, Alvim admirava bastante o General York, com quem se deu bem desde o início. Assim como o General Alvim, o embaixador norte-americano na República Dominicana, William Tappley Bennett, também admirava York, de maneira que Palmer foi deixado com a responsabilidade adicional de se estabelecer como o principal conselheiro militar de Bennett ao mesmo tempo em que mantinha suas tropas em cheque e apoiava a política de neutralidade adotada pelos Estados Unidos no segundo momento da crise dominicana (Palmer 1989, 947). Essa foi a versão dos fatos conforme contado por Palmer em seu livro, de maneira que devemos considerar seu viés durante a leitura. Ainda assim, quando cruzamos seu relato com uma entrevista dada pelo embaixador Bunker em 1983 à Michael L. Gillette da Biblioteca Lyndon Johnson, e os documentos encontrados no Arquivo do Itamaraty, pudemos observar como de fato o General Alvim tinha posições bastante direitistas que atrapalhavam sua relação com os constitucionalistas.²¹³

Apesar das diferentes posições adotadas por Palmer e Alvim no que tange à crise dominicana, devemos destacar que a relação entre os generais era de natureza pacífica. Conforme reportado por Bunker, sua relação com Alvim era pior do que a relação entre os comandantes da FIP. Ele acreditava ainda que Palmer merecia grande crédito e até teria dito ao general que ele “tinha perdido seu chamado, [e] deveria ter sido diplomata ao invés de general para conseguir se entender com Alvim.”²¹⁴ Palmer, por outro lado, anos após a intervenção na República Dominicana, descreveu Alvim como um líder competente que geralmente buscava se ajustar à situação ao invés de buscar conflito com os Estados Unidos - além de trabalhar muito próximo aos interesses do governo norte-americano (Greenberg 1987b, 89). Portanto, nota-se como a relação entre os comandantes da FIP não era conflituosa. Além disso, a descrição que Palmer faz de Alvim nos permite observar a clara mudança na orientação da política externa brasileira após o golpe civil-militar de 1964. Apesar da relação amigável entre Palmer e Alvim, a mesma situação não foi observada em relação ao General brasileiro e o embaixador Bunker. As trocas entre esses dois personagens foram se deteriorando até o ponto em que Bunker pediu pela retirada do general do comando da Força.

²¹³ Transcrição, Ellsworth Bunker História Oral Entrevista III, 10/12/83, por Michael L. Gillette, Cópia da Internet, Biblioteca Lyndon Baines Johnson.

²¹⁴ Transcrição, Ellsworth Bunker História Oral Entrevista III, 10/12/83, por Michael L. Gillette, Cópia da Internet, Biblioteca Lyndon Baines Johnson.

4.3 – A conturbada relação entre o General Hugo Panasco Alvim e o embaixador Ellsworth Bunker

Um dos primeiros episódios que conseguimos pontuar no processo de deterioração da relação entre o General Alvim e o embaixador Bunker aconteceu entre os meses de setembro e outubro de 1965. Nos primeiros meses após a chegada da FIP à República Dominicana, os membros da Comissão Ad Hoc estavam em constante trânsito entre São Domingos e Washington, visto que precisavam manter conversações com a X RMRE. As ausências da Comissão foram sentidas pelo General Panasco Alvim, que se ressentiu do que ele considerou uma falta de orientação política à Força. Segundo o MRE, o General Alvim acreditava “(...) não se [encontrar] devidamente respaldado para adotar medidas que encerram consequências eminentemente políticas, como [teria sido] o caso do embarque do General Wessin y Wessin.”²¹⁵

Além de sua insatisfação em relação à ausência da Comissão Ad Hoc, o General Alvim também estava impaciente em relação às negociações desenvolvidas pela Comissão. Segundo o comandante da FIP, elas estariam muito lentas e provocando uma geral e crescente inquietação no povo dominicano.²¹⁶ Em telegrama ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, encarregado de negócios do Brasil na República Dominicana, concordava com os posicionamentos de Alvim e endossava seus receios de que maiores delongas nas negociações “(...) além de desfavorável à OEA [atingiam] a Força Interamericana de Paz (FIP), cuja impopularidade [aumentava] dia a dia, a ponto de ambas as partes exigirem, com abusos, a sua saída.”²¹⁷

O MRE, por sua vez, enviou um telegrama a Ilmar Pena Marinho reafirmando seu apoio ao trabalho da Comissão Ad Hoc. A instituição argumentava ainda que seus membros não deveriam se impressionar com as críticas que estavam recebendo de alguns círculos em relação ao desempenho de seu mandato. O telegrama segue afirmando que “no modo de ver do Governo brasileiro, a Comissão ad hoc deveria encarar tais críticas com a mais absoluta serenidade e retemperar-se na reflexão de que qualquer censura à sua atuação só teria validade e significação

²¹⁵ Telegrama S/N, OEA à Brasília, 29 set. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²¹⁶ Telegrama no. 179, embaixada brasileira na República Dominicana (a seguir, São Domingos) à Brasília, 20 jul. 1965, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²¹⁷ Telegrama no. 199, São Domingos à Brasília, 29 jul. 1965, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

se partisse da 10ª Reunião de Consulta.”²¹⁸ O Ministério encerra seu telegrama assegurando Ilmar Pena Marinho de que esse não era um cenário provável, uma vez que qualquer ação nesse sentido requeria dois terços dos votos – algo que os países opositores à FIP jamais conseguiriam. Percebe-se, então, como inicialmente o Itamaraty apoiava as ações adotadas pela Comissão e não se preocupava com os protestos de Alvim. Como veremos mais à frente, contudo, essa situação mudará em questão de semanas.

Setembro de 1965 também foi palco de outro movimento importante da crise dominicana – o retorno do presidente Juan Bosch de seu exílio em Porto Rico. Após a posse do governo provisório e a perspectiva de eleições futuras, o ex-presidente resolveu retornar à República Dominicana para poder se candidatar à presidência novamente. O retorno de Bosch não era algo simples, tendo em vista os acontecimentos de abril, porém García Godoy permitiu esse movimento sem grandes ressalvas, algo que Alvim considerou extremamente perigoso para a situação dominicana. O retorno de Bosch, somado ao incômodo anterior do comandante da FIP com as ausências da Comissão ad hoc, levaram a mais uma manifestação do General que, junto com Meira Mattos (comandante da FAIBRAS), “[julgava] indispensável a presença de pelo menos um dos três membros brasileiros da Comissão “ad hoc” da OEA, a fim de que o Brasil [fosse] mantido a par de todos os entendimentos.”²¹⁹ Percebe-se, então, como Alvim era uma presença forte e queria estar ciente de todos os movimentos que envolvessem a crise dominicana, até mesmo aqueles que não eram de sua responsabilidade.

Devemos ressaltar que, conforme apresentado, nesses primeiros meses, o General Alvim já apresentava alguns posicionamentos mais conservadores em relação aos constitucionalistas do que as lideranças norte-americanas. Porém, é notável como até setembro de 1965 a situação entre ele e o embaixador Bunker ainda não era conflituosa. Isso pode ser bastante observado no episódio das manifestações contrárias a García Godoy no final do mês de setembro, no qual o embaixador Bunker se referiu ao General de maneira elogiosa. Em reunião no dia 28 de setembro, o Comodoro Caminero (Secretário de Estado das Forças Armadas dominicanas) expressou sua contrariedade a alguns atos adotados por García Godoy. Vale ressaltar que essa manifestação foi em ambiente público, uma vez que estavam presentes na reunião todos os chefes das forças militares dominicanas, o representante da Comissão ad hoc e o comandante e subcomandante da FIP. Caminero foi além e se encontrou com o

²¹⁸ Telegrama no. 144, Brasília à São Domingos, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²¹⁹ Telegrama S/N, OEA à Brasília, 23 set. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

embaixador Bunker na intenção de se valer dele “como intermediário para apresentação de um ultimatum ao chefe do Governo Provisório, pelo qual este último teria de optar entre a revogação de algumas de suas últimas decisões ou sua renúncia e a transferência do poder ao Vice-Presidente da República.”²²⁰ Contudo, vista a atuação firme e ponderações do embaixador Bunker e do General Panasco Alvim, a concretização de uma crise, com consequências mais sérias, foi evitada. Dentro da conjuntura desse episódio, Bunker afirmou que Alvim “teria sido o grande responsável pela mudança na atitude intransigente do Comodoro Caminero, fato que possibilitou a superação da crise.”²²¹

Com a chegada de outubro, porém, a situação em São Domingos atinge um impasse político. Seis meses após o início da atuação da Comissão ad hoc na República Dominicana, seus representantes ainda não tinham conseguido atingir dois objetivos fundamentais para a normalização da conjuntura dominicana – a reinstalação dos militares constitucionalistas nas forças armadas regulares e o recolhimento das armas em Ciudad Nueva.²²² Como chefe da Comissão ad hoc, Bunker era o responsável pelas negociações com os legalistas e os constitucionalistas, assim como por encontrar uma solução adequada a ambas as facções. Quando as tratativas atingiram esse impasse, o General Alvim, que já estava bastante impaciente com o processo de negociação, escreveu um relatório para o Comitê Ad Hoc apontando o fracasso de Garcia Godoy em manter os termos do Ato de Reconciliação.²²³

No documento, Alvim não oferecia solução alguma para a crise, mas pedia orientação e requisitava que seu relatório fosse submetido à X Reunião de Ministros das Relações Exteriores da OEA em Washington. A Comissão optou por não repassar a mensagem de Alvim. O General Palmer afirma ainda que a ideia original de Alvim era desviar da Comissão ad hoc e apelar diretamente para a OEA. Os comandantes da FIP teriam chegado a discutir a questão e Palmer teria tentando, sem sucesso, dissuadir Alvim a não escrever tal relatório. O General brasileiro acabou seguindo seu plano inicial e enviando o relatório diretamente à X RMRE. Nesse documento, Panasco Alvim apresentava a situação dominicana e dissertava sobre os principais pontos de conflito em sua visão. Em sua carta, o General aborda a reconciliação

²²⁰ Telegrama no. 576, OEA à Brasília, 05 out. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²¹ Relatório S/N, Rui Nunes Nogueira ao Ministro de Estado Interino, 8 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

²²² Relatório S/N, Rui Nunes Nogueira ao Ministro de Estado Interino, 8 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

²²³ O Ato de Reconciliação foi um documento publicado no início de agosto pelo Comitê Ad Hoc. Ele consistia em uma série de proposições que seriam usadas como base para as futuras negociações de paz (Yates 1988, 160).

dominicana, “o problema do desarme de civis”, a questão da reintegração das forças caamañistas aos ranques regulares, a restauração do controle policial e a retomada da normalidade em *Ciudad Nueva*, “a instabilidade do regime” e a FIP e a conjuntura dominicana.²²⁴ Ele concluiu o relatório afirmando ser necessária “(...) uma reformulação das diretrizes políticas a serem observadas pela FIP” e que “a inexistência destas diretrizes [poderia] provocar uma cisão dos Contingentes [lá] presentes, que passariam a agir dentro das orientações específicas” de seus governos.²²⁵ O relatório não foi bem recebido pelos membros da Comissão ad hoc e comprometeu a imagem de Alvim frente a seus membros.

Ao contrário de sua crítica anterior à atuação da Comissão, esse relatório foi acolhido pelo Itamaraty. A instituição que, apenas um mês antes, tinha se posicionado ao lado de Ilmar Pena Marinho em situação similar, migrava agora para o lado de Alvim. O General, que continuava insatisfeito com a atuação da Comissão e com o Presidente provisório García Godoy, começou a buscar instâncias mais altas dentro da OEA. Em telegrama enviado ao MRE, Ilmar Pena Marinho reconta que o embaixador nicaraguense Guillermo Sevilla Sacaza havia lhe informado ter recebido vários telefonemas de Alvim “(...) a fim de denunciar o Presidente Godoy como títere do Coronel Caamaño e de convocar a Reunião de Consulta com o objetivo de que esta reunião tomasse uma decisão quanto à eliminação pela força dos focos comunistas contidos na chamada zona constitucionalista.”²²⁶ Dessa vez, a resposta do Itamaraty foi mais dura com o embaixador e demonstrava como a visão da instituição estava pendendo a favor de Alvim. Em telegrama à delegação do Brasil junto à OEA, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores disse já ter conhecimento do relatório do General Alvim ao embaixador Sevilla Sacaza, e criticou a atuação da Comissão ad hoc que, a seu ver, “[tinha-se] absterido de fornecer à FIP a necessária orientação política e a carta do General nada mais [era] do que a consequência dessa abstenção.”²²⁷

Esse episódio pode ser considerado o início da deterioração das relações entre Alvim e Bunker. Palmer argumenta que as ações de Alvim ofenderam o embaixador Bunker e prejudicaram a imagem do general frente à Comissão ad hoc. A situação foi ainda mais agravada pelas constantes mensagens que o General Alvim enviava ao presidente do Brasil, o

²²⁴ Carta no. 480, Washington à Brasília, 19 out. 1965, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²⁵ Carta no. 480, Washington à Brasília, 19 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 13.

²²⁶ Telegrama no. 610 OEA à Brasília, 20 out. 1965, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²⁷ Telegrama no. 328, Brasília à OEA, 19 out. 1965, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Marechal Castelo Branco, nas quais era altamente descortês com Bunker. Em uma delas, ele se referiu ao embaixador norte-americano como “uma raposa astuta, grisalha e comunista.” (Palmer 1989, 1342). O que Alvim não sabia era que Bunker era um amigo pessoal de Castelo Branco e que os americanos estavam lendo sua correspondência (Palmer 1989, 1343). Assim, em outubro de 1965, a situação entre o General Alvim e o embaixador Bunker quase eclodiu em um conflito. O desentendimento entre eles só foi evitado pelos esforços do embaixador Ilmar Pena Marinho, que acreditava ser lamentável o escalonamento da situação entre esses personagens. Ao reportar-se sobre essa questão à Secretaria de Estado do MRE, Pena Marinho afirmou estar “(...) grato [por] poder comunicar (...) que o Embaixador Bunker e o General Panasco Alvim se reuniram [em 21 de outubro] em São Domingos, havendo-se desfeito como resultado desse encontro, o ambiente de desarmonia que se vinha formando desde há um tempo.”²²⁸

Um ponto que deve ser ressaltado é o trato de García Godoy com a FIP. Em diversas situações o presidente provisório pediu auxílio da Força – dois exemplos nesse sentido serão apresentados mais à frente –, de maneira que fica claro como ele contava com o apoio da FIP e da OEA para a manutenção de seu governo. Portanto, é bastante surpreendente seu comportamento, em ocasiões, omissos em relação à Força. Em outubro de 1965, por exemplo, os jornais e rádios controlados por seu governo faziam diversos ataques à FIP e reforçavam a ideia de que a normalidade somente seria restaurada no país após a partida da Força. Nesse momento, as hostilidades contra a FIP eram tamanhas que os embaixadores Bennet e Bunker transpareceram sua preocupação, enquanto o General Palmer “(...) manifestou-se francamente favorável à abolição dos controles e à evacuação das escolas.”²²⁹ Em telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva argumenta que “ao concentrar hostilidades sobre a FIP [o governo provisório] se [sentia] mais ao abrigo de críticas.”²³⁰

Um dos primeiros episódios marcantes desse momento do governo provisório em relação à FIP foi o incidente em Santiago de Los Caballeros. Após o cerceamento dos constitucionalistas à zona de Ciudad Nueva, Caamaño queria prestar homenagem ao Coronel Rafael Tomas Fernandes, cuja cerimônia fúnebre seria realizada no cemitério de Santiago de

²²⁸ Telegrama no. 615, OEA à Brasília, 21 out. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²²⁹ Telegrama no. 322, São Domingos à Brasília, 7 out. 1965, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³⁰ Telegrama no. 322, São Domingos à Brasília, 7 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty.

los Caballeros. Para isso, o Coronel se deslocaria com parte de seus apoiadores até a cidade de Santiago, segunda maior cidade da República Dominicana, localizada a 150 quilômetros da capital. García Godoy insistiu com Caamaño para que ele não seguisse adiante com seu plano, pois sua presença naquela cidade poderia trazer novas dificuldades ao seu governo. O Coronel, por sua vez, alegou que tinha assumido um compromisso com seus correligionários e seguiu com seu plano original. Liderando uma caravana de trinta e um carros, Caamaño viajou para Santiago.

Enquanto a cerimônia fúnebre do Coronel Rafael Fernandes acontecia, um tiroteio teve início entre os constitucionalistas e tropas legalistas. As versões divergem sobre as origens do tiroteio, mas o embate acabou chegando ao Hotel Matum, onde os rebeldes se viram entrincheirados e cercados. O conflito só chegou ao fim após a FIP ter sido acionada pelo presidente provisório. O uso da Força se fez necessário “(...) porque muitos dos antigos rebeldes, entrincheirados no Hotel Matum, negavam-se a se render às forças regulares dominicanas que os cercava, fato que poderia degenerar num terrível morticínio.”²³¹ Esse embate causou a morte de onze dominicanos, acirrou a situação entre as facções e, assim como previsto por García Godoy, interrompeu o trabalho do Governo Provisório e a normalização da situação política e econômica do país. Esse episódio é importante para nosso estudo, pois, a requisição de intervenção da FIP foi aceita sem maiores problemas. Destacamos que não encontramos, em nenhum dos documentos analisados, indícios de que o General Alvim tenha se oposto ao uso da Força nessa situação – na qual teria que agir para separar as facções em conflito e, de certa maneira, proteger os constitucionalistas de seu fim. Isso é significativo pois, como veremos a seguir, a mesma coisa não se repetiu quando a FIP foi chamada para intervir contra os legalistas, gerando um grande embate entre as lideranças brasileira e norte-americana.

O maior problema entre o general Alvim e o embaixador aconteceu em janeiro de 1966. Desde o início de seu governo provisório, García Godoy enfrentou diversos obstáculos ao negociar com ambos os lados do conflito. Contudo, para que sua administração funcionasse, o presidente provisório precisava de todo apoio que pudesse conseguir – o que significava que ele precisava dar esperança à esquerda moderada de que seu governo seria capaz de implementar algumas reformas, evitando que eles migrassem para a esquerda radical. Ainda assim, Caamaño e outros elementos do lado rebelde condicionaram seu apoio à remoção de alguns oficiais legalistas proeminentes, como Wessin y Wessin e Rivera Caminero. Buscando

²³¹ Telegrama no. 695, OEA à Brasília, 20 dez. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

uma solução intermediária, no dia 6 de janeiro de 1966, García Godoy emitiu um decreto anunciando a realocação de alguns de seus chefes militares e oficiais constitucionalistas para postos no exterior – dentre eles estava Caamaño. Rivera Caminero e outros oficiais legalistas, que até aquele momento apoiavam o presidente provisório, quebraram relações com o governo e capturaram a Radio São Domingos (Greenberg 1987b, 82).

Quando requisitado pelo governo provisório e pelo Comitê Ad Hoc da OEA a ocupar a Radio São Domingos, capturada por tropas legalistas, Alvim se recusou. O General justificou sua negativa a partir dos documentos assinados por García Godoy pedindo a intervenção da FIP. Segundo Alvim, a solicitação para o uso FIP pelo presidente provisório estaria embasada no fato de um setor das Forças Armadas dominicanas ter ocupado os estúdios da Rádio-TV São Domingos em direta insubordinação ao governo provisório. Dessa forma, por se tratar de somente uma parte das Forças Armadas, “(...) [ficava caracterizado] o fato de que o restante dessas Forças Armadas [permanecia] fiel ao Governo, sendo, portanto, o elemento hábil de que [dispunha] o Presidente para a manutenção da ordem interna e a salvaguarda do regime.”²³²

O General Alvim respondeu à carta da Comissão com uma recusa ao pedido de Garcia Godoy. Em sua carta, o General alegou que o problema era de caráter político, de maneira que deveria ser resolvido por meios políticos e não com a intervenção da FIP. Ele ressaltava ainda sua visão de que o pedido de García Godoy deixava claro que somente parte das Forças Armadas dominicanas tinham tomado a Rádio, de maneira que o presidente deveria recorrer aos demais setores militares dominicanos em busca da assistência necessária.²³³ Além disso, Alvim afirmava que “[o uso da FIP] implicaria ainda no reconhecimento por parte da OEA (...) da existência de uma situação de absoluta rebeldia das Forças Regulares”.²³⁴

Por fim, o embaixador Bunker acabou se encontrando com o General Alvim para contornar a situação e o informou que, caso ele se recusasse a emitir a ordem, o próprio embaixador iria instruir o General Palmer a recapturar a estação de rádio com tropas norte-americanas. Contudo, quando confrontado com esse ultimato, o General Alvim cedeu e, junto com o General Palmer, deu início a negociações com o Comodoro Rivera Caminero – militar legalista – para a desocupação pacífica da Rádio São Domingos. A intervenção dos

²³² Telegrama no. 21, São Domingos à Brasília, 8 jan. 1966, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³³ Memorando S/N., 08 jan. 1966, Caixa 215/600(24J) – Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) – Política Interna Chile 1970, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³⁴ Telegrama no. 21, São Domingos à Brasília, 8 jan. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

comandantes da FIP junto ao Comodoro Caminero foi exitosa e ficou decidido que a rádio seria ocupada pela Brigada latino-americana às 14:00 do mesmo dia.²³⁵

Esse episódio ilustra duas características significativas da natureza do comando de Alvim junto à FIB: a primeira era que o real comando da FIP estava, na prática, em mãos norte-americanas, enquanto a segunda era que Alvim era deveras mais conservador do que sua contraparte norte-americana. Acadêmicos estabeleceram que no início da intervenção norte-americana Johnson decidiu agir em favor do lado legalista (Lowenthal 1972, 145; Yates 1988, 168). Porém, a partir do momento em que as tropas rebeldes foram separadas pela Linha de Comunicação (que cortava a cidade ao meio, saindo da embaixada norte-americana e chegando na base aérea de San Isidro), as tropas estadunidenses assumiram uma posição neutra no conflito. Dessa maneira, quando Alvim se recusou a agir contra os legalistas, sua atitude indicava que ele era ainda irredutível com a chamada ameaça comunista do que os *policymakers* norte-americanos (Yates 1988, 168).

Isso foi o bastante para o embaixador Bunker, que já vinha reclamando da incessante caça de Alvim contra o comunismo no país. Em uma reunião marcada por McGeorge Bundy no dia 3 de novembro de 1965 para discutir a situação dominicana, Bunker classificou o general Alvim como um “sério problema contínuo”, e completou afirmando que, “para ele, todos [seriam] comunistas.”²³⁶ De acordo com Palmer, ele e Bunker vinham discutindo as implicações da crescente resistência de Alvim às orientações do Comitê *Ad Hoc* da OEA. O general afirma ainda que Alvim via o mundo como preto e branco e, portanto, não era capaz de apreciar todos os nuances do conflito que estava enfrentando na República Dominicana. Se comprometer com a esquerda dominicana era algo impensável para o comandante da FIP, apesar de Palmer acreditar que o oficial brasileiro médio tinha um esplêndido censo político. O autor também relembra como ele e o coronel Gutierrez tiveram que passar horas tentando convencer o “teimoso comandante” de que a liderança da OEA era não só razoável, como também necessária face à situação que enfrentavam (Palmer 1989, 1575).

Segundo o estudo de Lawrence Yates, a insurreição de janeiro apenas piorou a reputação de Alvim, além de trazer questionamentos em relação à confiabilidade do general como comandante da força. Bunker acreditava que o sucesso de um acordo político estava diretamente ligado à colocação da FIP à disposição do Governo Provisório quando necessário.

²³⁵ Telegrama no. 22, São Domingos à Brasília, 09 jan. 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³⁶ *Foreign Relations of the United States, 1964 – 1968*, Volume XXXII, Dominican Republic, 1964 – 1968, eds. Daniel Lawler e Carolyn Yee (Washington: Government Printing Office, 2005), Documento 140.

Assim, a hesitação de Alvim em agir, temporariamente colocando seus princípios e simpatia pelos chefes militares legalistas acima de seu dever, mostrava-se um problema para o embaixador. A responsabilidade de Alvim em relação à Força Interamericana de Paz continuou a ser questionada e, até onde Bunker sabia, o general poderia se recusar a agir novamente em situações similares. Assim, para evitar essa possibilidade, o embaixador propôs privadamente ao general Palmer um plano para reduzir os ranques dos oficiais no comando da FIP.²³⁷ Argumentando que essa seria a próxima etapa lógica para a redução do tamanho da FIP, a proposta de Bunker removeria a ambos – o general Alvim e o general Palmer - da República Dominicana (Yates 1988, 169; Palmer 1989, 1575).

Então, valendo-se de uma viagem que precisava fazer ao Brasil para uma reunião dos Ministros de Relações Exteriores da OEA, Bunker se encontrou com o presidente Castelo Branco. Em seu relato, o embaixador relembra que Castelo lutou ao lado dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e qualificou o presidente como um “bom indivíduo”. Durante a reunião com o presidente, de acordo com a entrevista dada por Bunker em 1983, Bunker teria informado a Castelo que a situação dominicana estava melhorando e, portanto, ele acreditava que um general de quatro estrelas não era mais necessário. Ele concluiu afirmando que tanto o Brasil quanto os Estados Unidos poderiam começar a trazer algumas de suas tropas de volta. Segundo o embaixador, Castelo entendeu imediatamente e prontamente respondeu “bom, se vocês nomearem um sub-comandante de duas estrelas eu nomearei um de três”. Finalmente Bunker tinha atingido seu objetivo: Alvim seria removido da República Dominicana como parte de uma rotação de rotina. “Eu me livre de Alvim. [Ele] nunca me perdoou por isso”, o embaixador lembrou em sua entrevista.²³⁸

Alguns anos mais tarde, quando questionado sobre o episódio com Alvim e suas manobras para a remoção do general da República Dominicana, Bunker respondeu, “mas nós precisávamos – general [Hugo Panasco] Alvim, o comandante brasileiro, tinha se tornado muito difícil.” O embaixador ainda afirmou que o general não acreditava nas negociações interamericanas de paz e queria dar um fim em todos os comunistas de São Domingos. Segundo Bunker, em certa ocasião Alvim teria dito que “[desejava] informar ao embaixador Bunker que nós [o Brasil] tivemos uma revolução. Nós tivemos uma mudança de governo no Brasil. Agora

²³⁷ O General Hugo Panasco Alvim era um General de quatro estrelas, enquanto o general Bruce Palmer Junior era um general de três estrelas (de acordo com a classificação brasileira). Segundo o ranque norte-americano Alvim era um general de três estrelas, enquanto Palmer era de duas.

²³⁸ Transcrição, Ellsworth Bunker História Oral Entrevista III, 10/12/83, por Michael L. Gillette, Cópia da Internet, Biblioteca Lyndon Baines Johnson.

nós temos uma ditadura democrática e iremos acabar com todos os comunistas.”²³⁹ O embaixador também declarou que o general Alvim desejava entrar em São Domingos e atirar em todos os comunistas, de maneira que o trato com ele teria se tornado difícil (Greenberg 1987b, 89).

4.4 – Comando Unificado da FIP

Outro ponto importante para nossa análise é o questionamento sobre quem realmente estava no comando da FIP e na tomada de decisão na situação dominicana. Encontramos diversas fontes que respondem a essa questão, sendo que todas elas apontam para uma dominância das lideranças norte-americanas, enquanto às lideranças brasileiras foi cedido somente o comando nominal – principalmente na FIP. O primeiro episódio nesse sentido aconteceu logo no início do estabelecimento da Força. No dia 29 de junho de 1965, o regulamento da FIP foi publicado e o General Alvim tentou assumir o comando direto da 82d *Airborne Division*. Yates não explora muito o caso, mas ainda assim afirma que Palmer desviou as tentativas de Alvim, certificando-se de que todas as ordens dadas às tropas norte-americanas teriam que passar por ele. Greenberg acredita que essa solução tenha satisfeito o *Joint Chiefs of Staff* e suas preocupações em relação a colocar tropas estadunidenses sob o comando direto de um comandante estrangeiro. Ao prevenir que isso acontecesse, os Estados Unidos deixaram claro que a FIP e, por meio dela, a OEA só tinham controle nominal das forças norte-americanas. Realisticamente falando, essas tropas continuaram sob comando direto do general Palmer e, por meio dele, dos Estados Unidos. A administração Johnson claramente colocou os interesses dos Estados Unidos em primeiro lugar e tinha total controle da situação dominicana. Essa situação fica ainda mais evidente nas palavras do General Wheeler²⁴⁰ para Palmer quando da sua partida para a República Dominicana. Segundo Greenberg o general disse que “o presidente esperava que [Palmer] seguisse as diretivas de sua cadeia de comando nacional, caso alguma divergência entre os Estados Unidos e a OAS surgisse.” (Greenberg 1987b; Yates 1988, 153-154).

Outro episódio significativo aconteceu no começo de outubro de 1965. Quase seis meses depois do início da intervenção norte-americana e a separação das tropas rebeldes ainda havia

²³⁹ Transcrição, Ellsworth Bunker História Oral Entrevista III, 10/12/83, por Michael L. Gillette, Cópia da Internet, Biblioteca Lyndon Baines Johnson.

²⁴⁰ O General Earl Wheeler era o oficial superior de Palmer no Pentágono e presidente do JCS.

uma zona rebelde militarizada dentro dos limites da cidade – Ciudad Nueva. A Comissão Ad Hoc estava trabalhando incessantemente para a desmilitarização dessa zona; contudo, é interessante observar como em diversos momentos o General Palmer também participou dos processos de negociação. Em seu livro, o General reconta como ele teria sido o autor de um plano para a desmilitarização de Ciudad Nueva. Sua ideia era de organizar uma unidade especial da polícia nacional, equipada com coletes de armadura, capacetes e armas mais pesadas que entraria gradualmente na zona rebelde. Simultaneamente, as forças militares rebeldes, com suas armas, seriam escoltadas pela FIP de Ciudad Nueva para um acampamento militar designado fora da cidade. De acordo com Palmer, o embaixador Bunker gostou de sua proposta e apresentou-a, na mesma noite, para Garcia Godoy, que também a aprovou. Nos dias que se seguiram, Palmer também se reuniu com o Ministro do Interior, Castillo, e o chefe da polícia, Despradel, para planejar como sua proposta se desenvolveria. Esse episódio por ser considerado um claro exemplo de como Palmer e Bunker mantinham o general Alvim fora do processo de tomada de decisão. Eles decidiram envolver a FIP, levaram em frente todo o planejamento com os líderes dominicanos e somente depois que os planos estavam prontos eles levaram a questão a Alvim (Palmer 1989, 1352).

Palmer afirma ainda que ele e o embaixador Bunker teriam desenvolvido um *modus operandi* simples em seu relacionamento. De acordo com o general, a iniciativa teria partido de Bunker, visto que ele era o responsável *in loco* pelas decisões em relação à situação dominicana. Algumas vezes, eles se reuniam no escritório de Bennett, outras no quartel das forças norte-americanas – quando Bunker desejava discutir algo privado. De qualquer maneira, Palmer confirma que, quando o general Alvim não estava feliz com a forma como a situação estava se desenrolando, ele e Bunker se reuniam para discutir a questão em pauta antes de conversar com Alvim no quartel da FIP (Palmer 1989, 1032). Outra fonte primária que confirma essa análise é uma entrevista dada pelo embaixador Bunker em outubro de 1983. Quando questionado sobre quem realmente controlava as tropas norte-americanas em São Domingos, se era o comandante da FIP, a OEA ou os Estados Unidos, Bunker afirmou “claro que elas estavam, realmente, sob o controle dos Estados Unidos. [O controle da OEA] era um legalismo.”²⁴¹

Uma passagem que ilustra bem o controle dos Estados Unidos sobre a tomada de decisão em relação à situação dominicana pode ser encontrada em um telegrama de Pena Marinho para

²⁴¹ Transcrição, Ellsworth Bunker História Oral Entrevista III, 10/12/83, por Michael L. Gillette, Cópia da Internet, Biblioteca Lyndon Baines Johnson.

a Secretaria de Estado do MRE. Segundo o embaixador, nos momentos de ausência dos membros da Comissão ad hoc, um encarregado norte-americano assumia essa função. Pena Marinho argumentava que era necessário encontrar uma maneira de fornecer orientação política ao Comando Unificado da FIP até sua retirada da República Dominicana; então “[a] ideia de que a orientação política à FIP [fosse] dada, [na] ausência [da Comissão], pelo Representante especial previsto no projeto de Resolução norte-americano [parecia] a única solução possível, mas ainda encontra certa resistência.”²⁴² Acreditamos que essa parecia a única solução possível para Alvim, uma vez que assim a FIP ainda receberia orientações políticas condizentes com aquelas que vinham recebendo até o momento.

Além do relato de Palmer e da entrevista de Bunker, encontramos alguns documentos no website *Department of State Office of the Historian* que embasam a afirmação que Alvim seria deixado de fora do processo de tomada de decisão na questão dominicana. Entre as 545 páginas de memorandos e telegramas que tratam da República Dominicana, o general Alvim só foi mencionado cinco vezes. Duas delas eram informações de índice, enquanto as outras três eram sobre sua nomeação como comandante da FIP. Nelas encontramos Robert McNamara, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, afirmando que instruiria Palmer a buscar a aprovação de Alvim para a redução do contingente da FIP e o embaixador Bunker reclamando sobre o General. A quase inexistente menção ao General Alvim é algo bastante significativo, uma vez que ele era o comandante da Força Interamericana de Paz.

4.5 – Os posicionamentos das lideranças brasileiras

Uma característica que perpassa todos os episódios supracitados é o posicionamento mais radical do General Alvim em relação aos constitucionalistas, assim como a opinião das lideranças em Brasília. É importante a análise de tal ponto, uma vez que esse posicionamento reflete a nova inserção internacional do Brasil pós-golpe de 1964. Esse é um aspecto bastante significativo, uma vez que em 1965 o cenário internacional estava vivendo a conjuntura da Guerra Fria e a intervenção inicial norte-americana na situação dominicana tinha sido para evitar uma segunda Cuba no continente. Além disso, esses posicionamentos das lideranças

²⁴² Telegrama no. 573, OEA à Brasília, 04 out. 1965, Caixa 483, Livro 1965, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

brasileiras deixam claro como o Brasil quis ter um papel ativo na Guerra Fria latino-americana, tomando decisões por vontade própria, e não por pressões norte-americanas.

Um bom exemplo desse posicionamento pode ser encontrado na exposição oral feita por Ruy Nunes Pinto Nogueira (terceiro secretário da secretaria do MRE) para o Ministro de Estado interino, o Chefe de Gabinete, o Secretário Geral Adjunto interino para os assuntos Americanos e o Chefe interino da Divisão da América Central. Nessa exposição, ele lhes apresenta a situação dominicana naquele momento (setembro de 1965) e aborda diversos aspectos da atuação do General Alvim, bem como alguns de seus posicionamentos. Segundo Rui Nogueira, o General Alvim argumentava que “[...] o objetivo exclusivo da OEA, o único capaz de justificar o envio de uma Força Armada ao território de um país americano, deveria ser o de evitar que elementos comunistas, de alguma forma, pudessem chegar ao poder”,²⁴³ o que os tornaria uma ameaça à segurança dos demais países americanos. Por isso, o General enxergava com muita preocupação a atuação norte-americana em São Domingos, uma vez que, segundo ele, “os Estados Unidos tiveram sempre mais consideração com a facção que lhes era hostil do que com aquela que lhes havia solicitado ajuda.”²⁴⁴

De fato, percebemos uma posição mais neutra do governo norte-americano após a primeira fase de sua intervenção. Em um relatório especial da inteligência norte-americana, o lado rebelde é classificado com um bom grau de razoabilidade, uma vez que candidatos a um governo constitucionalista estariam sendo discutidos publicamente.²⁴⁵ Além disso, são vários os indícios de que os Estados Unidos estavam agindo em prol da construção de um governo provisório estável, enquanto o Brasil, por outro lado, apresentava diversas preocupações com a facção legalista. Uma passagem que ilustra essa posição brasileira é um trecho de um telegrama do General Alvim quando da retirada de Imbert Barrera (chefe da facção legalista) da República Dominicana. Segundo o comando da FIP, “[existiam] ainda obstáculos a remover, tais como encontrar saída honrosa [para o] General Imbert e evitar [que] extremistas que apoiam Caamaño assumam atitude de resistência desesperada.”²⁴⁶ Percebe-se aqui a clara preocupação de Alvim com uma saída honrosa para Barrera, cortesia que ele não estendeu ao Coronel Caamaño quando sua retirada da República Dominicana foi articulada.

²⁴³ Relatório S/N, Rui Nunes Nogueira ao Ministro de Estado Interino, 8 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 6.

²⁴⁴ Relatório S/N, Rui Nunes Nogueira ao Ministro de Estado Interino, 8 out. 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 6.

²⁴⁵ Documento S/N, Special Intelligence Brief, 24 maio 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁴⁶ Radiograma Estado Maior no. 179, 01, jun. 1965, Caixa 214, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959/Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Outro exemplo significativo do posicionamento brasileiro é o monitoramento que o governo manteve dos supostos comunistas dominicanos. Assim como o governo norte-americano, a administração Castelo Branco acompanhou de perto as atividades de indivíduos dominicanos identificados como comunistas. Contudo, além de trabalhar com listas desenvolvidas pela Agência Central de Inteligência norte-americana (CIA), o governo brasileiro também se valia de uma lista de comunistas fichados pelo governo legalista de Imbert Barrera.²⁴⁷ O governo brasileiro também acompanhava publicações dos indivíduos listados como comunistas, como pode ser visto no telegrama de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva para a embaixada brasileira em Washington. Nele, o encarregado de negócios afirmava que “dois dos principais líderes comunistas dominicanos [tinham publicado] o artigo no “World Marxist Review” onde declaram que a revolução havia sido planejada para ser idêntica à cubana em “espírito, significado e ensinamentos.”²⁴⁸ É notável a extensão da preocupação brasileira com o chamado fantasma do comunismo, pois, mesmo após a eleição de Baláguer, a administração manteve o monitoramento do país. Em telegrama ao Ministério das Relações Exteriores, Geraldo Eulálio Nascimento e Silva, encarregado de negócios brasileiros em São Domingos informava que “(...) a República Dominicana não [matinha] relações diplomáticas com nenhum país socialista.”²⁴⁹

Esse posicionamento brasileiro se estendia até mesmo em relação à criação da FIP. Em 26 de julho de 1966, Geraldo Eulálio Nascimento e Silva afirmou que quando a Força se colocou entre as duas facções em luta, os comunistas puderam se fechar dentro de Ciudad Nueva e criar escolas de sabotagem e guerrilha. Além disso, argumentava que a grande oportunidade da facção comunista tinha passado, “mas pacientemente [eles] foram se preparando para nova oportunidade, mediante a preparação de quadros e aquisição de todas as armas de toda espécie, inclusive metralhadoras pesadas.”²⁵⁰ Esse é mais um exemplo da posição mais polarizada que os representantes brasileiros assumiram dentro do contexto dominicano. As afirmações do encarregado de negócios do Brasil reforçam o argumento de que parte da liderança brasileira era favorável ao extermínio dos supostos comunistas – os caamañistas – sitiados em Ciudad Nueva. Devemos ressaltar que a historiografia reconhece que o lado

²⁴⁷ Ofício no. 142, São Domingos à Brasília, 15 jun. 1965, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁴⁸ Ofício no. 248, São Domingos à Brasília, 26 jul. 1966, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁴⁹ Ofício no. 265, São Domingos à Brasília, 09 ago. 1966, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁵⁰ Ofício no. 248, São Domingos à Brasília, 26 jul. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

constitucionalista não era dominado por comunistas como os militares brasileiros acreditavam ser (Lowenthal 1972, 153; Yates 1988, 117)

Outra figura emblemática a apresentar posições semelhantes era o Coronel Carlos de Meira Mattos, comandante do braço brasileiro da FIP – a FAIBRAS. Em 19 de outubro de 1965, o Coronel esteve no Itamaraty a mando do General Alvim a fim de relatar ao presidente da república a situação da República Dominicana naquele estágio da intervenção. Nesse relato pudemos identificar inúmeras passagens que demonstram como o posicionamento mais conservador era algo que permeava todas as instâncias das lideranças brasileiras. Um bom exemplo nesse sentido são as pontuações que Meira Mattos faz sobre a intervenção da OEA na República Dominicana. Segundo o Coronel, a entrada da FIP na ilha visava, em primeiro lugar, a manutenção da democracia dominicana, proporcionando à população local um ambiente de paz que lhes permitisse a realização futura de eleições livres. Assim, o perigo de uma nova Cuba no continente americano seria afastado. Contudo, ele argumenta que “se os acontecimentos [continuassem] a evoluir no rumo [de então], ao cabo dos nove meses fixados no Ato Institucional, a FIP [seria] testemunha e fiel de eleições que [dariam] vitória aos comunistas e que [receberiam] chancela da OEA.”²⁵¹ Percebe-se, então, como, para Meira Mattos, a democracia estava subordinada à necessidade da esquerda não vencer as eleições. Outro comentário de Meira Mattos que nos chamou atenção em relação a essa situação se refere à posição da FAIBRAS. De acordo com o Coronel, o FAIBRAS (contingente brasileiro da FIP) tinha sido formado com “a nata dos elementos revolucionários de 31 de março e que esses elementos prefeririam retirar-se da ilha a ter que assistir impotentes à instalação de um regime dominicano de extrema esquerda.”²⁵²

Meira Mattos também apresentou opiniões sobre a atuação dos Estados Unidos na República Dominicana. Assim como Alvim, o Coronel se mostrou contrário à posição adotada pelos norte-americanos na segunda fase de sua intervenção inicial: cessar as hostilidades e adotar uma posição mais neutra no conflito. Segundo o Coronel, as tropas estadunidenses teriam entrado facilmente em São Domingos e reduzido as resistências caamanistas, a ponto de ocuparem quase a totalidade da cidade. Entretanto, ao paralisarem sua progressão eles teriam deixado “na cidade nova de Caamaño um sacrário inviolável para a reorganização e

²⁵¹ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

²⁵² Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

consolidação dos elementos pró-comunistas.”²⁵³ Tamanha era a contrariedade de Meira Mattos com o lado constitucionalista que até mesmo o fato de a Comissão ad hoc negociar com a facção era visto como problemático pelo militar brasileiro. De acordo com o comandante da FAIBRAS, “(...) a Comissão Ad Hoc tratar Caamaño em pé de igualdade com a facção de Imbert, entrando em negociações com ela para a elaboração do Ato Institucional e da Ata de Reconciliação”²⁵⁴ era um erro, uma vez que não se podia negociar de maneira válida com comunistas. Além disso, ele acreditava que os norte-americanos “[aceitavam] com maior passividade os abusos caamañistas e não [faziam] esforços válidos para recuperar jipes e equipamentos”²⁵⁵ que tinham sido tomados pelas tropas de Caamaño.

Ainda sobre as posições norte-americanas dentro da crise Dominicana, Meira Mattos afirmou não compreender os objetivos daquele país. Visto que, em sua análise “a influência do Embaixador Bunker [era] muito grande e [parecia] exercer-se sempre em sentido contrário aos (...) interesses comuns [norte-americanos e brasileiros].”²⁵⁶ O Coronel argumentava ainda que “tudo [estava] a indicar que os norte-americanos [estavam] divididos quanto à política a seguir na ilha e que essa divergência [gerava] a hesitação e a confusão”,²⁵⁷ opondo-se o embaixador Bunker “a todas as medidas e atitudes que [pudessem] ferir os caamañistas.”²⁵⁸ Essa impressão de Meira Mattos é decorrente do fato de que seu nome, o do General Alvim e do General Palmer estariam em uma lista negra do Departamento de Estado norte-americano, segundo lhe confidenciou o próprio General Palmer.

O Coronel apresentou também sua visão em relação ao Governo Provisório, que, segundo ele, na figura de García Godoy “[passava] a maior parte do seu expediente a despachar com o Coronel Caamaño e a atender-lhe as reivindicações, sempre animado do propósito de não ofendê-lo.”²⁵⁹ O Coronel afirma ainda que sobrava pouco tempo do presidente provisório para lidar com os demais assuntos de governo. O comandante da FAIBRAS afirmou ainda que García Godoy estaria se cercado de esquerdistas, deixando-os responsáveis pela supervisão de diversos assuntos que tocavam os constitucionalistas – como o desarmamento das tropas caamanistas e sua reinserção nas forças armadas regulares. A esse relato, podemos adicionar um telegrama da embaixada em São Domingos para o MRE, no qual Geraldo Eulálio do

²⁵³ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

²⁵⁴ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 3.

²⁵⁵ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 4.

²⁵⁶ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

²⁵⁷ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

²⁵⁸ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

²⁵⁹ Documento S/N, Relato Coronel Meira Mattos, 19 out. 1965, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

Nascimento e Silva (encarregado de negócios) argumentava que Caminero também enxergava o potencial que as medidas presidenciais tinham para fortalecer as forças esquerdas. De acordo com Nascimento e Silva, Caminero assim “como o General Alvim, não [admitia] distinção entre esquerda moderada, que colabora com o Presidente, e extremistas que buscam manter clima de agitação.”²⁶⁰ Mais uma vez é notável como os posicionamentos das lideranças brasileiras em relação à crise dominicana era mais radical do que aqueles adotados pelos representantes dos Estados Unidos.

O receio brasileiro, principalmente dos militares, em relação aos supostos comunistas fica claro em diversas passagens dos documentos encontrados no Arquivo do Itamaraty. O embaixador Ilmar Pena Marinho ilustra essa situação ao afirmar que os militares da FIP precisavam ser contidos pois, “(...) temerosos de que qualquer política [viesse] a longo prazo propiciar a vitória dos comunistas, [preferiam] uma pronta decisão pelas armas.”²⁶¹ Já o Coronel Horácio Monteiro Machado, chefe da 2ª divisão do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), acreditava que até mesmo França e Rússia estariam ajudando os comunistas dominicanos. Segundo o Coronel “[era] indiscutível que a presença da Comissão da ONU [permitia] as manobras políticas da França e Rússia de acordo com seus interesses, alimentando a facção comunista das hostes de Caamaño e torpedeando toda e qualquer tentativa da OEA para solucionar o problema.”²⁶² O Coronel Machado vai além e afirma que perto do clímax da crise dominicana, Caamaño teria deixado claro que perdeu o controle sobre seus partidários, visto que eles estariam forçando incidentes com as tropas da OEA com o intuito de justificar propostas e desejos de Rússia e França “de jogar a ONU contra a OEA, para conseguir o total aniquilamento da última, o que, favorecendo a França, em face da derrota indireta dos EUs, afetaria a segurança do continente, objetivo da Rússia, na presente crise.”²⁶³ Devemos ressaltar ainda que o Coronel não enxergava Caamaño como comunista, nem mesmo como inimigo,

²⁶⁰ Telegrama no. 342, São Domingos à Brasília, 21 out. 1965, Caixa 215, Maço 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

²⁶¹ Carta S/N, embaixador Ilmar Pena Marinho (a seguir, embaixador Pena Marinho) ao Ministro das Relações Exteriores Vasco Leitão da Cunha (a seguir Ministro das Relações Exteriores), Caixa 214/600(24I) – Situação Política Porto Príncipe a 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a setembro 1966, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1965 a Julho de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 1.

²⁶² Relatório S/N, EMFA, 23 maio 1965, Caixa 214/600(24I) – Situação Política Porto Príncipe a 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a setembro 1966, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959 a Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁶³ Relatório S/N, EMFA, 21 maio 1965, Caixa 214/600(24I) – Situação Política Porto Príncipe a 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a setembro 1966, Maço 600.(24J) – Situação Política Junho de 1959 a Maio de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty

pois, segundo ele, o inimigo era o comunismo internacional “(...) exportado pela Rússia e seus SATÉLITES, ao qual se aliam, por vaidade pessoal de alguns dirigentes, incapacidade política de outros, e sentimentos ideológicos de outros mais, nações da Eurásia e das Américas.”²⁶⁴ Para o Coronel, o problema não era Caamaño em si, mas o que ele considerava ser uma infiltração comunista no movimento constitucionalista e o controle do movimento pelo comunismo internacional.

Outra figura do EMFA que apresenta posições bastante radicais é Luiz Teixeira Martini, Almirante de Esquadra e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em extenso relatório à Presidência da República sobre a situação dominicana, o Almirante afirma que “em poucas horas conhecidos comunistas e líderes civis da extrema-esquerda estavam montando suas próprias organizações paramilitares”²⁶⁵ Esse relatório evidencia dois pontos da política externa do período militar: como o Brasil adotou posições mais radicais em relação ao comunismo e o caráter mais ativo que o país assumiu dentro da Guerra Fria regional. Outro exemplo nesse sentido é a visão que o General Alvim tinha dos caamañistas, pois, segundo ele, “o próprio texto do Ato Institucional, ao assegurar a anistia geral e reincorporação global dos militares nas fileiras regulares, [teria assegurado] a inviolabilidade da máquina comunista, com imprevisíveis reflexos para o futuro do País.”²⁶⁶ A posição das lideranças brasileiras eram tão radicais que até o Núncio Papal era mantido sob vigilância e taxado de comunista. Segundo Geraldo Eulálio Nascimento e Silva, encarregado de negócios do Brasil na República Dominicana, “as vinculações do Núncio com os elementos de esquerda, [teriam criado] para Sua Excelência um clima de desconfiança e descontentamento, sendo que os círculos religiosos [viam] com desagrado a sua atuação, sendo notório os desentendimentos entre ele e o alto clero local.”²⁶⁷

Nascimento e Silva era outro representante brasileiro com disposições favoráveis às forças de Imbert Barrera e contrárias aos caamañistas. O que fica muito claro em seu telegrama ao Ministério das Relações Exteriores no qual afirma ser positiva a saída de seis oficiais constitucionalistas da República Dominicana para ocuparem cargos diplomáticos no exterior.²⁶⁸

²⁶⁴ Relatório S/N, EMFA, 21 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁶⁵ Relatório S/N, EMFA, 21 maio 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁶⁶ Relatório Parcial no. 3, General Hugo Panasco Alvim (a seguir, General Alvim) ao Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (a seguir, presidente Brasil), 15 set. 1965, Caixa 214/600(24I) – Situação Política Porto Príncipe a 600(24J) – Situação Política Dominicana outubro 1965 a setembro 1966, Maço 600.(24J) – Situação Política Julho de 1965 a Setembro de 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁶⁷ Ofício no. 22, São Domingos à Brasília, 20 jan. 1966, Caixa 124, Ofícios – 1962-1970, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p 1.

²⁶⁸ Telegrama no. 27, São Domingos à Brasília, 12 jan. 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

O encarregado de negócios brasileiro também aproveita seus telegramas ao Ministério das Relações Exteriores para, em diversas oportunidades, ressaltar as preocupações do General Panasco Alvim em relação à situação dominicana. Um bom exemplo nesse sentido é seu telegrama de 20 de julho de 1965, no qual afirma que o comandante da FIP estaria preocupado com a posição do governo brasileiro. Segundo Nascimento e Silva, Alvim acreditava que o governo Castelo Branco não podia “(...) acompanhar as vacilações e [ajustamentos] que sentimos por parte do governo dos Estados Unidos da América que procura acomodar a ação da República Dominicana, que é particular e específica no quadro de uma política de ações e reações de âmbito mundial.”²⁶⁹ Ao fazer tal afirmação Panasco Alvim estaria se referindo à posição neutra adotada pelo governo Johnson na segunda fase da intervenção norte-americana – posição à qual Alvim era contrário.

Assim, fica claro que a substituição do General Alvim e, conseqüentemente, do General Palmer em janeiro de 1966 pode ser interpretada como um ato político e não um movimento natural no processo de retirada da FIP. Além da relação problemática entre o General Alvim e o embaixador Bunker, que lança luz sobre o pedido de Bunker pela retirada de Alvim, devemos ressaltar a conjuntura dominicana no início de 1966. Quando argumentou pela substituição de Alvim, Bunker apresentou como justificativa que a situação em São Domingos já tinha se normalizado a ponto de não precisar mais da presença de um General de quatro estrelas. Contudo, documentos encontrados no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores indicam o contrário. O próprio Bunker reconheceu a complexidade da conjuntura dominicana quando informou ao Departamento de Estado norte-americano e à Embaixada norte-americana no Brasil que García Godoy temia perder o controle da situação. Bunker reportou que o presidente acreditava que a extrema esquerda estaria se preparando para uma greve geral, enquanto a extrema direita teria planos para lançar uma campanha de violência e terror.²⁷⁰

García Godoy afirmou ainda que as Forças Armadas estavam abertamente em insurreição e que ele não tinha poder de ação a não ser revogar os decretos que tinha promulgado ou deixar a presidência. Segundo Bunker o presidente não tinha intenção de tomar nenhuma dessas atitudes, contudo o embaixador ressalta que García Godoy poderia mudar de

²⁶⁹ Telegrama no. 179, São Domingos à Brasília, 20 jul. 1965, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁰ Memorando S/N. Embaixador Bunker ao Departamento de Estado dos Estados Unidos (a seguir, Departamento de Estado) e à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro (a seguir, Rio de Janeiro), 08 jan. 1966, Caixa 215/600(24J) – Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) – Política Interna Chile 1970/Maço 600.(24J) – Situação Política outubro 1965 a Agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

decisão rapidamente. O embaixador finaliza argumentando que o presidente provisório parecia deprimido, principalmente pelo fracasso da FIP em ajudá-lo.²⁷¹ Em outro telegrama de Nascimento e Silva, podemos observar como a conjuntura na República Dominicana ainda era conflituosa e bastante perigosa em janeiro de 1966, com carros de embaixadas sendo destruídos e indivíduos assassinados.

Esses episódios demonstram claramente como a situação na República Dominicana, no momento da retirada de Alvim não era pacífica. De qualquer modo, após a conversa de Bunker com Castelo Branco, Panasco Alvim foi substituído por Alvaro Braga, um General três estrelas, enquanto o General Palmer foi substituído por Robert Linvill, um General duas estrelas.

²⁷¹ Memorando S/N. Embaixador Bunker ao Departamento de Estado e ao Rio de Janeiro, 08 jan. 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

Capítulo V – A segunda fase da Força Interamericana de Paz: janeiro de 1966 a setembro de 1966

5.1 – Introdução

A segunda fase da intervenção da FIP em solo dominicano teve início em meados de janeiro de 1966, com a substituição dos Generais Hugo Panasco Alvim e Bruce Palmer Jr pelos Generais Álvaro Braga e Robert Linvill, nas funções de comandante e sub-comandante da FIP, respectivamente. Segundo Greenberg (1987b, 83), “a substituição de um General e um Tenente General por dois Generais de Brigada significou ainda mais a diminuição do papel militar dos Estados Unidos e da Organização dos Estados Americanos em restaurar a normalidade na República Dominicana.”²⁷² Conforme apresentado no capítulo anterior, quando o embaixador Bunker foi argumentar com Castelo Branco pela remoção do General Alvim, ele justificou seu pedido no fato de a situação dominicana ter se estabilizado e não mais pedir um militar tão graduado quanto Alvim. Devemos reconhecer que, em comparação aos nove primeiros meses da FIP na República Dominicana, essa fase é de fato mais tranquila. Entretanto, ainda foi marcada por episódios de violência, contestação por parte da população e até mesmo um pedido de Joaquín Balaguer – presidente eleito dominicano – pela extensão da permanência da Força em solo dominicano.

Apesar de ser palco de acontecimentos importantes, os meses entre janeiro e setembro de 1966 são pouco analisados pela literatura acerca da crise dominicana. As obras de Abraham Lowenthal – testemunha ocular da crise – se focam no papel dos Estados Unidos, seu processo de tomada de decisão e a intervenção em si. Lowenthal pouco aborda o ano de 1966, a não ser para trazer dados sobre o final da missão da FIP na República Dominicana e sua retirada. Lawrence Yates (1988), outro acadêmico a se debruçar sobre a questão, também encerra sua análise no início de 1966, com a saída do General Alvim de São Domingos. Assim como Lowenthal, Yates não analisa os acontecimentos de 1966 ou a maneira como se deu a retirada das tropas. O Major Lawrence Greenberg segue a mesma toada, e foca suas análises na operação militar norte-americana. Ao contrário dos demais, ele tangencia alguns eventos de 1966, se detendo rapidamente em um dos episódios – policial dominicano arrastado pelas ruas, que será

²⁷² Tradução da autora.

analisado mais à frente –, porém não analisa em profundidade a conjuntura dominicana nesse ano.

Nesse capítulo abordaremos esse período esquecido pela literatura, apresentando os casos de maior destaque e analisando suas consequências para a estabilidade dominicana. O estudo desse período se faz relevante uma vez que diversas situações conflituosas brotaram nesses meses, além das eleições que foram realizadas em junho de 1966. Compreender esse momento pré-eleição, que não fora pacífico, é importante para entendermos como se deu a saída da Força da República Dominicana. Olharemos também para o papel das lideranças brasileiras nesses episódios por meio dos documentos colhidos no Arquivo do Itamaraty em Brasília e analisaremos sua atuação nesses momentos.

5.2 – Conjuntura dominicana no período Braga e Linvill

Os Generais Braga e Linvill assumiram o comando da FIP em janeiro de 1966, mês bastante conturbado para a conjuntura dominicana. Um episódio que merece destaque é o atentado contra a Nunciatura Apostólica em São Domingos em janeiro de 1966. Segundo ofício de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, então embaixador brasileiro na República Dominicana, de 20 de janeiro, as paredes da Nunciatura tinham sido pichadas com os dizeres “Embajada Comunista.”²⁷³ O embaixador segue sua exposição relembrando como o Núncio, Monsenhor Emanuele Clarizio, tinha tido uma participação relevante desde o início da crise dominicana, sendo responsável por negociar o primeiro cessar-fogo. Contudo, ressalta que “durante o decorrer da revolução sempre manteve relações estreitas com os líderes constitucionalistas, Coronel Caamaño e Hector Aristy.”²⁷⁴ Nascimento e Silva vai além ao afirmar que “as vinculações do Núncio com os elementos de esquerda, [teriam criado] para Sua Excelência um clima de desconfiança e descontentamento, sendo que os círculos religiosos [viam] com desagrado a sua atuação, sendo notório os desentendimentos entre ele e o alto clero local.”²⁷⁵ A importância da atuação de Monsenhor Clarizio é mencionada diversas vezes nas fontes primárias e secundárias consultadas. Entretanto, esse ofício de Nascimento e Silva é o único a abordar os posicionamentos do Núncio em relação aos grupos em conflito na República

²⁷³ Ofício no. 22, São Domingos à Brasília, 20 jan. 1966, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁴ Ofício no. 22, São Domingos à Brasília, 20 jan. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁵ Ofício no. 22, São Domingos à Brasília, 20 jan. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Dominicana. Assim, não podemos afirmar ou negar que Monsenhor Clarizio tenha tido ligação com o lado constitucionalista. O que podemos extrair desse episódio é o quanto os ânimos ainda estavam exaltados em janeiro de 1966 e como a situação interna dominicana ainda não estava totalmente pacificada.

No final do mês de janeiro, os dominicanos presenciaram ainda a nomeação do Coronel Caamaño como adido militar em Londres – onde ele ficou em reclusão por muitos anos. Segundo Greenberg (1987b, 82), outros líderes militares importantes do lado constitucionalista foram enviados como representantes dominicanos a países europeus, Israel e Porto Rico. A saída desses indivíduos poderia ser vista como um ponto pacificador para a conjuntura dominicana; porém, no mês de fevereiro, o presidente provisório ainda precisou acionar a FIP em diversas situações para suprimir episódios esporádicos de violência, principalmente contra a polícia de São Domingos. De acordo com telegrama de Ilmar Pena Marinho de 2 de fevereiro, os chefes militares dominicanos ainda se recusavam obedecer a García Godoy, o que gerava tensão novamente na conjuntura dominicana.²⁷⁶ A situação estava se complicando de tal maneira que o Departamento de Estado norte-americano chegou a colocar “o jet presidencial”²⁷⁷ à disposição dos embaixadores Pena Marinho e Clairmont Dueñas para que eles pudessem retornar rapidamente a São Domingos a fim de lidar com essa ocorrência. O embaixador brasileiro argumenta ainda que “a unanimidade dos delegados especiais à Décima Reunião de Consulta com os quais [naquele dia conversou], [era] no sentido de que as ordens do Presidente [deveriam] ser cumpridas, máximo depois da partida do Coronel Caamaño e dos militares constitucionalistas.”²⁷⁸

Um caso particularmente violento que marcou o início de fevereiro e merece destaque ocorreu quando “dois policiais foram mortos com requintes de crueldade.”²⁷⁹ De acordo com Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, depois de ser baleado, um dos policiais, “conseguiu refugiar-se numa residência donde foi retirado à força por jovens que o arrastaram pela rua. Foi encharcado com gasolina e um menino de dez anos ateou fogo à vítima ainda com vida.”²⁸⁰ Além disso, “os carros da Embaixada do Canadá e da ONU foram destruídos” o que “[demonstrava] o violento estado de ânimos” no país. Nascimento e Silva afirma ainda que a

²⁷⁶ Telegrama no. 67, OEA à Brasília, 02 fev. 1966, Caixa 489, Universo OEA, Livro Jan-Agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁷ Telegrama no. 67, OEA à Brasília, 02 fev. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁸ Telegrama no. 67, OEA à Brasília, 02 fev. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁷⁹ Telegrama no. 69, São Domingos à Brasília, 15 fev. 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁰ Telegrama no. 69, São Domingos à Brasília, 15 fev. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

“situação [estava] muito confusa e não [havia] condições de segurança.”²⁸¹ Somado a isso, o Partido Comunista Dominicano e o Movimento Catorze de Junho proclamaram uma greve geral, agravando ainda mais as condições locais. Em situações como essas, a FIP agia a pedido de García Godoy para restaurar a ordem, em muitas delas assumindo o papel de polícia.

Em meados de fevereiro a conjuntura dominicana ainda era bastante instável. Segundo telegrama de Vasco Leitão da Cunha, embaixador do Brasil em Washington, Robert Sayre, Subsecretário Assistente para Assuntos Interamericanos, também teria expressado a preocupação de seu governo com os últimos acontecimentos. Sayre frisou as dificuldades provenientes da paralização pela greve geral, dada a exigência dos grevistas de retirada de Martínez Araña e de Los Santos do país – ambos militares legalistas. É interessante notar que a exigência da retirada desses militares da República Dominicana causou pausa nas lideranças brasileiras e norte-americanas que, pouco tempo antes, apoiaram a saída de Caamaño do país. Leitão da Cunha prossegue seu telegrama afirmando que “em consequência [de tal] impasse e da grave situação ali reinante, o Presidente Godoy anunciou ao Embaixador Bunker a sua disposição de renunciar, confessando haverem malogrado todos os seus esforços para encontrar uma solução de compromisso.”²⁸² García Godoy acabou não renunciando, porém, mas sua intenção alarmou os *policymakers* brasileiros e norte-americanos. Esse é um episódio muito relevante desse período, visto que o presidente provisório quase renunciou pelo estado da conjuntura dominicana. Fica clara, então, a importância da análise desse momento da crise dominicana.

Dois dias após demonstrar sua vontade de renunciar, o presidente provisório fez um discurso em relação à situação de Martínez Araña e de Los Santos que novamente preocupou o governo norte-americano. Em tal discurso, García Godoy teria feito alusão à remoção desses militares da República Dominicana, algo que teria surpreendido a administração Johnson. Em novo telegrama à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o embaixador Leitão da Cunha afirma que “Sayre [estimava] que essa alusão [alteraria] o quadro político, configurando uma manobra tendente ao afastamento de Martínez Arana e De los Santos e envolvendo, na sua implantação, a FIP e [o governo norte-americano], já que Godoy não disporia de força própria

²⁸¹ Telegrama no. 69, São Domingos à Brasília, 15 fev. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸² Telegrama no. 254, Washington à Brasília, 16 fev. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

para tornar efetiva sua decisão.”²⁸³ Essa era uma situação potencialmente tensa. Isso porque, em primeiro lugar, conforme mencionado acima, quando confrontados com a possibilidade de remoção de militares legalistas, os *policymakers* brasileiros e norte-americanos deixaram claro seu desconforto. Em segundo lugar, tem-se o envolvimento da FIP, algo que Brasil e Estados Unidos desejavam evitar, uma vez que a popularidade da Força entre os dominicanos não era tão alta, uma vez que a campanha contra a Força foi se intensificando em meados de março de 1966.²⁸⁴

No final de fevereiro, a conjuntura dominicana parecia estar mais pacificada. Segundo telegrama de Ilmar Pena Marinho à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, “a crise não era tão grave quanto se pensava. A situação na República Dominicana já [estava] praticamente normalizada, a greve geral [tinha cessado] e apenas [persistia] o problema militar unicamente agravado pelas declarações do Presidente Godoy.”²⁸⁵ O embaixador Pena Marinho que, até aquele momento, estava com viagem marcada para São Domingos para lidar com os problemas acima apresentados, afirma ainda que “à vista [da normalização da situação], o Embaixador Bunker e o General Braga consideraram desnecessária [sua] ida à República Dominicana [naquele] momento, ficando então assentado que permaneceria, por ora, em Washington (...)”²⁸⁶ A partir dessa correspondência, poderíamos argumentar que, de fato, a conjuntura dominicana estava retornando à paz. A desistência de enviar um representante da Comissão ad hoc para São Domingos seria um indicativo que a situação estava sob controle.

Contudo, em meados de março, pouco após o início da campanha eleitoral, o General Braga (comandante da FIP) e o Coronel Meira Mattos (comandante do FAIBRAS) acreditavam que a campanha contra a FIP iria se intensificar. Por isso, Pena Marinho conversou com o embaixador Bunker e apresentou “todo o [seu] apoio à sugestão do alto comando da FIP no sentido de que essa força não fosse senão empregada em missões de extrema gravidade, devendo toda a ação de polícia, patrulhamento, etc, incumbir doravante unicamente as Forças Armadas Dominicanas e a Polícia Nacional.”²⁸⁷ Percebe-se, então que, apesar de a situação

²⁸³ Telegrama no. 269, Washington à Brasília, 18 fev. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁴ Telegrama no. 132, OEA à Brasília, 16 mar. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁵ Telegrama no. 103, OEA à Brasília, 21 fev. 1966, Caixa 489, Universo OEA, Livro Jan-Agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁶ Telegrama no. 103, OEA à Brasília, 21 fev. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁷ Telegrama no. 132, OEA à Brasília, 15 mar. 1966, Caixa 489, Universo OEA, Livro Jan-Agosto 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

dominicana ter se normalizado entre as partes em contenda, ainda existia uma certa tensão entre a população e a FIP. Devemos destacar que essa tensão entre a FIP e os cidadãos dominicanos sempre esteve presente, em alguns momentos mais forte do que outros. Em março de 1966, ela estava em uma crescente, chegando à agressão física contra os soldados da Força.²⁸⁸

Um exemplo nesse sentido pode ser encontrado no telegrama de 15 de março, de Ilmar Pena Marinho para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nele, o embaixador relata que em sua última visita à República Dominicana aconteceu um grave incidente com soldados brasileiros e cidadãos dominicanos. Segundo informações fornecidas à Pena Marinho pelas autoridades brasileiras em São Domingos, “três soldados da Terceira Companhia IRESI passeavam, licenciados, pela cidade, na tarde de sábado 12 de março, quando foram atacados a pedradas por um grupo de estudantes dominicanos.”²⁸⁹ Além disso, Paulo Boschart Ferreira – um dos soldados envolvidos – foi baleado na perna, o que levou à ruptura da tíbia e à sua internação. O embaixador finaliza afirmando que ao saber dessas ocorrências, relatou-as a García Godoy e o fez publicá-las no jornal local *El Caribe*. Não encontramos mais menções a esse episódio específico, de maneira que não podemos analisar a repercussão que tal publicação teve na opinião pública dominicana em relação ao ocorrido.

Nos meses seguintes – abril e maio de 1966 –, a situação na República Dominicana parecia estar retornando à normalidade, e o presidente provisório García Godoy expressou sua vontade de dar início à retirada da FIP antes da eleição de junho. De acordo com Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, “até [aquele] momento, a ideia do Presidente [era] de que ele mesmo [iniciasse] o processo de retirada da FIP” e “se o Presidente eleito [desejasse] que a FIP [permanecesse] no país, [deveria] assumir a responsabilidade histórica.”²⁹⁰ Conforme será apresentado adiante, essa ideia não foi concretizada e a decisão em relação à desmobilização da Força ficou com o novo presidente eleito. É interessante observar a rápida mudança nos posicionamentos de García Godoy – poucos meses antes o presidente cogitava renunciar, mas em meados de abril ele começa a abordar a questão da retirada das tropas da FIP do país. Segundo Nascimento e Silva, “as conversações que [mantive] com o Presidente da República, com os candidatos à Vice-Presidência, com o Ministro da Defesa e com os Chefes da FIP,

²⁸⁸ Telegrama no. 132, OEA à Brasília, 16 mar. 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁸⁹ Telegrama no. 131, OEA à Brasília, 15 mar. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹⁰ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Caixa 67, Livro 1965/66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, 1965, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

coincidem no sentido de que será possível atravessar maio sem maiores novidades.”²⁹¹ Esse trecho pode explicar a drástica mudança no comportamento de García de Godoy, uma vez que esperava que a situação dominicana em maio fosse de bastante tranquilidade. Entretanto, ainda assim, devemos ressaltar a constante instabilidade conjuntural dominicana, de maneira que esse desejo de García Godoy pode ter sido precipitado.

5.3 – Eleições dominicanas

A preparação para as eleições presidenciais dominicanas começou em março de 1966, momento no qual o país ainda presenciava alguns episódios conflituosos. Conforme apresentado acima, esse período também foi marcado pela atuação da FIP em determinadas situações e o questionamento por parte da população dominicana em relação a tal atuação. Um bom exemplo é a preocupação expressa pelo representante do Equador na OEA em relação às “últimas notícias sobre atos de caráter policial, por parte da FIP, a qual, a seu ver, só tinha atribuições militares, e o [representante] da Colômbia [que] sugeriu a necessidade de a Reunião de Consulta dar diretrizes políticas ao comando da FIP, em face da proximidade das eleições na República Dominicana.”²⁹² Porém, conforme a eleição se aproximava, a conjuntura dominicana foi se normalizando.

No dia primeiro de março, a campanha para as eleições de primeiro de junho começou. Havia três candidatos disputando a presidência da república, Juan Bosch, presidente deposto no golpe de 1963 – pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD) –, Joaquín Balaguer, político próximo a Rafael Trujillo e que já tinha ocupado a presidência dominicana entre 1960 e 1962 – pelo Partido Reformista (PR) – e Rafael Bonnelly, outra figura política dominicana que assumiu a presidência entre 1960 e 1962 – pelo União Cívica Nacional (UCN). Os dois candidatos que lideraram as eleições foram Bosch e Balaguer – ambos estavam fora do país antes de 1965, mas retornaram em junho e setembro desse ano, respectivamente. Segundo Lawrence Yates, muitos oficiais norte-americanos previam uma vitória de Bosch. Porém, após seu retorno à República Dominicana, o então candidato se confinou em sua residência, onde passou grande parte de sua campanha – o que lhe conferiu o apelido *Juan de la cueva*, ou Juan

²⁹¹ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹² Telegrama no. 100, OEA à Brasília, 21 fev. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

da cova (Yates 1988, 169). Nos documentos consultados, não encontramos indicações do porquê de Bosch ter se confinado em sua casa, de maneira que não podemos fazer inferências em relação a isso. Balaguer, por outro lado, saiu às ruas e fez sua campanha vigorosamente com a população dominicana.

Nesse contexto de campanha, as lideranças brasileiras e norte-americanas em São Domingos mantinham o monitoramento da conjuntura dominicana. Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva declarou que os candidatos estavam empenhados em suas respectivas campanhas, preocupados em angariar votos. A única exceção, segundo ele, seriam os partidos da extrema esquerda, porém o embaixador não apresenta os motivos para tal declaração. Nos documentos consultados, não encontramos indicações de preferências dos *policymakers* brasileiros em relação a algum candidato. Contudo, a partir dos posicionamentos das lideranças brasileiras analisados até o momento, podemos inferir que não apoiavam Juan Bosch por o considerarem da esquerda dominicana. O embaixador Bunker, em nome de seu governo, declarou formalmente “que os Estados Unidos [dariam] todo apoio aos candidatos escolhidos, [fossem] eles quais [fossem]”²⁹³, mas tanto ele quanto o pessoal da embaixada norte-americana “[esperavam] a vitória da chapa Balaguer.”²⁹⁴ Nascimento e Silva, entretanto, afirma que as lideranças brasileiras “[deveriam] estar [preparadas] para a eventualidade de um triunfo de Bosch, que [vinha] fazendo uma campanha muito hábil e inteligente.”²⁹⁵ Segundo o embaixador, Bosch “rompeu publicamente com os partidos de extrema esquerda, cujo valor eleitoral [era] pequeno, e [estava] conseguindo obter maior crédito de confiança dos elementos moderados e conservadores do país.”²⁹⁶

Elvo Santoro acredita que as eleições de 1966 foram extremamente importantes para os dominicanos, pois ela podia “figurar em primeiro lugar entre as eleições livres havidas na República Dominicana em toda a sua história.” O autor afirma ainda que quatro observadores brasileiros foram convidados a estar presentes durante o processo – os doutores Armando de Oliveira Marinho, Orlando de Magalhães Carvalho, Nelson de Souza Sampaio, além dele mesmo, que era Diretor da Divisão Judiciária do Tribunal Eleitoral da Guanabara. Santoro afirma que estavam em São Domingos “em nome da Organização dos Estados Americanos, a convite do Presidente Provisório, Dr. Hector Garcia Godoy, podendo atestar da lisura, correção

²⁹³ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹⁴ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹⁵ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹⁶ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

e liberdade absolutas havidas no decorrer do pleito.” (Santoro 1966, 115). Michael Kryzanek, por outro lado, afirma que antes de junho de 1966, a República Dominicana só podia olhar em retrospectiva para momentos de “confusão, ódio e esperanças equivocadas.” Kryzanek argumenta que apesar do fracasso da democracia desde 1961 e a “quase total ausência de compreensão e respeito pelas instituições democráticas por parte das elites dominicanas e do público em geral, a República Dominicana novamente seguia o caminho da prática democrática.” (Kryzanek 1975, 20).

A disputa eleitoral entre Bosch, Balaguer e Bonnelly pela presidência dominicana acabou com a vitória de Joaquín Balaguer que conseguiu 57% dos votos. Bosch levou 39% dos votos, enquanto Bonnelly – o candidato da direita – ficou com menos de 3% dos votos (Greenberg 1987b, 83). A eleição de Balaguer para presidente da república pareceu agradar os *policymakers* norte-americanos e brasileiros. Um bom exemplo nesse sentido é o telegrama de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva ao Ministro das Relações Exteriores Juracy Magalhães. Nesse extensivo documento, o embaixador apresenta de maneira detalhada a composição dos ministérios do novo presidente. Um ponto que salta aos olhos é o segundo item dessa correspondência, no qual Nascimento e Silva argumenta que Balaguer cumpriu o que teria prometido em mais de uma oportunidade – a organização de um gabinete de união nacional. Esse gabinete era composto “por cinco elementos do Partido Reformista, um membro de cada um dos três partidos que o apoiaram nas eleições, ou seja o Partido Progressista Democrata Cristiano, Partido Liberal Evolucionista e a Unión Cívica Nacional Revolucionária, além dos três perredesitas.”²⁹⁷ É interessante notar que Nascimento e Silva se refere a um gabinete de união nacional, sendo ele composto somente por partidos que apoiaram Joaquín Balaguer. Esse é um bom indício que as inclinações políticas brasileiras na República Dominicana continuavam as mesmas e como suas lideranças não se preocupavam em reconciliar a esquerda dominicana com o restante do espectro político.

Devemos ressaltar que, mesmo após a eleição de Balaguer, o Brasil manteve o monitoramento das atividades de supostos comunistas. Um exemplo nesse sentido é ofício da embaixada do Brasil em São Domingos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nele, foi anexado um recorte do jornal local *Listín Diario* “relativo às atividades de alguns líderes estudantis comunistas que estiveram em São Domingos onde declararam que a

²⁹⁷ Ofício no. 229, São Domingos à Brasília, 3 jul. 1966, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

intervenção da FIP poderá se repetir em qualquer outra nação da América Latina.”²⁹⁸ Nesse documento, argumenta-se, ainda, que essa comissão estudantil, apesar de ser constituída “de elementos de diferentes tendências, não pode haver a menor dúvida de que seguem a linha de ação comunista, donde a eventual presença dos mesmos no Brasil ser desaconselhável.”²⁹⁹ Outro bom exemplo é um ofício de Nascimento e Silva de 26 de julho de 1966 – quase dois meses após a eleição de Balaguer – no qual ele afirmava que os partidos comunistas “estiveram a ponto de ocupar o poder nos primeiros dias da guerra civil de 1965, mas que [naquele momento] atravessavam uma fase de desprestígio como decorrência das eleições realizadas a 1º de junho.”³⁰⁰ Além disso, nesse documento, o embaixador cita partidos da esquerda dominicana e suas atividades naquele momento e durante a guerra civil em 1965. Os documentos apresentados acima ilustram a constante preocupação brasileira com a presença do comunismo nas Américas.

5.4 – Retirada da FIP

Outro tópico relevante desse período, porém pouco explorado, é a retirada da FIP da República Dominicana. É de extrema importância compreender a maneira como se deu a decisão de encerrar os trabalhos da força e como essa operação foi implementada em um país cuja conjuntura, um ano antes, era de guerra civil. O início oficial do retorno dos soldados da FIP para seus respectivos países se deu no dia 28 de junho de 1966. Contudo, os debates sobre como e quando essa retirada deveria ser feita começou meses antes da eleição que levaria Balaguer ao poder. Em abril de 1966, apenas um mês após a situação se pacificar novamente na República Dominicana, o embaixador brasileiro Pena Marinho já abordava a questão em seus telegramas para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Itamaraty. Segundo o embaixador, a retirada das tropas estaria diretamente relacionada ao resultado das eleições, pois, “(se vencesse) Balaguer, não (haveria) dificuldade, mas, se (triunfasse) Bosch, (restava) saber: a) se as Forças Armadas dominicanas (iriam) reconhecer a sua vitória e dar-lhe posse; b) se,

²⁹⁸ Ofício no. 201, São Domingos à Brasília, 24 jun. 1966, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

²⁹⁹ Ofício no. 201, São Domingos à Brasília, 24 jun. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰⁰ Ofício no. 248, São Domingos à Brasília, Caixa 124, Livro 1962-1970, Universo Santiago (69/70) São Domingos (62/70), Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

uma vez empossado Bosch, (poderia) ele governar o país.”³⁰¹ Essa passagem é muito relevante para nosso estudo, uma vez que Pena Marinho deixa clara a preferência brasileira na eleição dominicana. Caso Bosch, o candidato da esquerda, vencesse a saída das forças da FIP seria repensada, enquanto se Baláguer vencesse a saída seria mantida. Em mais de um telegrama, Pena Marinho deixa clara sua posição em relação a uma possível eleição de Bosch, sempre descrevendo-a como uma situação complicada que teria direta influência na permanência da FIP em solo dominicano. Percebe-se então, como, para os brasileiros, o problema não era a crise dominicana, mas sim a tomada de poder pela esquerda dominicana.

García Godoy, presidente provisório da República Dominicana, também discorreu sobre o assunto. Porém, ao contrário de Pena Marinho, ele desejava que essa ação fosse iniciada o mais cedo possível. De acordo com um telegrama de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, de abril de 1966, “até [aquele] momento, a ideia do Presidente [era] que ele mesmo [iniciasse] o processo de retirada da FIP.”³⁰² O empenho de García Godoy em prol da desmobilização da Força era tamanho que o presidente chegou a enviar o embaixador Ambrosio Alvarez Aybar em missão especial ao Brasil. Segundo telegrama de Nascimento e Silva à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, o presidente dominicano pedia “para que seu enviado [fosse] recebido pelo Presidente Castelo Branco, a quem [iria] expor seu desejo de que a FIP se [retirasse] da República Dominicana antes da posse do Presidente eleito.”³⁰³ Contudo, não encontramos nenhum documento que explicasse esse desejo de Godoy, de maneira que não podemos fazer afirmações nesse sentido. Essa correspondência data de 27 de abril de 1966, pouco mais de um mês antes da realização das eleições dominicanas. É notável a diferença entre as posições dos líderes dominicanos em comparação aos líderes brasileiros. Nos documentos analisados não encontramos explicação do porquê de García Godoy ter adotado tal postura, de maneira que não podemos analisá-la a fundo. Porém, é importante apresentá-la em nosso estudo, uma vez que a posição de Joaquín Balaguer (presidente eleito dominicano) foi no sentido oposto – como será apresentado mais à frente.

Já o governo norte-americano, segundo o embaixador Vasco Leitão da Cunha, ainda não tinha planos concretos para a retirada da Força. Ao contrário do governo brasileiro, a

³⁰¹ Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰² Telegrama no. 162, São Domingos à Brasília, 30 abr. 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰³ Telegrama no. 158, São Domingos à Brasília, 27 abr. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

administração Johnson se mostrava bastante segura da vitória de Balaguer, de forma que sua preocupação em relação à desmobilização da FIP era em relação à maneira como a questão seria encaminhada. De acordo com um telegrama de Leitão da Cunha, os Estados Unidos não tinham ideia de como seguir com a questão da retirada, mas inclinava-se “por uma solução que consistiria em, consultados todos os países que contribuíram com tropas, convocar a décima reunião de consulta a qual daria poderes à comissão ad hoc para encaminhar o assunto da retirada da FIP.”³⁰⁴ Assim, o único plano que o governo Johnson tinha em abril de 1966 era que a proposta de desmobilização da Força partisse dos países que contribuíram com contingentes militares. Segundo o embaixador Pena Marinho, o objetivo dos Estados Unidos era evitar que essa proposta fosse feita por nações que tinham sido contrárias à constituição da FIP.³⁰⁵ Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva também reporta essa intenção norte-americana em um de seus telegramas e argumenta em prol dessa ideia afirmando que “[tal] fórmula permitiria o exame mais calmo do problema, eliminando os espectros da política interna. Teria ainda a vantagem de anular o principal ‘slogan’ eleitoral das esquerdas.”³⁰⁶ Nesse ponto devemos ressaltar que, nos documentos consultados, não foram encontradas indicações de que as lideranças norte-americanas buscavam enfraquecer a esquerda dominicana com essa estratégia. Os líderes brasileiros, por outro lado, ainda apresentavam uma forte preocupação com a questão do comunismo no país e, conseqüentemente, com a desestabilização da esquerda daquele país.

A reunião entre os representantes dos países que enviaram contingentes militares para a formação da FIP, contudo, somente aconteceu no dia 24 de maio – poucos dias antes da eleição dominicana. Nela, conferenciaram os representantes dos Estados Unidos, Brasil, Honduras, Paraguai, Nicarágua, Costa Rica e El Salvador – este último, apesar de não ter contribuído para a formação da Força, tinha um representante na Comissão Ad Hoc. Nesse encontro, ficou decidido que a resolução proposta pelo governo norte-americano seria apresentada à 10ª Reunião de Consulta. Segundo telegrama de Pena Marinho, essa proposta argumentava que “[era] desejo firme dos governos membros contribuintes com contingentes que a FIP deveria se retirar do território dominicano prontamente e de forma ordeira, assim que as condições

³⁰⁴ Telegrama no. 786, Washington à Brasília, 12 maio 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰⁵ Telegrama no. 219, OEA à Brasília, 14 maio 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³⁰⁶ Telegrama no. 172, São Domingos à Brasília, 10 maio 1966, Caixa 67, Livro 1965-66, Universo São Domingos a São José Taípe a Túnis, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

permitissem.”³⁰⁷ Devemos ressaltar o quão genérica essa afirmação é pois, ao não definir quais seriam essas condições, Ilmar Pena Marinho abre espaço para qualquer interpretação de quais seriam as condições desejáveis. O embaixador afirma ainda que o projeto norte-americano seria apresentado à X RMRE, porém somente seria discutido após a realização das eleições dominicanas em 1º de junho. Esse último ponto fica claro em uma passagem do texto na qual se afirma que “é importante que a consulta [para a retirada das tropas] seja feita com ambos - o governo provisório da República Dominicana e o presidente que será eleito em 1º de junho.”³⁰⁸ Não podemos afirmar que o governo brasileiro teve influência direta no texto da proposta, uma vez que não encontramos indicações nesse sentido, porém notamos que parte do desejo brasileiro foi atingido – a discussão da retirada somente seria feita após a OEA conhecer o presidente eleito.

Devemos destacar a ativa participação do Brasil na situação dominicana durante período final de atuação da FIP na República Dominicana, principalmente por meio de dois episódios. Uma reunião da Comissão Ad Hoc e a decisão da apresentação da proposta à Reunião de Consulta. O primeiro episódio consistiu em um encontro entre os membros da Comissão Ad Hoc – Ellsworth Bunker (Estados Unidos), Ilmar Pena Marinho (Brasil) e Clairmont Dueñas (El Salvador) – e o representante dominicano na OEA. Essa reunião tinha o intuito de debater a desmobilização da FIP com o envolvimento de representantes dominicanos. O resultado foi um acordo firmado entre as partes dispondo que a Comissão redigiria uma proposta que seria apresentada aos países com contingente na República Dominicana (na reunião de 24 de maio) e, mais tarde, à 10ª Reunião de Consulta.³⁰⁹ O segundo episódio se trata justamente da apresentação da proposta aos demais países membros da Organização. Após a aprovação do texto pelos países detentores de contingentes militares na República Dominicana, foi delegada ao Brasil a responsabilidade de apresentá-lo à Reunião de Consulta. Segundo telegrama de Pena Marinho, “a pedido do Embaixador Bunker e dos [seus] colegas de Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Paraguai, [faria em 24 de maio] a apresentação do projeto em nome dos países que [possuíam] contingentes na República Dominicana.”³¹⁰ Após pouco mais de um ano

³⁰⁷ Telegrama no. 251, OEA à Brasília, 24 maio 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty. Tradução Nossa.

³⁰⁸ Telegrama no. 251, OEA à Brasília, 24 maio 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty. Tradução Nossa.

³⁰⁹ Telegrama no. 318, OEA à Brasília, 20 jun. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³¹⁰ Telegrama no. 336, OEA à Brasília, 24 jun. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

do início da guerra civil dominicana, a 10ª Reunião de Consulta da OEA levou à votação a retirada das tropas da FIP da República Dominicana.

No dia 24 de junho de 1966, os membros da OEA aprovaram uma resolução para que a desmobilização da Força tivesse início. Segundo o texto desse documento, os países entendiam que “o propósito fundamental da Décima Reunião de Consulta [tinha sido] completamente atingido, visto que eleições populares foram realizadas na República Dominicana em 1º de junho, 1966, cujo resultado deram àquela nação irmã um governo constitucional democrático.”³¹¹ Dos 19 países membros da OEA, 18 votaram a favor da resolução e 1 se absteve – o México. Ao explicar seu voto, o delegado mexicano afirmou que “seu país era favorável a essa medida, mas que se abstinha para ser coerente com sua atitude ao desaprovar o envio da FIP para São Domingos.”³¹² Devemos ressaltar ainda que outros cinco países que votaram a favor da resolução – Chile, Peru, Equador, Uruguai e Venezuela – deixaram claro “que seus votos não significavam uma aprovação do envio dessas tropas à República Dominicana após a sangrenta guerra civil.”³¹³

Após a aprovação pela 10ª Reunião de Consulta, a retirada das tropas da FIP teve início no dia 28 de junho de 1966. O processo de desmobilização durou três meses (agosto a setembro de 1966) e aconteceu de forma gradual. A retirada parece ter acontecido de forma tranquila, pois não encontramos mais relatos de problemas na documentação consultada. Ao contrário, nos deparamos com um telegrama de Ilmar Pena Marinho à Secretaria de Estado das Relações Exteriores em 11 de agosto no qual ele afirma ter mantido “conversações com os Generais Alvaro Braga e Linvill sobre a retirada gradual da FIP, que [naquele momento] se [estava] processando normalmente, de acordo com o plano preestabelecido.”³¹⁴ O processo teve início com a desmobilização do restante do 1º Batalhão dos Estados Unidos, 320ª Artilharia no dia 28 de junho, seguidos pelas tropas da Costa Rica em Julho, as tropas de Honduras, Nicarágua, Paraguai e Panamá e parte da força brasileira em agosto, finalizando com o restante da tropa latino-americana em setembro (Greenberg 1987b, 84). Ainda segundo Greenberg (1987b, 84), os últimos a deixar o território dominicano foram os então comandantes da FIP, os Generais Alvaro Braga e Robert Linvill – Braga partiu no dia 21 e Linvill no dia 27 de setembro.

³¹¹ Ata final 10ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/meetings%20of%20consultation/Actas/Acta%2010.pdf>>. Acesso em: 19/02/2021.

³¹² O Estado de São Paulo (a seguir, OESP), A OEA decide retirar a FIP, 25 jun. 1966, capa.

³¹³ OESP, A OEA decide retirar a FIP, 25 jun. 1966, capa.

³¹⁴ Telegrama no. 447, OEA à Brasília, 11 ago. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

Devemos ressaltar que a posição de Balaguer – presidente eleito dominicano – em relação à retirada das tropas era diferente da de García Godoy. Pouco após sua eleição, Balaguer recebeu três planos para proceder com a desmobilização da Força – em 30, 60 ou 90 dias. Ilmar Pena Marinho afirma que o presidente teria optado pelo último, uma vez que ele não queria ficar nas mãos das forças armadas dominicanas e “[desejava] um lapso de pelo menos de três meses para consolidar-se no poder.”³¹⁵ Conforme apresentado acima, o processo de desmobilização durou três meses, tempo considerado suficiente por Balaguer para se estabelecer no poder. Entretanto, em 16 de setembro de 1966, a poucos dias para o término da retirada, o presidente dominicano teria solicitado aos embaixadores Bunker e Pena Marinho a extensão da permanência da Força na República Dominicana. Segundo telegrama de Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, os embaixadores contataram os Generais Braga e Linvill para que tal pedido fosse atendido. Porém, em meados de setembro restava somente um pequeno contingente da FIP em São Domingos. Então, os comandantes apresentaram a impraticabilidade e o inconveniente do pedido de Balaguer, uma vez que, na questão militar, as poucas unidades que ainda restavam em solo dominicano pouco poderiam fazer em caso de uma emergência. Eles argumentaram ainda que “a permanência da FIP além dos noventa dias fixados pela 10ª Reunião de Consulta constituiria a violação da resolução adotada e provocaria a reação dos demais países membros da OEA.”³¹⁶ Acreditavam também que a extensão da permanência da Força “viria ainda ao encontro dos desejos dos comunistas, que [encaravam] o futuro sem FIP com receio, além de lhes dar, [naquele momento que estavam] enfraquecidos e desmembrados, nova linha de ação, de grande repercussão internacional.”³¹⁷ Por fim, a desmobilização seguiu conforme o planejado, porém, esse pedido de Balaguer demonstra a insegurança do presidente frente as forças armadas dominicanas e uma possível fragilidade da conjuntura nacional.

É interessante observar que a própria Reunião de Consulta também se mostrava insegura frente à situação dominicana e continuou em estado de alerta mesmo após a saída da FIP do país. Dois exemplos relevantes são os telegramas de Ilmar Pena Marinho de 14 de setembro e 29 de outubro, fase final da desmobilização e pouco tempo depois da retirada total da FIP da República Dominicana, respectivamente. No primeiro documento, Pena Marinho afirma que o

³¹⁵ Telegrama 295, OEA à Brasília, 11 jun. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³¹⁶ Telegrama no. 272, São Domingos à Brasília, 16 set. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³¹⁷ Telegrama no. 272, São Domingos à Brasília, 16 set. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

embaixador Bunker acreditava que a situação dominicana era “de perfeita ordem e tranquilidade, mas evidentemente, seria de absoluta conveniência, manter a 10ª Reunião de Consulta em estado de alerta por um período prudencial de tempo (sic), até que o Governo Balaguer se [consolidasse] e se [afirmasse], após a partida da FIP do território dominicano.”³¹⁸ No segundo, já em outubro de 1966, Pena Marinho afirma que a Comissão Ad Hoc, que continuou acompanhando a conjuntura dominicana, tinha ficado com “boa impressão do Governo Balaguer que, a seu ver, [estava] realizando satisfatoriamente a obra de consolidação política e recuperação econômica do país, cuja situação era sem dúvida uma das mais preocupantes do hemisfério.”³¹⁹ Em ambos telegramas fica evidente a preocupação dos embaixadores Bunker e Pena Marinho com a consolidação da administração Balaguer, e como eles seguiram acompanhando a situação dominicana, mesmo após a retirada das tropas da FIP. Percebe-se, então que a conjuntura do país ao final da retirada da Força não era tão estável tanto do ponto de vista dos embaixadores Bunker e Pena Marinho, quanto do próprio presidente eleito Joaquín Balaguer.

5.5 – Despesas com a FIP

Outro aspecto, pouco abordado, mas que merece menção é o financiamento da Força. Desde o início, o governo Johnson deixou claro que arcaria com grande parte das despesas da FIP, chegando a oferecer aviões norte-americanos para o transporte dos contingentes dos países latino-americanos. Porém, quando o mandato da Força chegava ao fim e as tropas já tinham iniciado sua desmobilização, surgiu entre os diplomatas brasileiros e norte-americanos um debate acerca do orçamento da FIP. Em um telegrama enviado no início de junho de 1966, José Barreiro – membro da delegação brasileira junto à OEA – apresenta a questão orçamentária à Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Nessa correspondência, Barreiro afirma que teria sido comunicado, informalmente, pelo representante norte-americano de que seu governo tinha acabado de entregar um cheque de US\$ 475.000 dólares à Secretaria Geral da OEA. Porém, segundo o secretariado, as despesas com a FIP até aquele momento já totalizavam US\$ 375.000 dólares, de maneira que era esperado que esse montante subisse para US\$ 400.000. Devemos

³¹⁸ Telegrama no. 496, São Domingos à Brasília, 16 set. 1966, Caixa 489, Livro Setembro-Dez. 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³¹⁹ Telegrama no. 584, OEA à Brasília, 29 out. 1966, Caixa 489, Livro Setembro-Dez. 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

ressaltar que esse valor correspondia somente aos gastos relacionados com o funcionamento do Comando Unificado da Força, sendo que o secretariado da OEA acreditava que deveriam ser acrescidos outros valores – US\$ 70.000 dólares para o atendimento de reclamações por danos a propriedade e US\$ 50.000 dólares para conceder medalhas aos integrantes da FIP.³²⁰

Assim, chegar-se-ia a um total de US\$ 520.000 dólares, “isso sem considerar a eventualidade de uma prorrogação da estada da FIP na República Dominicana.”³²¹ Barreiros pede instruções sobre como proceder em relação a contribuição brasileira ao orçamento da Força, mas manifesta sua opinião “no sentido de que a mesma não deva superar dez por cento do total acima indicado.”³²² – US\$ 52.000 dólares. No final do mês de setembro, dias após a retirada total da FIP da República Dominicana e a missão ter sido encerrada, os governos norte-americano e brasileiro ainda debatiam o orçamento da Força, que naquele momento tinha atingido um total de US\$ 700.000 dólares. Nesse momento, a preocupação que parecia rondar as mentes dos líderes brasileiros era a de que o governo norte-americano não cumprisse com o que tinha inicialmente prometido – financiar as despesas com equipamento e apoio logístico da FIP. Contudo, Vasco Leitão da Cunha afirma que, “encareceu-lhe o Senhor Jack Kibish que fizesse presente [ao Ministro das Relações Exteriores] e ao Senhor Presidente da República, por intermédio [do ministro], que o Governo norte-americano [mantinha-se] absolutamente fiel aos compromissos assumidos no tocante ao custeio do equipamento e do apoio logístico da FIPE.”³²³

A preocupação brasileira supracitada era em decorrência das sondagens que o governo Johnson vinha fazendo frente ao governo Castelo Branco em relação ao orçamento da Força. Ainda de acordo com Leitão da Cunha, a “Embaixada americana [no Brasil], [tinha] somente [a] intenção de sondar o propósito do Governo brasileiro, manifestado informalmente pelo Itamaraty, de contribuir com cerca de 10 por cento dos custos de manutenção do comando unificado da FIPE.”³²⁴ O embaixador afirma também que mesmo o “montante total [tendo ascendido] a aproximadamente 700 mil dólares e dos quais os Estados Unidos da América já teriam se comprometido a pagar cerca de 450 mil, [o governo norte-americano estaria disposto]

³²⁰ Telegrama no. 278, OEA à Brasília, 03 jun. 1966, Caixa 489, Livro Jan-Agosto 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²¹ Telegrama no. 278, OEA à Brasília, 03 jun. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²² Telegrama no. 278, OEA à Brasília, 03 jun. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²³ Telegrama no. 1621, Washington à Brasília, 29 set. 1966, Caixa 215, Universo 600(24J) - Situação Política Dominicana 1968 a 600(32) - Política Interna Chile, Maço 600(24J) - Situação Política setembro de 1965/agosto de 1966, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²⁴ Telegrama no. 1621, Washington à Brasília, 29 set. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

a aumentar essa dotação.”³²⁵ Nota-se, então, diversas tentativas da administração Johnson em fazer com que o governo brasileiro contribuísse para o orçamento da Força. Entretanto, percebemos a relutância dos líderes brasileiros em ceder além dos dez por cento mencionados por José Barreiros. No fim, o governo Castelo Branco acabou assumindo essa porcentagem dos gastos da FIP. É interessante observar que, apesar de ter sido um dos países que mais apoiou os Estados Unidos quando a questão dominicana foi levada à OEA, ter sido o segundo país a mais enviar contingentes militares e ter assumido o comando da Força, relutou em contribuir financeiramente com os gastos despendidos pela FIP.

5.6 – Lideranças brasileiras sobre a campanha da FIP na República Dominicana

Por fim, algumas observações que merecem destaque são aquelas feitas pelo Coronel Carlos de Meira Mattos em sua dissertação para a Escola Superior de Guerra (ESG) em 1967. Nela, Meira Mattos – que atuou como comandante do FAIBRAS na crise dominicana – dissertou sobre a sua experiência no conflito e imprimiu sua opinião em diversos trechos. Decidimos ressaltar as opiniões de Meira Mattos pelo fato de elas serem um bom exemplo de como parte das lideranças brasileiras – tanto políticas quanto militares – enxergaram a participação do país na crise dominicana. O primeiro ponto que nos saltou aos olhos foram os elogios tecidos à ação da OEA na crise, que, segundo o Coronel Mattos, “foi coroada de excepcional êxito, pois, em 16 meses, pacificou o país, restaurando-lhe a democracia, e retirou-se deixando o seu destino entregue ao seu governo.” (Mattos 1967, 12). Essa afirmação de Mattos nos soa bastante descabida, visto que a conjuntura dominicana sofreu bastante com a intervenção norte-americana e posterior entrada da FIP do país. Ainda sobre a retirada das tropas, Meira Mattos afirma que aconteceu “espontaneamente, quando [a Força] sentiu sua missão cumprida, contrariando a interesses manifestos de importantes setores de opinião dominicana que consideravam sua saída prematura.” (Mattos 1967, 13). Novamente nota-se o quão complicadas são as afirmações do coronel, pois, segundo ele alguns setores dominicanos acreditavam que saída da Força era prematura. Percebe-se então como a conjuntura dominicana não estava totalmente pacificada.

Aqui devemos fazer uma ressalva sobre o governo Balaguer; ao contrário do que Mattos afirma, a experiência dominicana sob o regime Joaquin Balaguer não foi totalmente

³²⁵ Telegrama no. 1621, Washington à Brasília, 29 set. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

democrática. Michael Kryzanek, ao analisar a oposição política na América Latina em sua tese de doutorado, se valeu da experiência dominicana sob a gestão Balaguer para estudar a relação entre governo e oposição. Kryzanek afirma que após a vitória de Joaquín Balaguer, Bosch e o PRD (Partido Republicano Dominicano) assumiram o papel de oposição. Segundo o autor, Balaguer ofereceu a Bosch e ao PRD um papel de “oposição leal”, o que Bosch entendeu como sendo coerção. Assim, o PRD mostrou muita cautela ao entrar nessa oposição leal. Kryzanek argumenta ainda que “as chamadas estruturas democráticas da administração Balaguer se tornaram presas para o paternalismo arraigado e antagonismo social que há muito tem sido parte da política dominicana.” Uma das primeiras áreas a demonstrarem a falência da oposição democrática na República Dominicana foi o Congresso Nacional. Após algumas semanas na qual o legislativo dominicano trabalhou em cooperação, o PRD percebeu que o regime Balaguer não estava interessado nas propostas dos senadores e deputados do partido (Kryzanek 1975, 105). Além disso, ao reportar a morte de Balaguer em 2002, o *Latin American Data Base* da Universidade do Novo México, afirma que o presidente era um “forte anticomunista, produto da Guerra Fria e da síndrome de uma segunda Cuba.” Esse informe afirma ainda que o período Balaguer de 1966 a 1978, conhecido como 12 anos, ficou “caracterizado pela repressão da oposição, especialmente de líderes de organizações de esquerda, sendo sua maioria assassinada pela polícia ou por grupos paramilitares (LADB 2002, 1).

Em outra passagem, relevante ao nosso estudo, Meira Mattos contabiliza que oito soldados brasileiros foram feridos em ação e quatro mortos por acidentes com armas, mas que o FAIBRAS “[teria resistido] ao combate da luta da conquista da mente de nossos combatentes, movida por incansável campanha psicológica desenvolvida dentro de técnica de propaganda aprimorada pelo Comunismo Internacional.” (Mattos 1967, 15). Ao analisarmos esses trechos da dissertação do Coronel brasileiro, percebemos que ele enxergou a atuação da FIP em solo dominicano como um sucesso, porém em momento nenhum menciona o alto índice de rejeição à FIP, os incidentes envolvendo soldados brasileiros e a população dominicana ou a constante instabilidade local, mesmo após a retirada das tropas. Essas passagens elucidam a visão dos militares brasileiros em relação à situação dominicana e à Guerra Fria regional. Localizados mais à direita do espectro político, desde o início esses militares atuaram a favor do lado legalista – conforme analisado no capítulo anterior –, de maneira que a desestabilização da esquerda dominicana e a eleição de Balaguer foram consideradas medidas de sucesso da atuação da Força. Ressaltamos, novamente, que essa foi a visão das lideranças brasileiras.

Quando cruzamos esse relato com os documentos colhidos no arquivo do Ministério das Relações Exteriores em Brasília, podemos perceber como os diplomatas brasileiros tinham opinião semelhante à do Coronel Meira Mattos – apesar de se mostrarem mais preocupados com a instabilidade local. Um exemplo nesse sentido é o telegrama de Ilmar Pena Marinho à Secretaria de Estado das Relações Exteriores de outubro de 1966. Nele, o embaixador afirma que “a Comissão “ad hoc” deixou a República Dominicana bem impressionada com a situação geral do país. O Presidente Balaguer conseguiu superar as dificuldades existentes no que concernia às relações entre as forças militares e o Governo Civil.”³²⁶ Além disso, Pena Marinho argumenta que “as dificuldades que [naquele momento subsistiam eram] de caráter irrelevante e [podiam] ser divisadas em qualquer país latino-americano.”³²⁷ Outra passagem que ilustra essa posição das lideranças brasileira pode ser encontrada na mensagem do presidente brasileiro ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1966. Nela, Castelo Branco reconta os sucessos do ano anterior, dentro os quais lista a cooperação do Brasil com a Organização dos Estados Americanos na questão dominicana. Segundo o presidente, “o elevado grau de eficiência demonstrado por essa tropa testemunha a exequibilidade da integração das nossas Forças Armadas, e o perfeito controle exercido pelo EMFA diz bem do acerto do governo em atribuir àquele órgão tal responsabilidade.”³²⁸

É notável o otimismo de alguns líderes brasileiros em relação à participação do país na crise dominicana e ao desfecho com o qual a missão da FIP se encerrou. Contudo, ao analisarmos os relatórios enviados pela embaixada brasileira em São Domingos para o MRE nos meses de setembro e outubro, notamos que a situação *in loco* era bem diferente. De acordo com o relatório de setembro, “durante todo o mês, mas principalmente antes do dia 20, saída da FIP, procedeu a polícia, com sua costumeira brutalidade, a inúmeras “pesquisões” (sic), apreendendo, em casas de antigos constitucionalistas, apreciável quantidade de armas e munições.”³²⁹ A embaixada afirma ainda como, após a saída da Força, São Domingos viveu “sob forte proteção policial-militar – praticamente em pé de guerra –, o que explica em parte o recrudescimento dos tiroteios noturnos e a conseqüente insegurança das ruas e dos logradouros

³²⁶ Telegrama no. 584, OEA à Brasília, 29 out. 1966, Caixa 489, Livro Setembro-Dez. 1966, Universo OEA, Seção de Correspondência Especial, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²⁷ Telegrama no. 584, OEA à Brasília, 29 out. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty.

³²⁸ Brasil. Presidente (1966: Humberto de Alencar Castelo Branco) Mensagem ao Congresso Nacional, 1966 [recurso eletrônico] – Brasília: Presidência da República, 1966. – (Biblioteca da Presidência da República). Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-castelo-branco-1966/view>>. Acesso em: 02 de março de 2021.

³²⁹ Relatório Mensal no. 309, São Domingos à Brasília, 01 out. 1966, Livro 03223, Universo Ofícios Junho-Dez 1965-1966, Seção de Arquivos Históricos, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2. No trecho apresentado “pesquisões” se refere a pesquisas.

da cidade.”³³⁰ Outro ponto interessante do relatório é um discurso pronunciado pelo presidente Balaguer no dia 06 de setembro de 1966, no qual afirmava que tudo ia bem na República Dominicana, “a economia próspera, moeda estável, a política tranquila. Não há crise no país, não há tensão entre o executivo e as Forças Armadas, modelo de obediência, não havendo portanto motivo para qualquer modificação nos altos comandos, nem tampouco no Gabinete.”³³¹

Quando da partida dos últimos contingentes da FIP e seus comandantes de São Domingos, “não houve cerimônia de despedida nem se registraram incidentes, caracterizando-se a partida da FIP pela ausência de representantes dominicanos, quer do Governo, quer das Forças Armadas.”³³² O que a embaixada classificou como “sintomático.”³³³ O relatório de outubro apresenta uma situação mais tranquila, quando comparada com setembro. Segundo a embaixada os rumores de golpe, que tinham surgido nos últimos meses, estavam decrescendo, “diminuiu a febre, amainou a agitação popular. Moderaram-se os tiroteios, abrandou-se a brutalidade policial. As vítimas, como nos meses anteriores, [eram] pessoas identificadas com a causa constitucionalista da recente guerra civil.”³³⁴ Apesar de não encontrarmos menções diretas ao período eleitoral, esse relatório nos indica que as eleições dominicanas de 1966 não ocorreram em um clima de normalidade. É interessante notar que, no mesmo documento, a embaixada brasileira argumenta que a conjuntura dominicana não estaria tão pacificada quanto o presidente Balaguer fazia parecer. Segundo o relatório, “não [havia] atrito entre o executivo e o militar, porquanto a irrequieta Força-Áerea encontra-se de asas cortadas, dispersa pelo território nacional e que alguns dos mais ativos generais [estavam] e [continuariam] no estrangeiro (Wessin y Wessin).”³³⁵

Em suma, percebe-se como o período entre janeiro e setembro de 1966 não foi de tranquilidade na República Dominicana. Os diversos episódios de violência apresentados ao longo da nossa análise evidenciam que a conjuntura dominicana ainda não estava pacificada, tendo a FIP que agir no papel de polícia em algumas circunstâncias. O presidente provisório García Godoy cogitou abandonar a presidência e, após eleito, Joaquín Balaguer pediu pela extensão da permanência da FIP em solo dominicano. Apesar de as correspondências do

³³⁰ Relatório Mensal no. 309, São Domingos à Brasília, 01 out. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

³³¹ Relatório Mensal no. 309, São Domingos à Brasília, 01 out. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 2.

³³² Relatório Mensal no. 309, São Domingos à Brasília, 01 out. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

³³³ Relatório Mensal no. 309, São Domingos à Brasília, 01 out. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 5.

³³⁴ Relatório Mensal no. 323, São Domingos à Brasília, 01 nov. 1966, Livro 03223, Universo Ofícios Junho-Dez 1965-1966, Seção de Arquivos Históricas, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 8.

³³⁵ Relatório Mensal no. 323, São Domingos à Brasília, 01 nov. 1966, Arquivo Histórico do Itamaraty, p. 4.

Itamaraty apontarem para um processo eleitoral pacífico, em nenhuma delas os envolvidos entraram em detalhes sobre o dia da eleição, de maneira que não podemos afirmar com certeza que o processo tenha ocorrido de maneira ordeira e pacífica. O que observamos na República Dominicana foi uma contínua instabilidade, mesmo após a realização de eleições democráticas e da retirada da FIP. O que nos leva a questionar o que os líderes norte-americanos e brasileiros consideravam como uma conjuntura pacificada para dar por encerrada a missão da Força no país.

Desde o início da intervenção norte-americana e a subsequente entrada da FIP na República Dominicana era perceptível a inclinação dos *policymakers* desses países para o lado legalista. Após entrar na segunda fase de sua intervenção inicial, os líderes norte-americanos adotaram uma postura mais neutra dentro do conflito. Contudo, a preocupação do governo Johnson sempre foi evitar uma segunda Cuba no hemisfério, de maneira que por mais sutil que suas preferências fossem, elas não estavam a favor da esquerda dominicana. As lideranças brasileiras, por sua vez, desde o início do conflito deixaram clara sua posição contrária ao lado caamanista e à esquerda dominicana – o que foi se comprovando com a análise dos documentos coletados. Conclui-se, então, que para esses governos, a estabilidade dominicana seria atingida enfraquecendo-se a esquerda dominicana e evitando-se a expansão do comunismo internacional no hemisfério.

Conclusão

A guerra civil dominicana de abril de 1965 e a consequente intervenção norte-americana foram eventos muito relevantes para a conjuntura interamericana. Visto que a decisão norte-americana de enviar tropas para São Domingos já foi significativamente analisada, essa tese se focou no estudo da participação do Brasil em todo o processo interventivo. Conforme apresentado, o Brasil não somente apoiou o pedido de legitimação tardia da intervenção norte-americana, como também enviou o maior contingente militar para a composição a FIP e assumiu seu comando. Assim sendo, compreender a atuação brasileira dentro de todo o contexto da crise dominicana foi importante para entendermos a política externa brasileira para a América Latina no início da década de 1960, sua relação com a potência hegemônica e liderança sub-regional. Para tal, nos valem de documentos coletados no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Biblioteca 31 de Março da Escola de Comando do Estado Maior do Exército (ECEME) e documentos norte-americanos disponível online na Lyndon Baines Johnson Library e no *Office of the Historian*, do Departamento de Estado norte-americano.

Na primeira seção da tese, analisamos os debates no fórum da OEA que levaram à criação da Força Interamericana de Paz (FIP) e a atuação brasileira dentro da Organização. Após uma análise dos documentos coletados no arquivo do Itamaraty, constatamos que as lideranças brasileiras a aturem no contexto dominicano julgavam que o Brasil tinha um papel fundamental a desempenhar nos debates da OEA. Entretanto, os jornais do período nos mostraram um quadro bastante diferente, destacando a participação mais significativa nos debates da OEA de nações como a Colômbia, deixando o Brasil em segundo plano. Essa observação é muito significativa, visto que um dos jornais que nos baseamos é *O Estado de São Paulo*, de clara inclinação à direita do espectro político e forte apoiador do regime militar. Outro ponto que devemos destacar é o grande apoio brasileiro às ações e proposições norte-americanas. Conforme observado, o Brasil foi o único grande país latino-americano a apoiar, sem ressalvas, a intervenção norte-americana e a proposta norte-americana de multilateralização da força em São Domingos. Até mesmo nações como a Colômbia, aliada histórica dos Estados Unidos, colocaram algumas restrições nos debates para a criação da FIP, como a questão do comando unificado da Força. Assim, essa posição brasileira de apoio irrestrito aos Estados Unidos, pouco tempo depois da chamada Política Externa Independente

(PEI) dos governos Quadros e Goulart, aponta para a clara mudança no direcionamento da política externa brasileira – ponto que foi abordado no capítulo seguinte.

Focando no processo decisório do governo Castelo Branco, no segundo capítulo da tese analisamos os posicionamentos de vários líderes brasileiros em relação à crise dominicana e os debates no Conselho de Segurança Nacional (CSN) e no Congresso Nacional. Por meio da análise da ata do CSN, do diário do Congresso e dos documentos coletados no Itamaraty, pudemos observar que a decisão brasileira de enviar tropas para compor a FIP foi tomada com bastante clareza pelo governo. Apesar da oposição de alguns deputados no Congresso, observamos uma unanimidade no CSN favorável às posições norte-americanas. Uma parte da literatura sobre a política externa brasileira propõe que as ações brasileiras no âmbito internacional no período Castelo Branco tenham sido derivadas do chamado alinhamento automático. Porém, o que pudemos observar em um caso tão emblemático quanto a crise dominicana foi o contrário; a decisão brasileira de enviar um contingente militar para a Força Interamericana de Paz não se deu somente por uma política externa de alinhamento automático, mas sim pelo desejo brasileiro de evitar a expansão do comunismo no hemisfério. Conforme apresentado, as lideranças brasileiras, em sua maioria, tinham uma posição fortemente contrária ao comunismo internacional – reflexo do golpe de 1964 – muitas vezes se posicionando de maneira mais conservadora que os Estados Unidos.

A análise desse processo decisório também nos apontou para a chamada política externa dos círculos concêntricos, proposta por Castelo Branco. De acordo com essa linha, os interesses brasileiros coincidiam com os da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental, progressivamente. Percebe-se, então, que a aprovação da política externa brasileira por parte dos Estados Unidos era importante para o Brasil, porém os interesses latino-americanos – conter a expansão do comunismo – também entravam nesses círculos. Assim, é notável como a decisão brasileira de apoiar as ações norte-americanas e participar da FIP está mais vinculada à política dos círculos concêntricos do que à uma política externa de alinhamento automático. Observa-se, ainda que o medo de uma segunda Cuba no hemisfério se encaixava perfeitamente dentro dos círculos concêntricos de Castelo Branco, visto que o primeiro círculo, América Latina, era o centro de tal preocupação, o segundo círculo, o continente americano, englobava as políticas norte-americanas e o terceiro, da comunidade ocidental, se preocupava justamente com a contenção do comunismo internacional.

Após o estudo do processo decisório, voltamo-nos para o processo interventivo e suas fases. A critério de análise, dividimos o período de intervenção da FIP na República

Dominicana em dois momentos – de junho de 1965 a maio de 1966, quando os generais Hugo Panasco Alvim e Bruce Palmer Jr eram os responsáveis pela Força; e de fevereiro de 1966 a setembro de 1966, quando os generais Álvaro Braga e Robert Linvill assumiram o comando da FIP. No terceiro capítulo analisamos o primeiro momento de atuação da FIP, apresentando os principais movimentos que aconteceram no período sob a perspectiva da relação entre os generais Alvim e Palmer e o embaixador norte-americano em São Domingos, Ellsworth Bunker. Fizemos essa escolha pois autores como Lawrence Yates (1988) e Lawrence Greenberg apontam para uma relação conflituosa entre esses personagens, porém não apontam para quais seriam os motivos do conflito e como essa relação se desenrolou. Assim, por meio da análise dos documentos coletados e do relato do próprio general Palmer em seu livro *Intervention in the Caribbean*, o que pudemos observar foi uma conjuntura dominicana ainda bastante conturbada e uma relação conflituosa entre o general Alvim e o embaixador Bunker. As trocas entre Alvim e Palmer não se mostraram problemáticas, porém o general brasileiro e o embaixador norte-americano passaram por diversos momentos de embate. Isso porque o general Alvim apresentou posicionamentos mais radicais em relação à esquerda dominicana do que os próprios norte-americanos.

O embaixador Bunker que, após a multilateralização da força, trabalhava para apaziguar ambas as facções dominicanas e apoiar o governo provisório de García Godoy, enfrentou muita resistência do general Alvim quando eles precisavam lidar com os legalistas do general Elias Wessin y Wessin – identificados à direita do espectro político. Então, aos poucos Alvim foi se tornando um problema para Bunker que, em janeiro de 1966, em viagem ao Brasil aproveitou para pedir ao presidente Castelo Branco a retirada do general da República Dominicana. O motivo apresentado pelo embaixador era que a situação dominicana já tinha se acalmado, de maneira que não era mais necessário um general de quatro estrelas. O que observamos, entretanto, é que a conjuntura dominicana se manteve complicada até meados de junho de 1966, quando as novas eleições foram realizadas. Além disso, o próprio embaixador Bunker reconheceu a complexidade da conjuntura dominicana quando informou à embaixada norte-americana no Brasil e ao Departamento que o presidente provisório temia perder o controle da situação. O embaixador afirmou que García Godoy acreditava que a extrema direita teria planos para lançar uma campanha de violência e terror, enquanto a extrema esquerda estaria se preparando para uma greve geral. Assim, podemos interpretar a substituição do general Alvim e, conseqüentemente, do General Palmer em janeiro de 1966 como um ato político e não um movimento natural no processo de retirada da FIP.

Por fim, o último capítulo, analisamos o segundo momento da intervenção da FIP na República Dominicana – quando a Força estava sob o comando dos generais Braga e Linvill entre fevereiro e setembro de 1966. Apesar de ser bastante relevante para a conjuntura dominicana, esse período tem sido deixado de lado pela literatura, de maneira que dedicamos o quarto capítulo à sua compreensão. A partir da análise dos documentos coletados no Itamaraty, pudemos observar que os meses entre fevereiro e setembro de 1966 foram bastante conturbados. Vimos diversos episódios de violência, alguns com traços de crueldade, como o assassinato dos dois policiais dominicanos e a FIP tendo que atuar no papel de polícia em algumas circunstâncias. Vimos ainda o presidente provisório García Godoy considerando a possibilidade de abandonar seu cargo e o pedido de Joaquín Balaguer, após eleito, pela extensão da permanência da FIP em solo dominicano. Devemos destacar ainda que, apesar de as lideranças brasileiras quererem apontar para um processo eleitoral pacífico, nenhuma das correspondências no Itamaraty entra em detalhes sobre o dia da eleição, de maneira que não podemos afirmar com certeza que o processo tenha ocorrido de forma pacífica e ordeira. Ao contrário disso, o que percebemos foi uma contínua instabilidade na República Dominicana e episódios de conflito, mesmo depois da realização de eleições democráticas e da retirada da FIP. Assim, ao questionar o que os líderes norte-americanos e brasileiros consideravam uma conjuntura pacífica, compreendemos que isso representava para eles o enfraquecimento da esquerda dominicana.

Ressaltamos que desde o início da intervenção norte-americana e a subsequente instauração da FIP, era notável a inclinação das lideranças norte-americanas e brasileiras para o lado legalista. Porém, após a fase inicial da intervenção dos Estados Unidos na República Dominicana, na qual apoiaram abertamente os legalistas e conseguiram isolar as forças caamañistas, os líderes norte-americanos adotaram uma postura mais neutra dentro do conflito. Já as lideranças brasileiras, desde os debates no âmbito da OEA, passando pelo processo decisório para o envio de contingente militar para a composição da FIP e sua atuação nas duas fases da intervenção da Força, deixaram clara sua posição contrária ao lado caamañista e à esquerda dominicana. Dada a mudança nas diretrizes da política externa, consequência do golpe de 1964, todos os personagens brasileiros que se destacaram no contexto dominicano apresentaram posições mais radicais que os norte-americanos em relação à esquerda dominicana e ao comunismo internacional. Dessa forma, concluímos que a atuação brasileira em todos os momentos da crise dominicana esteve vinculada a esse novo projeto de inserção internacional brasileiro.

Quando refletimos sobre a influência do episódio dominicano sobre a política externa brasileira, percebemos a clara mudança de paradigma em relação a Política Externa Independente. Há o retorno da política externa brasileira para a órbita norte-americana e a reaproximação com a potência do norte. Devemos ressaltar que, mesmo em seu momento de Política Externa Independente, o Brasil nunca se afastou completamente dos Estados Unidos. O que observamos no período Castelo Branco, principalmente no caso dominicano é uma política externa brasileira mais próxima aos Estados Unidos, porém, ainda assim, autônoma. A atuação brasileira na crise dominicana deixou claro como os princípios anticomunistas estavam arraigados em grande parte das lideranças brasileiras e da própria população civil (que apoiou o golpe de 1964). Dessa forma, é notável como esse anticomunismo foi a energia que moveu a ação brasileira regional durante o período militar. Fica claro o desejo do governo brasileiro de ter um papel mais presente no combate ao comunismo internacional na região latino-americana, e a crise dominicana foi o primeiro episódio a indicar como se daria a atuação do Brasil no contexto da Guerra Fria regional. A compreensão da participação brasileira no episódio dominicano abre caminho para um novo olhar dos estudos sobre a política externa brasileira.

Arquivos

Norte-americanos

Department of State, Office of the Historian, United States

Lyndon Baines Johnson Library – LBJL, United States

Brasileiros

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília

Biblioteca 31 de Março da Escola de Comando do Estado Maior do Exército – ECEME, Rio de Janeiro

Biblioteca da Escola Superior de Guerra – ESG, Rio de Janeiro

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro

Referências Bibliográficas

Livros e artigos

BEAVER, K. E. *United States Foreign Policy and Multilateral Institutional Effectiveness*. (2013). Undergraduate Honor Theses apresentado ao College of William and Mary.

BANDEIRA, L. Al. M. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950- 1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BONIFACE, D. S. *Is There a Democratic Norm in the Americas? An Analysis of the Organization of American States*. *Global Governance*, Vol. 8, No. 3, jul/set. 2002, pp. 365-381.

BOTEGA, L. da R.; MORGENFELD, L. *Argentina, Brasil e o conflito de São Domingos (1965)*. *OPIS*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 140-158 - jan./jun. 2014.

BURNS, M. *Dictatorship across borders: the Brazilian influence on the overthrow of Salvador Allende*. *ESD. Estudios de Seguridad y Defensa* No 3, jun. 2014.

_____. *Ditadura tipo exportação: diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende*. *História e Cultura, Franca*, v. 5, n. 3, p. 175-198, dez. 2016.

CASTILLO, J. L. J. *Bipolarização na América Latina: conflitos e parcerias em torno da intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965*. Universidade de Brasília, Parameters, 2014.

COMBLIN, Pe. J. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COUTO e SILVA, G. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

DULLES, J. F. *Castelo Branco: o presidente reformador*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

ERTHAL, H. *A Política Externa Castellista e a Intervenção Dominicana de 1965*. Trabalho apresentado para o sexto encontro da ABRI, 2017.

FONSECA JR, G. *Notes on the evolution of Brazilian multilateral diplomacy*. Global Governance, Vol. 17, No. 3, Emerging Powers and Multilateralism in the Twenty-First Century (July- Sept. 2011), pp. 375-397

FICO, C. *O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOOT, R.; MACFARLANE, S. N.; MASTANDUNO, M. T. (ed.). *US Hegemony and International Organizations: The United States and Multilateral Organizations*. Nova York: Oxford University Press, 2003.

GARCIA, E. V. *O sexto membro permanente*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GREENBERG, L. M. *The US Dominican Intervention: Success Story*. Parameters, Dec 1987a.

_____. *United States Army unilateral and coalition operations in the 1965 Dominican Republic intervention*. Analysis Branch U.S. Army Center of Military History. Washington, 1987b.

HARMER, T. *Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970-1975*. Cold War History, 12:4, 2012. p. 659-681.

INSTITUTO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. *Entrevista do Chanceler Vasco Leitão da Cunha sobre a Política Exterior Brasileira*. In: Revista Brasileira de Política Internacional. ano 7, n. 27. Rio de Janeiro: dezembro de 1964.

_____. *República Dominicana (Nota do Itamarati)*. In: Revista Brasileira de Política Internacional. ano 8, n. 33-34. Rio de Janeiro: março-junho de 1966.

KRYZANEK, M. J., *Political party opposition in Latin America: the PRD, Joaquín Balaguer and politics in the Dominican Republic, 1966-1973*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Universidade de Massachusetts, Amherst, 1975.

LATIN AMERICAN DATA BASE (LADB). *Ex-president Joaquin Balaguer dies*. University of New Mexico, 2002. Disponível em: <<https://digitalrepository.unm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=9984&context=noticen>> Acesso em: 20/05/2021.

LECCE, Major D. J. *International law regarding pro-democratic intervention: A study of the Dominican Republic and Haiti*. 45 Naval L. Rev. 247, 1998.

LOUREIRO, F. P. *The Alliance for or Against Progress? US-Brazilian Financial Relations in the early 1960s*. Journal of Latin American Studies, Volume 46, Issue 02, Maio 2014, pp 323 – 351.

_____. *A política externa brasileira do pós-guerra ao golpe de 1964: construindo as bases da diplomacia brasileira contemporânea*. In: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

LOWENTHAL, A. F. *The United States and the Dominican Republic to 1965: background to intervention*. Caribbean Studies, Vol. 10, No. 2 (Jul., 1970), pp. 30-55.

_____. *The Dominican Intervention*. Massachusetts: Harvard University Press. Cambridge, 1972.

_____. *The Political Role of the Dominican Armed Forces: a note on the 1963 overthrow of Juan Bosch and on the 1965 Dominican 'Revolution'*. Journal of Interamerican Studies and World Affairs, Vol. 15, No. 3 (Aug., 1973), pp. 355-361.

MARINHO, I. P. *Um Grande Triunfo Diplomático*. In: Revista Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 123(4): 6-21, out./dez. 1986.

MASTANDUNO, M. *U.S. foreign policy and the pragmatic use of international institutions*. Australian Journal of International Affairs Vol. 59, No. 3, pp. 317-333, September 2005.

MITCHELL, C. *Urban elections in the Dominican Republic, 1962-1994*. In: DIETZ, Henry A; SHIDLO, Gil. Urban elections in democratic Latin America. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 1998.

MIYAMOTO, S. *Política externa brasileira: 1964 – 1985*. Carta Internacional, Vol. 8, n. 2, [jul – dez] 2013, p. 3-19.

MIYAMOTO, S.; GONÇALVES, W. *Os militares na política externa brasileira: 1964 – 1984*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 6, N. 12, 1993, p. 211-246.

PALMER JR, General B. *Intervention in the Caribbean: the Dominican crisis of 1965*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 1989. E-Book. ISBN 0-8131-1691-0.

PEDROSA, F. V. G. *República Dominicana e Haiti: Tropas Brasileiras em Missões de Paz (1965-2005)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro, 2013.

_____. *República Dominicana 1965: guerra civil e intervenção*. A Defesa Nacional, n. 842, 14 dez. 2020.

PINHEIRO, L. *Política externa brasileira: 1889-2002*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

ROWLES, J. P. *The United States, the OAS, and the dilemma of the undesirable regime*. Georgia Journal of International Comparative Law. Vol. 13:385, 1983.

SANTORO, E. *Eleições presidenciais na República Dominicana e seu sistema eleitoral*. Revista Direito Público e Ciência Política, Rio de Janeiro, Vol. IX, N. 3, jul./set. 1966, p. 99-119.

SHAW, C. M. *Cooperation, conflict, and consensus in the Organization of the American States*. 1ª Ed. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.

SILVA, G. E. do N. e. *A Revolução Dominicana: Um Enfoque Histórico e Jurídico*. In: Revista Exército Brasileiro, Rio de Janeiro, 123(4): 22-29, out./dez. 1986.

TILLMAN, E. D. *Dollar Diplomacy by Force: nation-building and resistance in the Dominican Republic*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2016.

VILLELA, B. P. *O Brasil e a República Dominicana: a participação do Brasil no governo do Marechal Presidente Castelo Branco*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, PPGCP, 2007.

WILSON, L.C. *La intervención de los Estados Unidos de America en el Caribe: la crisis de 1965 en la Republica Dominicana*. American Journal of International Law, 59 (1972), pp. 38-82.

YATES, L. A. *Power Pack: Intervention in the Dominican Republic, 1965-1966*. Leavenworth Papers, ISSN 0195-3451; No. 15, 1988.

Anexos

Anexo 1 - Cronologia da crise dominicana de 1965

24 de abril (Sábado)

- Conspiradores constitucionalistas prendem o General Marcos Rivera Cuesta (Chefe de Gabinete de Reid Cabral).
- José Francisco Peña Gómez (político do PRD e membro da conspiração) anuncia, antecipadamente, na Rádio São Domingos o início da revolta constitucionalista.
- Constitucionalistas chamam a população às ruas para aderirem à revolta, lhes dão armas e entram em São Domingos.

25 de abril (Domingo)

- Constitucionalistas continuam a armar a população e a adentrar a capital. Grupo controla grande parte da cidade.
- Constitucionalistas tomam o Palácio Presidencial.
- Governo Reid Cabral é derrubado e Molina Ureña é instituído presidente temporariamente até o retorno de Bosch ao país.
- Aviões de tropas leais atacam o Palácio Presidencial e os embates nas ruas da capital dão início à guerra civil.
- *Joint Chiefs of Staff* (JCS) transmitem ordem para que embarcações norte-americanas se aproximem da costa dominicana para uma possível evacuação de civis.

26 de abril (Segunda-feira)

- Após ataques aéreos das tropas leais, constitucionalistas buscam ajuda na embaixada norte-americana para a abertura de um canal de diálogo.

- Força tarefa da marinha norte-americana chega às proximidades da costa dominicana.
- JCS alerta dois batalhões da *82d Airbourne Division* de uma possível mobilização para a República Dominicana.

27 de abril (Terça-feira)

- Gangue rebelde faz norte-americanos, que esperavam para serem evacuados, reféns no Hotel Embajador.
- Tropas leais avançam em São Domingos.
- Tem-se início a evacuação de civis.
- Embaixador William Tappley Bennett Jr. retorna à República Dominicana.
- Movimento constitucionalista parece prestes a ser derrotado.
- Caamaño Deñó chama novamente a população às armas e planeja um contra-ataque.

28 de abril (Quarta-feira)

- Caamaño Deñó continua com seu chamado e planejamento.
- O lado leal forma uma junta liderada pelo Coronel Pedro Bartolomé Benoit.
- Contra-ataque rebelde é lançado e para o avanço das tropas leais.
- Embaixador Bennett reporta uma situação de rápida deterioração em São Domingos e pede o envio de fuzileiros navais.
- Mais de 500 fuzileiros desembarcam no campo polo próximo ao Hotel Embajador e Presidente Johnson os justifica à população norte-americana como necessários à proteção da vida de seus conterrâneos.
- OEA é notificada pelo Embaixador Ellsworth Bunker das intenções dos Estados Unidos de enviar tropas para a República Dominicana.

29 de abril (Quinta-feira)

- Dois batalhões da *3d Brigade* e a *82d Airbourne Division* recebem a ordem a partir para a base de Ramey em Porto Rico.
- Mais de 1500 fuzileiros adicionais desembarcam no campo de polo e o Embaixador Bennett propões o estabelecimento de uma Zona Neutra de Segurança, englobando a embaixada norte-americana e o Hotel Embajador.
- *3d Brigade* e *82d Airbourne Division*, já em curso para Ramey, recebem a ordem para descer de paraquedas na base aérea de San Isidro.
- Embaixador Ellsworth Bunker chama o Conselho da OEA para uma sessão sobre a situação da República Dominicana.
- Embaixador encoraja o Secretário-Geral da Organização, José Moura, a enviar um apelo oficial para o núncio papal em São Domingos avisando as partes envolvidas no conflito sobre o desejo da OEA pelo fim das hostilidades.

30 de abril (Sexta-feira)

- Operação *Power Pack* inicia oficialmente com a chegada do restante das tropas em San Isidro.
- Tropas leais retornam para San Isidro deixando um vácuo entre os fuzileiros navais no Hotel Embajador e a *82d Division* em San Isidro.
- Paraquedistas da *82d* assumem o comando da ponte Duarte.
- Embaixador John Bartlow Martin chega na República Dominicana para negociar um cessar-fogo.
- Núncio papal assina um cessar-fogo com oficiais norte-americanos, constitucionalistas e leais.

01 de maio (Sábado)

- Embaixador Ellsworth Bunker apresenta uma resolução para a OEA pedindo que os demais membros enviassem tropas para a República Dominicana.
- Tenente General Bruce Palmer Jr. chega em São Domingos para assumir o comando da Operação Power Pack e discorda do cessar-fogo.
- General Palmer pede que Washington dê a ordem para a conexão das tropas norte-americanas.

02 de maio (Domingo)

- Washington dá a ordem para o fechamento do buraco em sua linha defensiva e a *82d Division* forma uma linha de comunicação com os fuzileiros que defendiam a Zona de Segurança Internacional.
- Presidente Johnson se dirige à nação para informar o caráter comunista das tropas constitucionalistas e a motivação norte-americana para a Operação Power Pack.

03 a 05 de maio (Segunda a Quarta)

- Tropas norte-americanas expandem a linha de comunicação ocupando partes do território constitucionalista e deixando o lado rebelde cada vez mais disperso.

06 de maio (Quinta-feira)

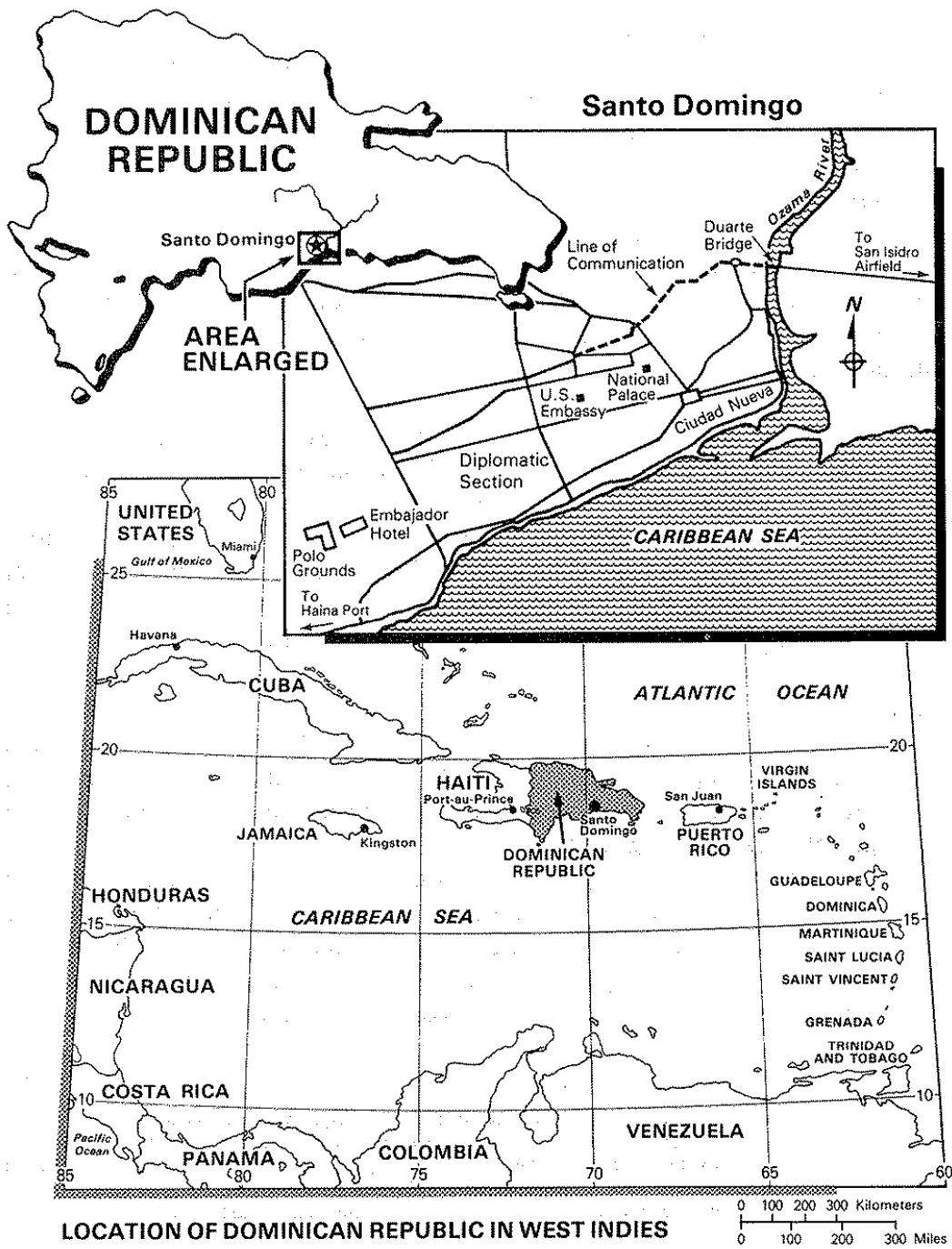
- Debates na Reunião de Consulta da OEA sobre a criação de uma força interamericana divide os países da Organização.

07 de maio (Quinta-feira)

- 10ª Reunião de Consulta da OEA aprova a formação de uma Força Interamericana de Paz.

Anexo 2 – Mapa da República Dominicana

Mapa 1 – São Domingos (República Dominicana).



Fonte: GREENBERG 1987a, 20.